



Tânia Isabel Oliveira Nobre

A Baixa de Lisboa

Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os
turistas

Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Doutora Adélia Nunes e pela Doutora Ana Isabel Ribeiro, apresentada aos Departamentos de Geografia e de História, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de estágio
Título	A Baixa de Lisboa Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas
Autor/a	Tânia Isabel Oliveira Nobre
Orientador/a	Adélia Nobre Nunes
Coorientador/a	Ana Sampaio Ribeiro
Júri	Presidente: Ana Ribeiro Luís Vogais: 1. Doutora Claudete Oliveira Moreira 2. Doutor Fernando Taveira da Fonseca 3. Doutora Ana Ribeiro Luís
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Área científica	História e Geografia
Especialidade/Ramo	Ensino
Data da defesa	13-10-2015
Classificação	16 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice

Índice	1
Introdução	6
Capítulo I - Discrição e reflexão sobre o percurso individual de formação	
Caracterização da escola e do núcleo de estágio	11
Caracterização da turma	12
Atividades desenvolvidas no estágio	13
<i>Atividades letivas</i>	13
Seminários	13
Aulas assistidas e lecionadas	14
Planificação	25
<i>Atividades não letivas</i>	26
Exposição: Sá de Miranda e Pedro Nunes – Dois rostos do humanismo em Coimbra	27
Visita de estudo 7.º anos	27
Visita de estudo 8º ano	28
Reflexão sobre o estágio pedagógico	28
Capítulo II - Aprofundamento científico do tema: <i>A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses - Reconstruída para os turistas</i>	
Contextualização espacial da área em estudo	34
Lisboa antes do terramoto de 1 de novembro de 1755	35
<i>Lisboa Mourisca</i>	35
O terramoto de 1 de novembro de 1755	37
<i>A catástrofe</i>	37
Sebastião José de Carvalho e Melo	39
<i>Medidas Tomadas</i>	40

A reconstrução de Lisboa	41
<i>A dissertação de Manuel da Maia.....</i>	<i>41</i>
<i>O projeto nº 5.....</i>	<i>44</i>
<i>Os edifícios.....</i>	<i>45</i>
<i>A gaiola pombalina</i>	<i>48</i>
<i>A evolução da reconstrução.....</i>	<i>49</i>
Fontes de inspiração.....	53
A Baixa Pombalina chegada a finais do século XX.....	55
<i>Os edifícios.....</i>	<i>55</i>
<i>O comércio.....</i>	<i>57</i>
<i>A população</i>	<i>61</i>
<i>As políticas.....</i>	<i>65</i>
Novas funcionalidades na Baixa de Lisboa	71
<i>As políticas.....</i>	<i>72</i>
Uma nova Baixa de Lisboa – CTD (Central Tourism District).....	75
<i>Consequências.....</i>	<i>80</i>
<i>Que futuro para a nova Baixa de Lisboa?.....</i>	<i>83</i>
Capítulo III - Transposição didática do tema: <i>A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses - Reconstruída para os turistas</i>	
Enquadramento didático do tema	89
Desenvolvimento de uma experiência pedagógica	90
<i>Visita de estudo.....</i>	<i>90</i>
<i>Aula de preparação para a visita de estudo</i>	<i>92</i>
<i>Planificação da visita de estudo.....</i>	<i>96</i>
Reflexão crítica sobre a visita de estudo.....	100
Conclusão	107

Bibliografia.....	110
Anexo.....	114

Introdução

A realização deste relatório surge no âmbito da unidade curricular, Estágio (Prática Pedagógica Supervisionada) e Relatório, inserida no plano curricular do segundo ano do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

O presente trabalho intitula-se *A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas*, e trata do processo de reconstrução da parte baixa da cidade, levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, hoje conhecido como Marquês de Pombal, após o terramoto de 1 de novembro de 1755, que *deitou por terra*, no século XVIII, uma cidade com características ainda medievais e que permitiu o reerguimento de uma nova cidade, cuidadosamente projetada, cuja malha urbana se caracteriza pela sua quadrícula.

O ponto fulcral em estudo são os edifícios que permitem o traçar da quadrícula que delimita os quarteirões da Baixa Pombalina, característicos pela sua simetria e repetição ao longo de todo o perímetro em estudo. Recentemente, estes típicos edifícios da Baixa de Lisboa, devido ao seu avançado estado de degradação, passaram a ser alvo de grande solicitação por parte de entidades privadas, com o objetivo de sujeitarem os mesmos às necessárias obras de reconstrução, que permitam a sua transformação em unidades hoteleiras.

O aprofundamento científico desta temática, tem por objetivo enquadrar as causas e os processos que deram origem à malha urbana que ainda hoje perdura na Baixa de Lisboa, compreender os processos sociais e políticos que levaram à degradação dos referidos edifícios, justificar a proliferação de unidades hoteleiras *instaladas* nesses edifícios e discutir algumas das consequências deste fenómeno, bem como as *possíveis futuras* consequências do mesmo.

O tratamento deste tema iniciar-se-á no capítulo II com a *caracterização espacial da área em estudo* onde será delimitada a área territorial que a temática científica irá abordar.

Uma vez delimitada a área em estudo é momento de conhecer *Lisboa antes do terramoto de 1 de novembro de 1755*, traçando genericamente a história da cidade, onde através da descrição dos pontos fulcrais para o seu crescimento, justificar-se-á o facto de

em pleno século XVIII, a mesma ainda englobar características marcadamente medievais na sua malha urbana.

Momento importante para a total transformação da malha urbana da parte baixa da cidade é a devastação provocada pelo *terramoto de 1 de novembro de 1755*, cuja sua descrição se torna fundamental para a contextualização do tema em estudo.

De entre a poeira da catástrofe surge a mediática personagem, *Sebastião José de Carvalho e Melo* figura que assumiu grande destaque na governação de Portugal. As múltiplas características e conhecimentos que constituíam o homem, fizeram do mesmo, uma figura incontornável no pós terramoto de Lisboa, quer pelas medidas tomadas imediatamente após a catástrofe, para minimizar ao máximo os seus problemas consequentes, quer pela rapidez com que montou uma *empresa* que, de imediato, iniciou a projeção de uma nova cidade.

Em circunstância da *reconstrução da cidade de Lisboa* é o, ponto onde será abordada a dissertação de Manuel da Maia, compilação que define os traçados a percorrer com a imagem que apresentará a nova Lisboa. Na abordagem da reconstrução constará também a descrição do projeto, no qual consta a planta eleita com a delimitação das ruas da futura Baixa Pombalina, o esboço dos edifícios que constituirão as referidas ruas, a gaiola pombalina, sistema antissísmico.

Na *Baixa Pombalina chegada a finais do século XX*, ficar-se-á a conhecer de que forma foram ocupados os edifícios pombalinos, a importância, principalmente, do setor terciário, que dominou os referidos edifícios, bem como, o fenómeno demográfico a que lhes está associado.

Considerando que as políticas camarárias do concelho de Lisboa proporcionaram um abandono populacional dos habitantes da Baixa de Lisboa, um envelhecimento da população residente e uma degradação incontornável de uma percentagem considerável dos imóveis, torna-se relevante analisar o surgimento das *novas funcionalidades da baixa* e conhecer as políticas ao nível local, mas também nacional, que lhes estão associadas.

Ponderando uma transformação do CBD – *Central Business District* em CTD – *Central Tourism District* é importante identificar qual o impacto que este fenómeno, está a causar na população local e, considerando a sustentabilidade, ou não desta

transformação a que os edifícios estão a ser sujeitos, *qual será o futuro da nova Baixa de Lisboa*.

Considerando o fundamental desenvolvimento da prática pedagógica, pretendida no mencionado mestrado, no presente relatório é reservado um espaço para a adaptação do tema científico descrito para alunos do 8º ano de escolaridade, no capítulo III intitulado *transposição didática do tema e desenvolvimento de uma experiência pedagógica*.

Este capítulo será iniciado com o *enquadramento didático do tema*, localizando os pontos fulcrais abordados no tema científico nas Metas Curriculares do 3º Ciclo das disciplinas de geografia e história.

Quanto ao *desenvolvimento de uma experiência pedagógica*, a mesma consistirá numa visita de estudo a Lisboa e, o seu ponto de partida será a dinamização de uma atividade que preparará os alunos para os conhecimentos que irão adquirir durante a visita, a planificação e, por último, a reflexão crítica considerando o seu processo de preparação, objetivos ambicionados e, qual o resultado final da visita de estudo.

Uma vez tido em conta o contexto em que tal experiência foi desenvolvida é da maior importância o capítulo I onde consta a *descrição e reflexão sobre o processo individual de formação*, desenvolvido na Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro. O referido capítulo englobará a *caracterização da escola e núcleo do núcleo de estágio* e, a *caracterização da turma* à qual fiquei afeta. Estes pontos prendem-se com o objetivo de dar a conhecer as condições da escola onde decorreu a minha Prática Pedagógica Supervisionada, o núcleo de estágio onde fiquei inserida, bem como as características da turma com a qual desenvolvi grande parte dos trabalhos de estágio durante o ano letivo 2014/2015.

Serão descritas as *atividades letivas* e as *atividades não letivas*, desenvolvidas durante o estágio, tendo em conta as seções de trabalho de seminário, aulas assistidas e lecionadas e, as planificações, que forma os alvos fulcrais de todo o trabalho, mas também, atividades desenvolvidas no âmbito das duas disciplinas.

Quanto à metodologia aplicada para o desenvolvimento deste tema, esta consistirá na pesquisa de bibliografia científica que resultará num trabalho de síntese bibliográfica, específica do tema, a recolha tratamento e análise de dados e, a recolha,

no terreno, da presença de unidades hoteleiras recentes que obedecem aos critérios impostos, ou seja, transformações recentes de antigos edifícios de habitação em alojamento turísticos.

Capítulo I

Descrição e reflexão sobre o percurso individual
de formação

Caracterização da escola e do núcleo de estágio

No âmbito do plano curricular do segundo ano do Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, na unidade curricular do estágio (prática pedagógica supervisionada) formou-se o núcleo de estágio no qual fiquei inserida, juntamente, com os meus dois colegas Anselmo Neves e João Branco.

O referido núcleo de estágio curricular, desenvolveu as atividades de estágio pedagógico, na Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro, agregada ao Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, desde 28 de junho de 2012, localizada na Quinta da Vinha-Moura, na freguesia de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, no concelho de Coimbra, na margem do rio oposta ao centro da cidade.

Quanto à estrutura física da escola, no Projeto Educativo, elaborado para os anos letivos compreendidos entre 2013 e 2016, no Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, no que respeita aos edifícios, é referido que *a sua qualidade e condições são, salvo raras exceções, aceitáveis, encontrando-se os edifícios razoavelmente conservados*¹, afirmação confirmada pela presença no lugar. A escola completa-se com quatro blocos distintos e um pavilhão gimnodesportivo.

Quanto ao contexto socioeconómico em que a escola está inserida, entenda-se que se assinalam *contrastes consideráveis, uma vez que, por um lado é perceptível uma melhoria ao nível do contexto socioeconómico e cultural, associado à melhoria das acessibilidades, ao crescimento demográfico e urbanístico na margem esquerda do rio e à implementação de infraestruturas comerciais e culturais, mas por outro lado ainda se verificam situações graves de carência socioeconómica*². O agregado familiar dos alunos que frequentam a escola em questão empregam-se, na sua maioria, no setor secundário e terciário, nomeadamente, comércio, indústria e serviços, concentrados na margem do rio contrária à localização da cidade.

No ano letivo 2014/2015, a população escolar comportou um universo de 267 alunos, cujas residências para além de abrangerem a área de influência do Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, é necessário também considerar uma área periférica

¹ Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, Projeto Educativo da Escola, Coimbra.

² Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste, Projeto Educativo da Escola, Coimbra.

englobando algumas freguesias dos concelhos de Condeixa, Soure, Montemor-o-Velho e Penela.

Caracterização da turma

Na presença de três estagiários, as orientadoras da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro, das disciplinas de geografia e de história, as professoras Gabriela Borges e Fátima Galhim, respetivamente, selecionaram o ano escolar em que, cada uma tivesse três turmas atribuídas, coincidentes no mesmo nível de escolaridade, em comum para as duas disciplinas, tendo sido eleito o 8º ano de escolaridade.

Após uma semana de assistência a todas as aulas regidas pelas orientadoras da escola, foi permitida aos membros constituintes do núcleo de estágio, a escolha de uma das três turmas do 8º ano. Deste modo, fiquei afeta à turma do 8ºX, em relação à qual teria a responsabilidade de, salvo exceções, lecionar todas as aulas da disciplina de geografia e da disciplina de história, mesmo que porventura, lecionasse numa turma diferente, quer do mesmo ano escolar, quer de um ano escolar diferente.

A turma à qual fiquei afeta era constituída por 17 alunos, dos quais 6 raparigas e 11 rapazes, com uma média de idades de 13 anos. Entre os alunos, dois por terem Necessidades Educativas Especiais, comportavam um currículo específico e portanto não frequentavam as disciplinas de geografia e história. Outra situação relevante de referir é o facto de um dos alunos, desde o início do seu percurso escolar, ter sido sempre honrado como aluno de mérito e excelência, destacando-se assim entre os demais colegas da turma pelas suas desenvolvidas capacidades de compreensão, autonomia e conhecimentos pré-adquiridos.

Do universo total dos alunos da turma, 52% têm residência na freguesia de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, sendo os restantes, residentes das freguesias de Santa Clara e São Paulo de Frades, todas integrantes do perímetro abrangido pelo Agrupamento de Escolas de Coimbra Oeste. Apenas um aluno da turma 8ºX percorre um maior percurso de deslocação entre a escola e a sua residência, uma vez que, a mesma localiza-se no concelho de Condeixa, na periferia da cidade de Coimbra.

Tendo em conta a transição entre o ano letivo 2013/2014 e o presente 2014/2015, na turma incluía-se apenas um aluno repetente e apenas três alunos foram

destacados devido à sua falta de pré-requisitos, no que respeita às matérias lecionadas em anos anteriores, podendo dessa forma comprometer o seu sucesso escolar.

Quanto ao comportamento da turma apenas o aluno repetente foi, inicialmente, assinalado como problemático, mas não tendo, ao longo do ano letivo registo de qualquer caso a assinalar e de uma forma geral não existe qualquer situação de indisciplina da parte dos alunos da turma do 8º X, nas aulas das disciplinas de geografia e história.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano, com a turma em questão, assentou em todos os momentos nas características, interesses e dificuldades revelados pelos alunos ao longo do ano, num conhecimento construído quer com o auxílio das orientadoras, bem como, com a experiência do trabalho diário elaborado com a turma.

Atividades desenvolvidas no estágio

O núcleo de estágio da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro iniciou os trabalhos, da sua prática pedagógica supervisionada, no dia 23 de setembro de 2014, com uma reunião entre os três membros do núcleo e as duas orientadoras da escola. Na referida reunião ficou estabelecido o horário que regeria todo o período letivo, bem como, os seminários a realizar na escola para cada uma das disciplinas e para as duas em conjunto.

Atividades letivas

Seminários

O momento fundamental para o balanço da prática pedagógica foram os seminários, ou seja, reuniões entre os membros do núcleo de estágio e as orientadoras, quer com cada uma individualmente, quer com as duas em simultâneo. Os seminários decorriam às terças-feiras com as duas orientadoras em conjunto, nas quintas-feiras dedicados à disciplina de história e nas sextas-feiras dedicados apenas à disciplina de geografia, por tempo ilimitado, tendo apenas em conta a quantidade de trabalho a realizar. As sessões de seminário tinham lugar na sala de reuniões dos diretores de turma ou, no caso da sua prévia ocupação, numa sala a designar.

Ainda antes do início da prática pedagógica foram realizados inúmeros seminários. Nestas sessões a ordem de trabalhos prendia-se, maioritariamente, com a

calendarização das atividades a realizar, esclarecimento de dúvidas em relação a alguns aspectos das aulas observadas ou das aulas lecionadas pelos estagiários, auxílio e esclarecimentos na realização de planificações e seleção de materiais a utilizar nas aulas assistidas. Nos seminários havia lugar também para a discussão sobre a elaboração e correção dos testes de avaliação que, por sua vez, estavam na íntegra à responsabilidade dos estagiários, sob supervisão das orientadoras de estágio. Para além das atividades letivas, também as atividades não letivas viam o seu momento de calendarização, planificação e elaboração no horário dos referidos seminários.

Por fim, os seminários consistiam no momento de reflexão das atividades realizadas pelos estagiários, tendo em conta o balanço dos aspectos positivos e negativos das aulas lecionadas, maioritariamente, mas também, das atividades não letivas desenvolvidas. Na reflexão sobre o trabalho realizado eram desenvolvidas, para além da capacidade de autoavaliação a capacidade de consciencialização do trabalho elaborado.

Ao longo destes seminários foram desenvolvidas competências de reflexão sobre as valências e as dificuldades apresentadas em cada momento, de crítica construtiva em relação ao trabalho realizado pelos colegas, bem como, a capacidade de expor opiniões e propostas perante todos os envolvidos neste processo de avaliação.

Aulas assistidas e lecionadas

As seções de trabalho acordadas entre as orientadoras da escola e o núcleo de estágio resultaram num horário de trabalho que coordenou o desenrolar da prática pedagógica. Assim, de terça a sexta-feira, o núcleo assistia reunido a todas as aulas regidas pelas orientadoras, determinando as terças e quintas-feiras à assistência das aulas da disciplina de história e as quartas e sextas-feiras à assistência das aulas da disciplina de geografia. Completar-se-ia, desta forma, um total de assistência de aulas na disciplina de geografia de 450 minutos semanais e 495 minutos semanais à disciplina de história. As segundas-feiras estavam reservadas à assistência das aulas de seminário de geografia ou história na faculdade de letras.

Inicialmente, a assistência às aulas tinha como principal objetivo a observação das atividades desenvolvidas pelas orientadoras da escola durante as mesmas, tomando os estagiários livremente os devidos registos, sendo num momento posterior colocadas as devidas questões, nos seminários. Com a observação das aulas pretendia-se também a integração dos estagiários no contexto de sala de aula, contacto indireto com as turmas

regidas pelas orientadoras, a observação da prática pedagógica, inerente à experiência profissional das orientadoras e observação de formas de interação com os alunos na sala de aula.

As orientadoras alertaram, para a atenção a determinados pormenores, tais como, a postura e tons de voz adotados durante as aulas, a forma e pertinência das chamadas de atenção à turma, no que respeita a algum momento de indisciplina, e a dinâmica imposta na aula, principalmente, nos momentos de exploração de documentos.

No mês de novembro, o núcleo de estágio da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro iniciou a prática letiva, respeitante às disciplinas de geografia e história, das turmas do 8º ano às quais estavam afetos, tendo a responsabilidade de assegurar, semanalmente, os blocos letivos do horário das duas disciplinas, estando sempre presentes os restantes membros no núcleo em cada uma das aulas, bem como, a orientadora responsável por cada disciplina em questão.

O dia 10 de novembro de 2014 foi marcado pela primeira aula que lecionei, na disciplina de geografia e no dia 11 de dezembro de 2014, foi momento de dar início à lecionação da disciplina de história. No total foram lecionadas um total de 12 blocos, de 45 minutos, ao 8º ano e, 4 blocos de 45 minutos, ao 7º ano, na disciplina de geografia. Quanto à disciplina de história, foram contabilizados, 9 blocos de 45 minutos mais, 9 blocos de 90 minutos, ao 8º ano e, 3 blocos de 45 minutos ao 7º ano.

A preparação de uma aula era iniciada com o aprofundamento do tema a lecionar, recorrendo à bibliografia científica de preparação e retificação de todos os conhecimentos a transmitir aos alunos, muitas das vezes, colmatando lacunas encontradas no manual do aluno, adotado pela escola. Após esse processo, tendo em conta as características, interesses e dificuldades dos alunos, eram selecionados os documentos e materiais a utilizar na aula, enquadrando a melhor estratégia prevista para o sucesso da transmissão dos conhecimentos retirados de cada material e recurso, para os alunos. Geralmente, a aula era guiada por uma ficha informativa onde os alunos poderiam tomar os registos da aula, elaborada pela professora estagiária. Em todas as aulas era tida em conta a recapitulação da aula anterior, a síntese dos conhecimentos abordados na presente aula e uma forma de avaliar os alunos, considerando o trabalho redigido durante a aula.

Exemplo de uma aula de geografia (45 minutos)

A aula que será descrita foi lecionada no dia 19 de janeiro de 2015. Atendendo às Metas Curriculares de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico, os conteúdos a lecionar enquadram-se no domínio: *Povoamento e População*, subdomínio: *Evolução da População Mundial*, no descritor *definir: demografia, natalidade, mortalidade, crescimento natural, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, taxa de crescimento natural, índice sintético de fecundidade, índice de renovação das gerações, índice de envelhecimento, esperança média de vida à nascença, migração, saldo migratório, crescimento real ou efetivo*. O sumário previsto para a aula foi o envelhecimento da população e suas respetivas causas. A esperança média de vida - o caso português (estudo de caso).

Desde modo, a aula teve início com a realização do sumário previsto e a verificação da presença de todos os alunos na sala de aula. Seguidamente, antes da introdução da nova matéria é realizada uma recapitulação dos conteúdos lecionados na aula anterior, através de diálogo vertical com os alunos. O objetivo de todas as aulas terem sido iniciadas com a retrospectiva da matéria da aula anterior, prende-se pelo facto de, em primeiro lugar, os alunos recordarem os pontos fundamentais abordados no final da última aula e, em segundo lugar, a nova matéria é encadeado com a já adquirida e assim, a sua introdução é realizada de forma muito suave, para que os alunos tenham oportunidade de construir um raciocínio lógico mais facilmente, entre os vários conteúdos.

Uma vez correspondidas as expectativas através das respostas obtidas, pelos alunos, a aula decorreu como previsto, sem ser necessário qualquer tipo de reforço ou esclarecimento. Foi distribuída uma ficha informativa³ pelos alunos, que serviu de guia para os registos da matéria lecionada na aula. Em todas as aulas lecionadas procedi à elaboração de uma ficha informativa para fornecer aos alunos, com todos os pontos fundamentais da aula, bem como, espaços específicos onde é possível tomar os devidos registos da aula.

Esta prática comporta de imediato uma desvantagem, tendo em conta quantidade de recursos (papel, tinteiros), que a escola despende, mas apesar de tudo, não foi encontrada, na prática, qualquer desvantagem na utilização deste recurso. Assim, os

³ Anexo I.

alunos sabem que registros devem fazer da aula, previamente decididos pelo professor, facilita o trabalho quanto à verificação do trabalho que o aluno realizou na aula, os alunos têm a oportunidade de levar a aula para casa na sua ficha, que os pode auxiliar nos momentos de estudo e por fim, o professor pode realizar os exercícios pretendidos para os alunos realizarem na aula, na mesma ficha.

Dá-se então introdução ao tema da aula: *O Envelhecimento da População*, com o auxílio de uma exposição de diapositivos em PowerPoint⁴, com o primeiro slide composto por cinco imagens ilustrativas do tema em questão. O objetivo era através de diálogo vertical questionar os alunos sobre as imagens expostas e o pretendido seria que os mesmos interpretassem as imagens corretamente, relacionado com o tema em questão, com base em temas abordados em aulas anteriores. Em seguida, os alunos já teriam as ferramentas necessárias, para realizar o exercício um da ficha informativa onde se encontrava uma das imagens expostas no primeiro slide e os alunos apenas tinham que completar a sua legenda com o grande tema iniciado, ou seja, *O Envelhecimento da População*.

De modo a confirmar a conclusão retirada da projeção das imagens, foi projetado um gráfico, com dados de 2007, da Organização Mundial de Saúde, para ser analisado e interpretado pelos alunos. A apresentação deste gráfico marca a passagem de meras especulações retiradas de algumas imagens para a análise de dados que, poderiam ou não, confirmar a tese defendida anteriormente. É neste ponto que emerge a razão da apresentação e análise do gráfico que tinha como objetivo levar o raciocínio dos alunos para a confirmação do envelhecimento mundial da população. Uma vez apresentado um gráfico, foi momento de aproveitar para relembrar algumas questões, tais como, a importância do título, da legenda e da fonte de um gráfico que é fundamental para a sua própria análise. O exercício dois da ficha informativa baseava-se num texto, com palavras por completar, que auxiliava na interpretação e síntese dos dados fundamentais a reter sobre o gráfico.

Uma vez retiradas as devidas conclusões do gráfico, foi lido um excerto do livro, *Demografia a ciência da população*, de J. Nazareth, na página 119, para que se enumerassem as duas causas que levam ao envelhecimento da população. Com esta estratégia o fundamental era a introdução de bibliografia científica que, ajudaria a

⁴ Anexo II – engloba todos os materiais descritos relativos à aula.

justificar os motivos que levaram ao envelhecimento da população, neste caso, recorrendo a um autor que os alunos já tinham contactado em inúmeras aulas anteriores. Procedeu-se, então, à leitura em voz alta, por um aluno das duas causas, diretamente do livro, também projetadas também em slide.

A partir de cada uma das causas o objetivo era que os alunos concluíssem, para cada uma, a sua consequência demografia, neste caso, a diminuição da natalidade e o aumento da esperança média de vida. Assim, recorrendo a diálogo vertical com os alunos esta atividade teve sucesso, uma vez que, com alguma precariedade em relação à utilização de termos científicos os alunos conseguiram identificar as consequências pretendidas, e assim, puderam tomar registo na ficha informativa, no local apropriado. Foi então o momento de apresentar o subtema da presente aula, a esperança média de vida à nascença.

Primeiramente foi apresentada aos alunos uma definição de esperança média de vida à nascença, elaborada com base no *Dicionário de Geografia*, de Pascal Baud, Serge Bourgeat e Catherine Bras. Essa definição foi lida em voz alta por um aluno, não do próprio dicionário, mas sim, uma adaptação projetada em PowerPoint que, os alunos tiveram oportunidade de tomar registo na ficha informativa, no local apropriado.

De seguida, foi projetada a imagem de um bebé e introduzindo alguns conhecimentos elementares da disciplina de ciências naturais, sobre seres vivos, foi realizada uma breve experiência. Esta consistia na apresentação de dois copos de plástico com areia onde, num dos copos foi plantada uma pequena flor, regada com um pouco de água e colocada fora da janela da sala ao sol e no outro copo foi colocada uma flor semelhante à anterior, mas, o copo foi preenchido de água e foi colocado um pano por cima do copo para que a planta não usufruir-se dos benefícios da luz solar. Neste ponto da aula o objetivo era que os alunos ao serem questionados acerca das condições do crescimento de cada uma das plantas, concluíssem que, tendo em conta as condições em que em cada ser vivo nasce é possível prever se ele vai viver mais ou menos anos. A esta relação foi atribuída a designação de esperança média de vida à nascença.

Para enumerar as causas que podiam explicar uma maior ou menor esperança média de vida à nascença, foi realizado um jogo, no qual os alunos retiraram de um saco cartões com as causas. Recorrendo ao diálogo vertical, as mesmas foram agrupadas em causas que proporcionam uma esperança média de vida à nascença maior e menor, que

os alunos organizavam, devidamente, no exercício cinco da ficha informativa. Assim, foi criada alguma dinâmica na aula, com a realização de um simples jogo, onde por breves instantes os manuais, cadernos e fichas passam para segundo plano e, os alunos trabalharam conhecimentos de uma forma diferente recorrendo a materiais diferentes, neste caso, pequenos cartões. Coordenando a autonomia dos mesmos, foram eles que, apenas com pequenas orientações do professor, construíram o seu próprio conhecimento, ao ler e analisar cada uma das causas e, faze-las corresponder a um contributo para aumentar ou diminuir a esperança média de vida à nascença.

Após este momento, através de diálogo vertical, os alunos foram questionados acerca do controlo das causas em questão, estabelecendo a diferença entre as causas associadas às condições de vida nos países desenvolvidos e países pouco desenvolvidos, atendendo aos valores de esperança média de vida à nascença correspondente. Deste modo, os alunos deveriam concluir que a esperança média de vida à nascença é um indicador de desenvolvimento dos países. Com estas informações, os alunos puderam completar o esquema do exercício seis da ficha informativa.

Uma vez divididos os valores de esperança média de vida em dois grandes blocos, países desenvolvidos e países em desenvolvimento, deu-se início a um estudo de caso, partindo da localização que lhes era mais familiar, neste caso, Portugal. O indicador demográfico era a esperança média de vida à nascença, a área em estudo Portugal Continental e os valores analisados eram dados compreendidos entre 1960 e 2012. Para iniciar o estudo foi lido e projetado, um pequeno excerto do livro: *Portugal: os números*, de Maria Rosa e Paulo Chitas, página 20, através do qual foram retiradas duas conclusões: o facto de existir uma diferença sexual entre a esperança média de vida à nascença e o facto de a mesma ter registado um aumento entre 1960 e 2007, consequência de um aumento do nível de desenvolvimento do país em questão.

O excerto de texto lido para além de projetado estava também inserido na ficha informativa, para que os alunos lhe pudessem ter acesso em casa e seguidamente ao excerto foi realizado um exercício de interpretação onde os alunos podiam registar as duas referidas conclusões do excerto. Através de diálogo vertical, foram os próprios alunos a descortinar as duas conclusões que o excerto apresentava.

Para que os alunos tivessem acesso aos valores mais atualizados, foi visitado o site *Pordata*, onde foram analisados os valores da esperança média de vida à nascença,

em Portugal, quer para 2012 (dado mais recente) quer para 1970. Neste momento da aula, os alunos para além de verem introduzidas na aula as tecnologias, neste caso a internet, enriqueceram os seus conhecimentos ao conhecerem o portal *Pordata*, bastante dinâmico e acessível na consulta de dados demográficos.

Por fim, foi destacado o gráfico que se encontra no portal *Pordata*, que demonstra a evolução da esperança média de vida à nascença, em Portugal, desde 1960 até 2011, evidenciando a diferença entre os valores respetivos aos homens e às mulheres. A aula viu o seu término com a revisão da ficha informativa, com dois objetivos, verificar se todos os alunos tinham realizado todos os exercícios e recapitular em forma de síntese toda a matéria abordada na presente aula.

Realizando um balanço da aula apresentada é de referir que a minuciosa preparação da aula, o encadeamento das estratégias e a solicitação da participação dos alunos resultou no sucesso da mesma. A perspicácia dos alunos na retirada das conclusões das estratégias apresentadas e o seu bom comportamento resultou no decorrer da aula, sem precauções e no cumprimento da sua planificação⁵. O trabalho realizado previamente como a planificação detalhada da aula e o esquema concetual⁶ também constituía, sem dúvida, uma mais-valia.

O momento mais bem-sucedido da aula, foi a experiência realizada com a flor. Os alunos corresponderam acertadamente ao objetivo pretendido com a exemplificação e foi permitido captar a atenção de todos para a tarefa realizada. O momento menos bem-sucedido foi quando os alunos tomaram registo, na ficha informativa, as causas que explicam um aumento ou diminuição da esperança média de vida à nascença. Os alunos tiveram que registar doze causas, momento que se traduziu numa pausa demasiado longa que, acabou por quebrar o ritmo da aula, suscitando alguma conversa paralela. Assim, a solução para o problema passaria por, na ficha informativa, algumas das causas e os alunos apenas teriam que completar as restantes.

Exemplo de uma aula de história (45 minutos)

A aula que será descrita foi lecionada no dia 15 de janeiro de 2015. Atendendo às Metas Curriculares de História para o 3º Ciclo do Ensino Básico, os conteúdos a lecionar enquadram-se no domínio: *Expansão e Mudança nos Séculos XV e XVI*,

⁵ Anexo III.

⁶ Anexo IV.

subdomínio: *Renascimento Reforma e Contrarreforma*, no descritor: *caracterizar a arte do renascimento nas suas principais expressões (arquitetura, pintura e escultura)*. O sumário previsto para a aula foi a pintura renascentista e as suas características.

Desde modo, a aula teve início com a realização do sumário previsto, bem como, a verificação da presença de todos os alunos na sala de aula. Seguidamente, antes da introdução dos novos conteúdos foi induzida uma recapitulação da matéria lecionada na aula anterior, através de diálogo vertical com os alunos. Todas as aulas que lecionei foram introduzidas com uma retrospectiva da aula anterior com a finalidade de, em primeiro lugar, os alunos recordarem alguns pontos fundamentais onde ficaram no final da última aula e em segundo lugar, encadear os novos conteúdos com os previamente adquiridos sendo, assim, a sua introdução realizada de forma muito suave e tendo os alunos a oportunidade de construir um raciocínio e ligações entre diversos conteúdos com maior facilidade.

De forma a construir um início de aula estimulante, esta iniciou-se com uma, apresentação de duas folhas de papel. Na primeira⁷ estavam representadas as imagens de uma caneta e de um lápis de carvão, na segunda encontravam-se os mesmos elementos, mas, ao invés de estarem as imagens representadas na folha, encontrava-se uma caneta e um lápis igual às imagens, colados com fita-cola. O objetivo desta atividade era que os alunos, com base nos pré-requisitos, identificassem a primeira folha como um exemplo de uma pintura da época medieval e a segunda imagem com uma pintura do renascimento, uma vez que, essa apresentava forma e relevo, concluindo assim que, no renascimento as representações davam a sensação de terem *saído* da tela.

Seguidamente, com auxílio da projeção de imagens em PowerPoint⁸, esse exemplo tornou-se real através de imagens. Na primeira imagem *A Taula de Sant Miquel*, do Século XIII, da autoria de Soriguerola, localizada na Catalunha, elucidativa da época medieval e, uma segunda imagem *A Última Ceia*, de 1495, da autoria de Leonardo Da Vinci, localizada no Convento de Santa Maria delle Grazie. O objetivo da apresentação das duas pinturas era que os alunos estabelecessem uma relação entre cada uma delas e com as folhas exibidas anteriormente, com o lápis e a caneta.

⁷ Anexo V.

⁸ Anexo VI – englobava todos os materiais descritos relativos à aula.

Ultrapassada a parte introdutória, seguiu-se mais um exemplo da pintura renascentista, neste caso, o fresco da Capela do Palácio Médici, em Florença. Primeiro os alunos foram questionados sobre qual das imagens anteriores se assemelhava à pintura representada procurando, deste modo, situá-la no tempo, ou seja, no renascimento. Uma vez que, nas aulas anteriores o objetivo foi remeter todas as práticas artísticas renascentistas à Antiguidade Clássica, estabelecendo uma linha de comparação, este foi o momento de viajar no tempo e questionar os alunos: *será que tão grandioso fresco podia ser também uma réplica da Antiguidade Clássica?* Assim, surge a projeção de um exemplo de arte romana, a fresco das paredes de uma casa em Pompeia, confirmando a existência de tão exuberante obra cuja sua origem remonta aos clássicos.

O exercício de compreensão foi depois reforçado com a apresentação de duas imagens lado a lado - um fresco romano e novamente o fresco das paredes da Capela do Palácio de Médici. Neste contexto, foi momento de relembrar aos alunos um arquiteto da Antiguidade Clássica, Vitruvius, que no seu tratado sobre arquitetura abordou algumas técnicas importantes na pintura de frescos. Assim, pretendia-se que, através de diálogo vertical com os alunos, concluíssem que de facto esta era uma técnica estudada e praticada pelos clássicos e que os homens do renascimento apenas a utilizaram. Uma vez abordados os frescos, e apenas para enriquecer os conhecimentos dos alunos foi apresentado o clássico fresco, *A Criação do Mundo*, de 1508-1512, localizado no teto da Capela Sistina, no Vaticano, na Itália, da autoria de Miguel Ângelo.

De seguida introduziu-se a identificação das características da pintura renascentista. Foram então projetadas duas imagens, *Madonna e o menino*, de 1298, da autoria de Duccio (época medieval) e a *Virgem e o Menino com uvas*, de 1504, da autoria de Lucas Cranch. As duas imagens assemelhavam-se na sua representação, mas existia uma característica evidente que as distinguiu. O objetivo era que os alunos identificassem a primeira das características, *pinturas a óleo com cores mais brilhantes e naturais*, estimulando sua observação relativamente às características das cores, o brilho e a luz que cada uma das pinturas emana.

Na identificação de outra característica, o *naturalismo* foi realizado o mesmo exercício, através da exposição de duas imagens - o fresco da Basílica de Herculano e *Adão e Eva*, de 1531, da autoria de Saaliche. Ambas as imagens representavam a figura

humana sem roupa e neste contexto, não se pretendia que os alunos definissem o conceito naturalismo, com o qual ainda não tinham tido contactado, mas sim que identificassem a natureza, o homem tal qual veio ao mundo, ou seja, a exatidão sua na representação.

Para a identificação da *perspetiva*, como característica da pintura renascentista, foram seleccionadas duas imagens e projetadas lado a lado, com as quais se estabeleceu uma relação com as folhas exibidas no início da aula, a primeira remetia à época medieval, e a segunda à Antiguidade Clássica (um fresco da Villa Livia, do ano 20 a.C.) na qual se encontrava um elemento, um muro, que salientava na perfeição a perspetiva da imagem. Neste contexto, surgiu na aula um pacote de batatas fritas, em forma de cone, chamadas *3D*, através das quais os alunos teriam que identificar a designação das três dimensões (altura, largura e profundidade), identificando novamente as mesmas na imagem projetada.

Depois, a projeção da pintura renascentista, *A escola de Atenas*, de 1509, da autoria de Rafael Sanzio, foi a eleita para, dentro da temática da perspetiva, destacar um elemento importante, o *ponto de fuga*, que os alunos já tinham conhecimento das aulas de educação visual. No âmbito da temática do ponto de fuga e da perspetiva foi apresentado Filippo Brunelleschi como a personagem que resgatou a perspetiva dos saberes da Antiguidade Clássica, esquecida durante toda a Idade Média, aplicando-a na projeção do interior da igreja de S. Lourenço, em Florença, em 1421.

Para ilustrar a próxima característica da pintura renascentista surgiu, uma impressão da pintura, *Cristo entrega a Pedro as chaves do Reino dos Céus*, de 1482, da autoria de Perugino. A finalidade da impressão desta pintura numa folha foi questionar os alunos acerca da característica que mais se destacava na representação e uma vez que os alunos não atingiram o pretendido, rasgou-se a folha ao meio e trocou-se a ordem dos pedaços de papel entre a direita e a esquerda. Dessa forma, foi mais perceptível a identificação do efeito de espelho na imagem em ambas as metades, exemplificando, desta forma, a *simetria* da mesma.

Ainda para ilustrar a *simetria e a distribuição geométrica* das formas foi apresentada a *Sagrada família*, de 1504, da autoria de Miguel Ângelo à qual foi sobreposta uma estrela de cinco pontas que permitiria que os alunos identificassem o, em primeiro plano os elementos mais importantes da imagem e os constituintes do

segundo plano da imagem. A partir deste exercício foi solicitado aos alunos que identificassem as personagens principais e secundárias da pintura e a partir delas, com auxílio de diálogo horizontal construíssem uma história que pudesse descrever o objetivo de todos os elementos do quadro bem como o seu grau de relevância. O objetivo era que os alunos ilustrassem o propósito de pintar ao selecionar a posição de cada elemento no quadro.

Por fim, a característica que restava era o *sfumato*. Neste momento foram distribuídas paisagens para colorir e canetas de feltro pelos alunos, seguidamente, foi solicitado aos alunos, após a pintura, que observassem pela janela e que comparassem a agressividade com que as cores dos seus desenhos com as cores da natureza. Pretendia-se que os alunos caracterizassem a passagem das cores nas paisagens de forma suave. Depois os alunos foram questionados em relação a qual os exemplos seria o mais elogiado pelos homens do renascimento. Neste momento, o pretendido era que os alunos identificassem o desenho que pintaram como errado, uma vez que, como não se assemelhava à realidade, apelando à mobilização do conceito de naturalismo.

Assim, foram projetadas, lado a lado, duas imagens, uma pintura da época medieval e um desenho colorido e os alunos tiveram de identificarem algumas das semelhanças, bem como, a ausência de algumas das características da pintura renascentista identificadas ao longo da aula. A solução para o problema foi encontrado num degradé de cores que permitiam a passagem entre os vários tons de uma forma suave, com a aproximação ao branco ou ao preto. Surgiu, assim, a explicação da técnica do *sfumato*, onde apenas com o auxílio do degradé de cores foi possível criar a ilusão de fumo pretendida que suavizou a passagem entre os elementos representados. A imagem escolhida para exemplificar a técnica do *sfumato* foi a *Virgem e o menino e Santa Ana*, de 1510, da autoria de Leonardo Da Vinci.

Na última parte da aula teve lugar um simples jogo. Dentro de um saco estavam algumas imagens e os alunos apenas tinham que identificar a característica da pintura do renascimento dominante. Este jogo serviu como forma de consolidação de conhecimentos e proporcionou alguma dinâmica na aula.

Refletindo sobre a aula apresentada, houve um grande cuidado na seleção das imagens e nas estratégias a utilizar em cada uma das suas partes, uma vez que foi necessário que os alunos tivessem sensibilidade para a interpretação dos elementos

fundamentais de uma pintura. Manter os alunos atentos, durante 45 minutos, não é uma tarefa simples e exige um ritmo e uma dinâmica de aula muito intensos. Por esse motivo esta aula foi planeada cuidadosamente⁹ assentando na construção de um fio condutor lógico que permitisse aos alunos uma fácil transição entre os conteúdos lecionados.

A crítica negativa apontada, ao desenrolar da aula, prendeu-se com a necessidade de questionar mais vezes os alunos em relação à matéria abordada, uma vez que a aula foi estruturada para que os mesmos construíssem o seu próprio conhecimento, quer com base de conhecimentos pré adquiridos, nomeadamente, da disciplina de educação visual, quer através do fornecimento as pistas necessárias para que os alunos fossem conduzidos para o pretendido.

Planificação

O modelo de planificação das disciplinas de geografia e de história, utilizados na Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro eram distintos, mas totalmente apropriados para cada género de aula, uma vez que, a estrutura e forma de pensar uma aula, para as distintas disciplinas, comportaram inúmeras diferenças.

Na planificação a longo prazo foram tidas em conta apenas as aulas disponíveis para a leção de conteúdos programáticos, sendo feita a sua respetiva divisão ao longo dos três períodos de aulas. Na planificação a médio prazo as atenções centraram-se em cada um dos *domínios* e *subdomínios*, correspondentes a cada tema da matéria e foram estabelecidas as metas que pretendidas, os conceitos a serem abordados e salientados, as estratégias e atividades que dinamizariam a leção dos respetivos conteúdos, os recursos que considerados necessários para o desenvolvimento das atividades anteriormente estabelecidas, a forma como se pretendia avaliar essas mesmas atividades, ou seja, as modalidades e instrumentos de avaliação e por fim, o número de aulas previstas para a conclusão do que foi estabelecido.

Por último, a planificação a curto prazo, aquela que deveria ser realizada tendo em conta cada aula em particular. Os tópicos a ser contemplados neste tipo de planificação foram as questões chave, que deveriam ser respondidas com a matéria lecionada durante essa aula, as metas de aprendizagem, os conceitos estruturantes dessa aula, as estratégias de ensino-aprendizagem que se sistematizariam no decorrer da aula e

⁹ Anexo VII.

que beneficiariam a aprendizagem dos alunos, os recursos necessários para a aula e o modo de avaliação aplicado nessa aula.

A reflexão crítica elaborada é um aspeto bastante positivo da planificação, porque no final de cada aula o professor refletia sobre os aspetos a serem melhorados, sobre novas formas de abordar uma determinada matéria, estratégias que se considerassem dispensáveis, ou pelo menos não adequadas à turma, entre muitos outros aspetos.

Deste modo, no que diz respeito aos benefícios da planificação estes baseiam-se não numa estratificação das aulas, mas sim, num apoio que o professor pode usufruir para gerir melhor o seu tempo e, até mesmo, não perder a organização das aulas quando surgem imprevistos. Uma planificação pode ser constantemente moldada a novas circunstâncias ou, a reações inesperadas da turma. Uma planificação não se torna assim um caminho a seguir, mas sim, o lugar onde se pretende chegar, mesmo que o caminho seja alterado.

O desempenho de um docente face à profissão deve ser suficiente para reconhecer que em plena sala de aula é necessário atender a uma multiplicidade de aspetos e que, nem sempre ou nem todos os dias, é possível o mesmo nível de desempenho da sua tarefa. Os alunos, por sua vez, merecem que cada professor dê o seu melhor para benefício do sucesso escolar e para isso, em sala de aula, o professor deve obedecer a nove aspetos essenciais, *captar a atenção do aluno, descrever os objetivos, estimular a recordação como pré-requisito da aprendizagem, apresentação de estímulos materiais, orientação da aprendizagem, propiciar o desempenho, dar feedback sobre o desempenho, avaliar e reforçar a retenção e transferência do conhecimento*¹⁰. Como se torna quase impossível que o professor atenda a todos estes aspetos numa só aula, a planificação, a prévia preparação da aula em casa, ajuda na captação atenção para todos estes aspetos e, que os aplique ao longo da aula.

Atividades não letivas

Apesar da prática pedagógica, ligada diretamente à lecionação, o núcleo de estágio da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro, participou ativamente nas atividades não letivas inseridas no Plano Anual de Atividades da escola, previamente definido antes da

¹⁰ Cardoso, 2010, p. 42.

chegada dos estagiários. As três atividades não letivas realizadas ao longo do ano letivo, tiveram a integração interdisciplinar de geografia e história.

Exposição: Sá de Miranda e Pedro Nunes – Dois rostos do humanismo em Coimbra

Primeiramente foi realizada uma exposição, designada *Sá de Miranda e Pedro Nunes – Dois rostos do humanismo em Coimbra*, que esteve em exibição entre os dias 18 de outubro e 16 de dezembro de 2014, em cooperação com geografia, história, história e geografia de Portugal e a Rede de Bibliotecas Escolares.

A exposição pretendia dar a conhecer duas personalidades portuguesas contemporâneas da expansão portuguesa, século XV e XVI: Pedro Nunes e Sá de Miranda. O público-alvo da atividade eram o 5.º e 8.º ano de escolaridade e, por isso mesmo, a visita guiada da exposição ficou à responsabilidade dos estagiários. Cada dos membros do núcleo de estágio guiou a visita à turma à qual iria ficar afeto. Contudo a preparação da atividade passou pela elaboração de um guião¹¹ comum aos três estagiários, para uma boa estruturação de todos os passos da visita e para que os alunos das três turmas retivessem as mesmas informações acerca da exposição, a fim de num momento posterior, realizarem uma ficha de consolidação de conhecimentos¹².

Visita de estudo 7.º anos

No dia 12 de maio de 2015, foi realizada uma visita de estudo a Conímbriga, Buracas do Casmilo, Complexo Monumental de Santiago da Guarda, Casa dos Fósseis e Moinhos de Vento do Outeiro, dirigida aos alunos do 7º ano, com a cooperação das disciplinas de história, geografia, ciências naturais, físico-química, educação visual e educação especial.

Os objetivos pretendidos com a visita de estudo, para a disciplina de história, eram o aprofundamento de conhecimentos pré adquiridos, descrever o quotidiano de vários grupos sociais na Roma imperial, através da observação de espaços públicos, privados e artefactos do quotidiano, observar o modelo urbanístico das cidades romanas, reconhecer a originalidade artística dos romanos, sublinhando o seu carácter prático, utilitário e monumental, reconhecer a qualidade da engenharia romana através das suas construções, desenvolver o espírito de cooperação e promover atitudes de civismo.

¹¹ Anexo VIII.

¹² Anexo IX.

No âmbito da disciplina de geografia, os objetivos eram a aplicação de ferramentas de descrição dos lugares, fomentar formas de partilha de conhecimento, desenvolver o gosto pela visita a espaços culturais, sensibilizar os alunos para a utilização de energias renováveis e promover o relacionamento entre os alunos e professores.

No balanço da atividade foi possível constatar algumas falhas, uma vez que, devido à falta de tempo no calendário letivo quer na disciplina de geografia, quer de história, não foi possível realizar qualquer tipo de atividade para que os alunos fossem avaliados acerca dos conhecimentos adquiridos ao longo da visita de estudo. Também o facto da planificação da visita não ter tido em conta a dimensão da mesma, bem como o tempo disponível para a sua realização causou algum desajuste que resultou na impossibilidade de completar todos os passos da planificação da visita, nomeadamente, a visita à Casa dos Fósseis, no âmbito da disciplina de ciências naturais.

Visita de estudo 8º ano

Foi também realizada, no dia 30 de abril de 2015, uma visita de estudo, para as turmas do 8º nível de escolaridade, mas, não será abordada em pormenor neste ponto, uma vez que, constitui a aplicação didática do tema científico em estudo no presente relatório e, portanto não é justificável a repetição de conteúdos.

Reflexão sobre o estágio pedagógico

O sucesso evidenciado na conclusão do estágio da prática pedagógica do núcleo da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro deveu-se não só ao empenho e cooperação no trabalho realizado pelos três membros do núcleo, bem como à dedicação das orientadoras da escola e de todos os professores, funcionários e alunos que, em todos os momentos, prestaram a maior das disponibilidades no auxílio na colmatação de inúmeras dificuldades sentidas.

Desde o primeiro momento de entrada na escola que, não foi exercida qualquer pressão por um desenvolvimento forçado de trabalho, da parte dos estagiários. Este constitui de imediato um ponto positivo de tranquilidade, integração na escola, relação com os demais docentes e também, algum conhecimento prévio das turmas.

Devido à longa experiência da orientadora da disciplina de história que sempre funcionou como porta-voz e decisora de várias questões, os primeiros contactos com a turma à qual ficamos afetos não passou, de imediato, para o contexto da rigidez da sala de aula. Muito positiva para a adaptação ao novo contexto que o núcleo estava a encontrar foi o facto de primeiramente contactamos com os alunos numa circunstância mais descontraída numa simples aula de correção de teste e a primeira vez em que foi abordada uma nova matéria pelo núcleo de estágio, esta teve lugar numa exposição.

Um aspeto menos positivo foi o facto de ter lecionado apenas uma aula de 90 minutos na disciplina de história e três aulas de 45 minutos na disciplina de geografia, durante todo o 1º período devido à apertada calendarização escolar em vigor e, em janeiro, ainda com poucas aulas de experiência pedagógica, ter-se dado início à primeira fase de avaliação, com as aulas assistidas pelas orientadoras da faculdade, as professoras Ana Isabel Ribeiro e Adélia Nunes, das disciplinas de história e geografia, respetivamente.

Até ao momento das primeiras avaliações as dificuldades sentidas, ao longo da leção das aulas eram acrescidas, nomeadamente, no que respeita à melhor exploração de documentos, controlo dos nervos sentidos pela pressão da assistência às aulas e também uma impecável adaptação dos conteúdos a lecionar ao nível da escolaridade dos alunos em questão. Contudo, o aspeto positivo saliente das aulas lecionadas sempre foi a construção de um bom fio condutor entre os diferentes conteúdos que, por sua vez, proporcionava uma boa fluência da mesma e um benefício na transmissão dos conteúdos para a compreensão dos alunos.

Contudo, no início do 2º período escolar, algumas dificuldades acessórias já tinham sido colmatadas. A sistemática exploração da estrutura física da escola, dos recursos que ela tinha para oferecer, bem como do funcionamento dos equipamentos deu-nos a experiência necessária para uma maior fluência no trabalho e combater a alguns entraves inicialmente sentidos. A sistemática exploração dos conteúdos programáticos e das Metas Curriculares serviram como uma ferramenta essencial para a centralização dos conteúdos a transmitir aos alunos, dos diferentes anos de escolaridade, nas duas disciplinas. Também a elaboração e correção dos testes de avaliação auxiliaram na perceção do estabelecimento dos objetivos pretendidos aos alunos, em

cada ponto lecionado, bem como, o nível médio de classificação de cada aluno e cada turma.

A grande síntese de esclarecimentos de tudo o que englobava a prática pedagógica tinha lugar nos seminários, fundamentais como referimos, para o balanço das atividades de cada estagiário, bem como, na deteção de pontos fortes e fracos a estimular ou modificar.

Desta forma, com o início do 2º período de escolaridade, a capacidade de trabalho do núcleo de estágio foi estimulada ao máximo. A exigência na preparação das aulas aumentou, mas também, o rigor na realização da planificação da aula, de forma a enaltecer a sua real essência, como elemento fundamental na preparação de uma aula. O ritmo de trabalho a reflexão crítica sobre o trabalho pessoal e dos colegas, a dinâmica exigida em cada aula forneceram ferramentas fundamentais para o sucesso da prática pedagógica.

Ao longo do 2º período escolar muitas dificuldades foram ultrapassadas, quer com a experiência adquirida, quer com as estratégias encontradas para colmatar entraves sentidos ao longo da prática pedagógica. Das dificuldades encontradas seria relevante referir a exploração de documentos, uma vez que, considero ser das capacidades mais importantes de um professor, o facto de pegar em qualquer tipo de material, imagem, texto e explorar ao máximo, de forma simples, sintética e dinâmica tudo o que é possível reter. Assim, na medida da minha dificuldade encontrei uma forma de a ultrapassar que, posteriormente foi avaliada positivamente pelas orientadoras da escola.

Portanto, a estratégia encontrada foi rentabilizar ainda mais a ficha informativa elaborada aula a aula que servia de guião, incorporando-lhe todas as estratégias necessárias de modo a que, após a exposição e análise dos materiais, fosse realizado, na ficha, o exercício considerado mais adequado à exploração do determinado material. Assim, o exercício era realizado na aula com os alunos e em casa os mesmos teriam um acesso organizado a todo o trabalho. A exploração era feita sempre com orientação do docente.

O núcleo de estágio tornou-se uno na realização de todos os trabalhos propostos. Foi assim, que percecionei, verdadeiramente, o que é ser professor, qual é o real papel de um professor dentro da escola e dentro da sala de aula e o nível da exigência

necessário para quem pretende realizar um trabalho o mais sério possível, assim como o nível do desgaste físico e mental.

O 3º período escola levou-nos, inicialmente, numa sessão de seminário com as orientadoras da escola a um grande balanço do trabalho que já tinha sido realizado até então. Este momento foi muito importante para que os estagiários pudessem situar o trabalho realizado, tendo em conta a sua evolução, mas também, qual era ainda o caminho a percorrer e as dificuldades a ultrapassar para que a excelência fosse atingida.

Contudo, a partir de inícios do mês de abril o trabalho na escola foi alvo de duas novas e enriquecedoras experiências. Primeiramente iniciou-se a lecionação a um novo ano de escolaridade, nomeadamente, o 7º ano, nas disciplinas de geografia e história. Com essa mudança, a responsabilidade aumentou uma vez que a carga horária de aulas a lecionar passou a ser maior, ou seja, havia mais aulas para preparar, mais estratégias, mais planificações, etc.

Outra grande experiência enriquecedora foi a realização das duas visitas de estudo. A meu cargo ficou apenas uma delas e, com essa, tive o primeiro contacto com a parte burocrática da realização de uma atividade fora do perímetro da escola com os alunos. Desde a preparação da visita, a escolha das ofertas mais adequadas para os objetivos pretendidos na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos, a preocupação com a interdisciplinaridade, a responsabilidade com os pagamentos da visita, a responsabilidade com o transporte e permanência de tantos alunos fora da escola, foi tudo uma grande aprendizagem.

Da experiência que este ano me proporcionou acarretei um grande entusiasmo para o meu futuro profissional e permitindo-me idealizar um tipo de professor que gostava de construir ao longo dos anos. Devido à liberdade proporcionada pelas orientadoras da escola, foi-me possível aplicar alguns dos meus objetivos que passam, essencialmente, pela utilização de bibliografia científica na sala de aula. Salvo raras exceções, utilizei diariamente a exploração de excertos, adaptada ou não, de bibliografia científica, onde optei por levar o próprio livro para a sala de aula, onde os alunos tinham a oportunidade de ler o exceto diretamente do livro.

Assim, foi estimulada, ao longo do ano letivo, a curiosidade nos alunos pela leitura de obras para não cingir os seus conhecimentos apenas aos manuais escolares.

Ao princípio achei ambicioso o objetivo, uma vez que, não tinham qualquer experiência de tal prática, mas com o decorrer do ano letivo, entendi esta estratégia como estimulante, na medida das características da turma à qual estava afeta.

Por fim, é de referir que tenho plena consciência que aprendi muito neste ano de estágio e que muitas outras coisas ainda me faltam aprender que só a experiência profissional me vão trazer. Iniciei o ano com muitas dúvidas e algumas dificuldades, mas foi muito gratificante o trabalho em equipa dentro do núcleo de estágio, que me ajudou a ultrapassar muitas dificuldades e a enriquecer muito os meus conhecimentos e a tornar-me uma pessoa melhor.

Capítulo II

Aprofundamento científico do tema: *A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas*

Contextualização espacial da área em estudo

A área geográfica abrangida no presente trabalho, a Baixa de Lisboa também designada de Baixa Pombalina, encontra-se delimitada na figura 1.



Figura 1 – Delimitação área de estudo: Baixa Pombalina.

Fonte: Google Earth.

Em termos administrativos, a Baixa de Lisboa insere-se na NUT I Portugal Continental, NUT' II Região de Lisboa, NUT'III Grande Lisboa e no município gerido pela Câmara Municipal de Lisboa, compreendendo-se nela as seguintes freguesias: Santa Maria Maior, Coração de Jesus e São José. A respetiva área tem como ruas limítrofes a norte o Largo do Regedor, a este o Poço de Borratém e a Rua Madalena, a sul a Rua da Alfândega, a oeste o Largo de São Julião e a Rua Nova do Almada.

Na divisão concelhia, realizada pela Câmara Municipal de Lisboa, a Baixa Lisboaeta encontrou o seu lugar no designado *Centro Histórico de Lisboa*. Entre as demais designações, a Baixa de Lisboa comporta ainda uma outra, CBD abreviatura para *Central Business District*, ou seja, uma área central que compreende o mais importante centro terciário das maiores áreas urbanas e o mais importante centro de decisões, no que diz respeito aos negócios e administração, quer públicos quer privados.

Para Teresa Salgueiro o CBD como área caracteriza-se pela *boa acessibilidade em transportes coletivos, pela grande concentração de atividades terciárias, nomeadamente os escalões mais altos de decisão, tanto na administração pública, como na vida económica*¹³.

Considerando a existência de várias *Baixas* no território português, nomeadamente na cidade do Porto, Aveiro, Coimbra e, tendo em conta sua importância administrativa e dimensão também em todas as cidades capitais de distrito, não é possível menosprezar o facto de a Baixa de Lisboa ser a *Baixa das Baixas*, uma vez que a sua localização converge com capital de Portugal.

Lisboa antes do terramoto de 1 de novembro de 1755

Lisboa Mourisca

É na curiosa análise comparativa entre *o antes* e *o depois*, considerando um dado acontecimento, que são retiradas as devidas conclusões, no que respeita a uma mudança, a uma transformação, a uma evolução. Por isso mesmo, o alvo em estudo, a cidade de Lisboa, será abordado, em primeiro lugar, remontando ao *seu antes*.

Recuando até ao século VIII, aquando da decadência do Império Romano que permitiu o domínio Mourisco, em solo Lisboeta, encontramos um marco fundamental para a compreensão de algumas das características da cidade, antes do terramoto de 1755.

Henrique Gama, considera que a morfologia urbana de Lisboa, antes do terramoto, se designa por um urbanismo muçulmano, fruto *de uma lógica de ocupação do espaço que terá partido de princípios que se prendem com a defesa, a ocupação do solo para a sobrevivência dos habitantes, a pesca e o comércio*¹⁴.

A partir deste momento, o crescimento da cidade criou uma linha paralela com as necessidades dos seus habitantes e *acompanhou o decorrer dos tempos, na maior parte das vezes de forma desordenada, sem qualquer tipo de planeamento*¹⁵. A liberdade e pobreza arquitetónica que abraçaram o crescimento da cidade de Lisboa resultaram numa malha urbana *cheia de ruas labirínticas de difícil acesso e complicada*

¹³ Salgueiro, 1992, p. 321.

¹⁴ Gama, 2005, p. 87.

¹⁵ Pardal, 2005, p. 21.

*circulação*¹⁶ que, segundo Manuel Mendes, *era um aglomerado urbano muito semelhante ao que ainda hoje conhecemos no bairro de Alfama*¹⁷.

No desenrolar da história da cidade em estudo é necessário fazer outra paragem, entre os séculos XIII e XIV, nos quais se compreende o reinado de D. Dinis. É este monarca português que manda abrir uma rua principal em Lisboa, a Rua Nova dos Ferros, estabelecendo alguma organização na labiríntica cidade. Aí se concentraram ricos negociantes.

As características urbanas da cidade da Lisboa, antes do terramoto de 1755, não sofreram alterações significativas ao longo dos séculos, mas a paisagem da cidade também não se manteve estática. Assim, alguns foram os contributos para alterações na *Lisboa mourisca*, por força do aumento da população residente, que obrigou neste como noutros casos, ao crescimento dos limites das cidades.

A Cerca Moura, construída durante da presença muçulmana em Lisboa, conheceu o seu primeiro alargamento no reinado de D. Fernando, em 1375, com a designada Cerca Fernandina.

Até ao século XV, *Lisboa apresentava um carácter semirrural, pois, salvo raras exceções, os edifícios tinham apenas um andar e desfrutavam quase todos de terrenos cultivados com pomares e hortas nas traseiras*¹⁸.

Chegado o século XV, abertas as portas de Lisboa ao mundo com o início da expansão ultramarina portuguesa, a cidade viu os seus limites serem obrigados a crescer. Em primeiro lugar, *os moradores viram a cidade desdobrar-se para abrigar os novos habitantes que os negócios, a construção naval, os arrolamentos na frota ou a sede e o interesse das aventuras atraíram*¹⁹.

Em segundo lugar, nesse século, *o centro comercial já se localizava na área da Baixa*²⁰. A grande afluência de riquezas, produtos e pessoas ao grande centro mercantil da Europa, a cidade de Lisboa, apelou à necessidade de infraestruturas de auxílio: uma grande empresa, levada a cabo principalmente na *zona ribeirinha*, na parte baixa de

¹⁶ Pardal, 2005, p. 47.

¹⁷ Mendes, 1942, p. 46.

¹⁸ Duarte, 2011, p. 9.

¹⁹ França, 1987, p. 19.

²⁰ Santos, 2005, p. 30.

Lisboa, teve como consequência, por exemplo, a construção do Terreiro do Paço, do Palácio Real, da Casa da Índia, da Ribeira das Naus, do mercado e da Casa da Alfândega.

Durante esse período de crescimento urbano da cidade, ainda no século XV, não se verificou qualquer tipo de planeamento, ao contrário do século XVI, sobretudo após os terramotos de 1531 e 1551, em que Lisboa experienciou, pela primeira vez, um *plano urbanístico racional*²¹.

Outro marco importante situa-se século XVII, na regência de D. Pedro: a utilização dos coches foi motivo para a realização de algumas alterações na cidade, como por exemplo, o alargamento da *Rua dos Ourives da Prata, em 1680, para o que foi necessário demolir 26 casas*²², uma vez que, que a largura das ruas não permitia a circulação dos referidos coches.

Deste modo é-nos facilitado um mapa mental da paisagem urbana de Lisboa que resistiu até ao dia 1 de novembro de 1755, dia em que, por meio de uma catástrofe, à cidade, se abriu a oportunidade de ver o seu traçado drasticamente alterado.

O terramoto de 1 de novembro de 1755

A catástrofe

Era sábado, 1 de novembro de 1755, dia de Todos-os-Santos. As igrejas e capelas da cidade de Lisboa estavam lotadas, com a afluência da população às missas celebradas nesse dia feriado religioso. Neste cenário de fé e tranquilidade, deu-se a agitação nas profundezas da terra que desviaram o normal decorrer de tão calmo dia.

Ocorreu, logo pela manhã, um terramoto, cuja magnitude se calcula ter-se situado entre os 8 e 9 valores na escala de Richter e que fez ruir um grande número de edifícios. Logo de seguida deu-se, no oceano Atlântico, um *tsunami*, com uma onda de 6 metros de altura, que varreu toda a parte baixa de Lisboa, inundando a cidade até ao Rossio. O fogo foi o protagonista do final da destruição, para o que terão contribuído as inúmeras velas acesas nos locais de culto. O incêndio alastrou e o vento arrastou as chamas que se encarregaram de destruir a cidade durante 5 ou 6 dias.

²¹ Duarte, 2011, p. 11.

²² Santos, 2005, p. 32.

Segundo José Augusto França, o resultado de toda a catástrofe, na Baixa de Lisboa, foi que *dois terços das ruas ficaram inabitáveis, ou só três mil casas das vinte mil existentes, (...) das quarenta igrejas paroquiais, trinta e cinco desmoronaram, arderam, ou ficaram em ruínas, só onze conventos de setenta e cinco existentes ficaram habitáveis, embora com danos, nenhum dos seis hospitais se salvaram do fogo e trinta e três residências das principais famílias da corte ficaram destruídas*²³.

Maria Pardal, ao referir-se à destruição da Baixa de Lisboa, destaca, na listagem de perdas, o Pátio da Inquisição, a Casa Real, a Ópera, a Biblioteca Real, o tesouro guardado nos armazéns da Casa da Índia. Para além das perdas arquitetónicas, tem que ser também contabilizada a perda de *riquezas incalculáveis no domínio da pintura, escultura, tapeçaria e artes decorativas em geral*²⁴.

Apesar de todas as perdas assinaladas que constituíram uma *real baixa* em termos de património português, o facto é que não se perdeu a figura a quem pertencia a governação da Lisboa que restou de tão grande catástrofe. A família real e neste caso, também o rei D. José I, por se encontrarem fora da cidade, em Belém, escaparam à morte, que segundo Kenneth Maxwell, *era mais do que provável*²⁵, devido ao desmoronamento do Palácio Real.

Considerando um cenário de tamanha destruição, sofrimento e horror que devastou praticamente toda a Baixa de Lisboa, é momento de considerar o futuro, em detrimento do passado. Ora, a Lisboa do passado era já um entrave que comprometia o seu próprio desenvolvimento e a qualidade de vida dos seus habitantes, devido às suas características medievais, por falta de planeamento e tendo em conta a precariedade ao nível do saneamento e circulação de pessoas e mercadorias.

Por isso, *tem sido por vezes admitido que o terramoto abriu oportunidade única para a reconstrução de Lisboa*²⁶, uma vez que, em pleno século XVIII, a cosmopolita capital do reino foi transformada num papel em branco, pronto para que fossem, pela primeira vez, descritos os contornos de uma nova malha urbana que ela iria acolher. E assim foi feito.

²³ França 1989, p. 11-12.

²⁴ Pardal, 2005, p. 34.

²⁵ Kenneth, 2001, p. 41.

²⁶ Gama, 2005, p. 33.

Além-fronteiras lusitanas o terramoto de 1755 fez notícia. *Até então, Portugal não constava das rotas dos viajantes na Europa, tendo o terramoto contribuído para neste pequeno país centrar as atenções. Cresceu o interesse de conhecer a cidade em ruínas. Cresceu o interesse em conhecer a cidade em ruínas*²⁷.

Sebastião José de Carvalho e Melo

Se o terramoto de Lisboa, como dissemos, proporcionou uma oportunidade única de reconstrução, o aproveitamento dessa oportunidade deve-se fundamentalmente a uma personagem que então já exercia funções governativas mas que se agiganta, pela sua visão e pelo seu dinamismo, neste momento de catástrofe.

Sebastião José era considerado um estrangeirado, à sua época, consequência das suas prolongadas estadias no estrangeiro nomeadamente em Londres e em Viena de Áustria, em funções diplomáticas. Essa experiência deu-lhe a oportunidade de se deslumbrar com o que observava nos países por onde passou e também de refletir sobre a situação de *atraso* em que se encontrava o seu Portugal. Foi desta forma que ficou *motivado pela ambição de restituir Portugal à sua antiga grandeza e motivado pelos interesses económicos que ditavam o poder da época*.²⁸

*Foi o terramoto que lançou Pombal para o poder praticamente absoluto que ele iria conservar durante mais de vinte e dois anos, até à morte do rei, em 1777*²⁹, quer pelo sentimento de terror de D. José I face ao terrível acontecimento, quer pela rapidez e eficácia das decisões tomadas por Pombal. Terá sido essa pronta reação que levou a que ele transitasse para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (31 de Agosto de 1756), assumindo assim, um cargo equivalente ao de Primeiro-ministro nos nossos dias.

O cargo atribuído a Pombal e o facto do rei D. José I estar em Belém, aquando da catástrofe, e lá permanecer, deu-lhe a liberdade necessária para *desencadear o processo que irá culminar com a reconstrução de Lisboa*³⁰.

Perante um cenário de tamanha devastação, a capital do reino tomou consciência do tamanho da dimensão da destruição de toda a riqueza histórica e

²⁷ Pardal, 2005, p. 39.

²⁸ Domingues, 1955, p. 51.

²⁹ Kenneth, 2001, p. 41.

³⁰ Santos, 2005, p. 38.

*artística que possuía, e dos incalculáveis valores, para sempre destruídos*³¹. Toda a cidade de Lisboa estava transformada num amontoado de ruínas. E é neste momento que, “*em resposta à pergunta ansiosa do rei sobre o que era preciso fazer, surge a resposta por alguns atribuída a Pombal: enterrar os mortos e cuidar os vivos*”³².

Quanto ao destino a dar aos mortos, foi mostrada prontidão, uma vez que, no dia seguinte à catástrofe, Marquês de Pombal conferenciou com o cardeal patriarca de Lisboa e a solução encontrada foi sepultar as vítimas mortais do terramoto em algumas valas comuns ou lança-las no próprio rio Tejo. Quanto aos vivos, o Secretário de Estado do Reino providenciou, imediatamente, os socorros necessários aos feridos, soluções para questões de saúde pública e a distribuição bens alimentares. Mas para além da rápida atuação de Marquês de Pombal no auxílio à população, este também atuou no sentido de dar um novo rumo à cidade em destroços. Pombal tinha planos para a nova Lisboa.

Medidas Tomadas

Antes da reconstrução, Lisboa viu importantes medidas serem tomadas, de forma eficaz e pragmática, que foram fulcrais no sucesso dos planos, de reconstrução que Marquês de Pombal tinha para a cidade.

*Perante a desorganização geral, o ministro revelou então uma enorme capacidade de gestão da crise, legislando imediatamente sobre assuntos como os preços dos bens alimentares, questões logísticas, o combate à criminalidade, a reorganização civil, os projetos de reconstrução e obras públicas*³³.

Segundo José Cardoso, citado por Ana Duarte, Pombal apressou-se de imediato a resolver questões como o desentulhamento e limpeza das ruas e praças, bem como na tomada de decisões; nomeadamente, *tomou medidas de justiça, segurança e defesa e preocupou-se em fixar a população proibindo a construção fora dos limites antigos da cidade (...), constituiu meios para o alojamento imediato, solicitou o inventário das propriedades sinistradas e o levantamento cartográfico dos bairros destruídos e promoveu a reedificação da cidade*³⁴.

³¹ Pardal, 2005, p. 45.

³² França, 1987, p. 71

³³ Vale, 2008, p. 18.

³⁴ Duarte, 2011, p. 18.

Para Henrique Gama, existia grandeza nos objetivos de Pombal no que toca aos trabalhos de reconstrução; principalmente na atuação imediata após o terramoto, ele *evidenciou um afinado sentido do que havia a fazer para suster os danos e afastar sinais de incapacidade portuguesa para os enfrentar*³⁵. Foi esta prontidão e eficácia nas decisões que minimizaram a propagação do caos e aceleraram o *por em prática* a reconstrução de Lisboa.

A reconstrução de Lisboa

A dissertação de Manuel da Maia

Pelo que dissemos anteriormente confirma-se que, após o terramoto de 1 de novembro de 1755, a cidade de Lisboa estava em grande parte destruída e que o seu futuro estava nas mãos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Agora sim, vinham os planos para a nova Lisboa. *A área a tratar correspondia à parte central da cidade, a sua parte baixa, entre o Terreiro do Paço e o Rossio, e ainda uma zona urbana compreendida, a poente, pela colina de S. Francisco, até às portas de Santa Catarina, num total de 63 hectares*³⁶.

Mas, antes de mais, era necessária a elaboração desses mesmos planos e, para tal, o Marquês de Pombal teve que nomear uma equipa de especialistas. É neste contexto que surgem Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, já com mais de 80 anos de idade, o coronel Carlos Mardel e, o capitão Eugénio dos santos, todos arquitetos e engenheiros militares.

*Manuel da Maia, nascido em 1677, era um engenheiro de formação militar, que se destacava pela sua forte participação na reforma urbanística da cidade. Foi responsável por projetos de grande importância, como por exemplo, a direção do Aqueduto das Águas Livres e o desenho das vias entre Lisboa Ocidental e Oriental a Mafra*³⁷.

³⁵ Gama, 2005, p. 121.

³⁶ França 1989, p. 22.

³⁷ Duarte 2011, p. 20.

Os três homens foram encarregados de fazer inventários dos direitos e reclamações de proprietários, além de terem que tomar decisões práticas para que as operações de sanidade e de remoção dos escombros fossem feitas em segurança³⁸.

No dia 4 de dezembro de 1755, o engenheiro-mor Manuel da Maia, entregou ao Duque de Lafões, Regedor das Justiças, a primeira parte de uma dissertação, onde estavam especificadas várias hipóteses para a reconstrução de Lisboa. Uma segunda parte da dissertação terá sido entregue, mais tarde, a 16 de fevereiro de 1756 e uma terceira a 31 de março de 1756.

Manuel da Maia teve por principal objetivo colmatar os principais problemas da cidade. Desta forma, seria cuidadosamente decidido o traçado e dimensão das ruas e praças, a estratégica posição, estrutura e arquitetura dos edifícios. Até mesmo, o local onde o centro da cidade iria ser construído, uma vez que a hipótese de deslocar o centro de Lisboa para Belém foi colocada, dada a fragilidade do terreno onde, anteriormente, estava situada, mas tal solução foi recusada por Pombal.

Manuel da Maia formou as três equipas que deveriam traçar os planos da parte central, a «parte baixa» da nova cidade: os capitães Poppe e Eugénio dos Santos e o Ajudante Gualter da Fonseca seriam os seus chefes³⁹. Assim, foram elaborados cinco planos distintos, para o futuro de Lisboa, compostos por plantas, desenhos, prós e contras. Manuel da Maia assinala alguns problemas para cada uma das hipóteses apresentadas, que se prendem com a construção de edifícios com mais de dois andares, uma vez que podia ver-se repetido o cenário de destruição com um novo terramoto e a redistribuição dos terrenos pelos anteriores proprietários.

As cinco propostas podem-se definir de forma crescente quanto à ousadia da intervenção. A primeira pouco alterava a cidade enquanto na última, propunha a construção da cidade noutra local distinto. Efetivamente, as primeiras duas soluções respeitavam a estrutura arcaica da cidade antiga, sem oferecer uma remodelação urbanística ou construtiva, variando apenas na largura das ruas. A terceira propunha uma cidade semelhante à anterior mas com edifícios mais baixos e ruas mais largas. Porém, na quarta solução mostrou-se mais radical nas suas intenções, propondo o arrasar de toda a parte baixa da cidade e elevando de modo suave o terreno com os

³⁸ Kennth, 2001, p. 42.

³⁹ França, 1987, p. 98.

*entulhos, de forma a descer para o mar para que existisse um melhor fluxo das águas e para facilitar a relação com as partes mais altas que a rodeavam. (...) Por fim, na última solução, propunha a construção de uma nova e organizada cidade no bairro de Belém, entregando a parte arruinada ao destino de se erguer livremente ao longo do tempo*⁴⁰.

Ainda na dissertação, o engenheiro-mor preocupa-se sobretudo com aspetos técnicos, nomeadamente, aqueles que dizem respeito à saúde pública e à comodidade dos habitantes da nova cidade. São os problemas de esgotos que imediatamente aborda⁴¹.

No respeitante ao problema da divisão dos terrenos pelos proprietários, a sugestão que Manuel da Maia inclui na sua dissertação é definir, por avaliação de todo o terreno anteriormente construído, o valor duma unidade padrão (vara, ou palmo quadrado); cada proprietário teria direito a tanto no terreno da nova edificação como na anterior, podendo negociá-lo e comprar ou vender partes de novos edifícios a construir em parcelas de terreno a seu crédito. (...) Em caso de acordo impossível caberá ao rei construir por sua conta, indemnizando os proprietários⁴².

Após a análise e discussão da dissertação, conjuntamente o rei D. José I, o Secretário de Estado do Reino e Manuel da Maia, decidiram pela eleição do projeto nº 5 da autoria de Eugénio dos Santos, segundo as indicações de Manuel da Maia. Para que tal fosse posto em prática, teria que se proceder à demolição total da parte baixa de Lisboa e, proceder-se à sua total renovação, com toda a liberdade para que fossem aplicadas novas técnicas e melhorias das condições de vida dos habitantes, sem quaisquer entraves.

*Manuel da Maia, então, numa «planta nova para as ruas livremente desenhadas», prevendo cada uma dessas ruas «a mesma simetria em portas, janelas e alturas, conforme os desenhos que o arquiteto do senado da cidade, o capitão Eugénio dos Santos*⁴³.

⁴⁰ Duarte, 2011, p. 21.

⁴¹ França, 1989, p. 20-21.

⁴² França, 1989, p. 18-19.

⁴³ França, 1989, p. 19.

O projeto nº 5

Apenas após a entrega da terceira parte da dissertação, elaborada por Manuel da Maia, há uma decisão quanto ao projeto a eleger. A planta nº 5, elaborada por Eugénio dos Santos, que se perdeu, foi a aprovada. Corresponderia em termos gerais, ao projeto nº 4 que mencionámos atrás, mas terá sofrido modificações. Maria Helena dos Santos, numa comunicação apresentada nas Jornadas *A cidade pombalina: história, urbanismo e arquitetura*, comemorando os 250 anos do plano da Baixa, defende, a este respeito, como resultado do seu estudo, que *a planta nº 5 deverá ser a que Manuel da Maia apresentou na sua dissertação como tendo sido elaborada por Eugénio dos Santos, e uma vez escolhida terá sido sujeita a vários ajustes e correções, tendo sido sucessivamente elaboradas variantes, pelo que deveriam existir várias configurações*⁴⁴. Segundo a autora, a configuração aprovada seria a nº 10, o que nos permite excluir a ideia de que a planta elaborada, tenha sido definida e aplicada na sua versão original.

Eugénio dos Santos, para além da planta que marcava o novo traçado da parte baixa da cidade de Lisboa, desenhou também as fachadas-tipo para os designados de *quarteirões* da Baixa, bem como, os edifícios da Praça do Comércio. *A proposta monumental para a praça ribeirinha estava de acordo com as utilizações previstas: aí se iriam instalar os órgãos governamentais e judiciais, a Bolsa do Comércio e a Alfândega*⁴⁵.

No que respeita à planta, propriamente, Maria Helena dos Santos sintetiza ao referir que *o traçado das ruas enquadra o retângulo do Terreiro do Paço. A Praça do Rossio fica aproximadamente com metade da área da Praça do Comércio. O Rossio é ligeiramente rodado, ficando alinhado o seu lado oeste com o lado oeste do antigo Terreiro do Paço, e uma rua é desenhada perpendicularmente unindo o lado sul e norte das duas praças. Uma segunda rua, paralela à primeira, começa a meio do Terreiro do Paço e delimita o lado nascente do Rossio. Uma terceira rua tem início no Terreiro do Paço, e acaba a leste do Rossio, numa área que pertencia ao Hospital de Todos-os-Santos; mais tarde em 1775, nesta será criada a Praça da Figueira*⁴⁶.

⁴⁴ Vale, 2008, p. 78.

⁴⁵ Santos, 2005, p. 38.

⁴⁶ Santos, 2005, p. 64.

Da autoria de Eugénio dos Santos é também a deslumbrante projeção da construção do arco do triunfo, *a meio da face norte*⁴⁷ e, no centro da praça principal, a Praça do Comércio, a construção da Estátua Equestre, criação de Machado de Castro.

É desta forma que surge uma Baixa Pombalina, *altamente organizada, bela e grandiosa, com uma malha ortogonal de vias paralelas e perpendiculares, em que as ruas principais convergiam numa grande praça, a Praça do Comércio, cuja comunicação com o resto da baixa seria feita através do arco triunfal que coroava a Rua Augusta, símbolo do poder supremo e sagrado, junto ao rio*⁴⁸.

Contudo o resultado final não pertence na totalidade à autoria do capitão, uma vez que, ao longo de todo o processo, trabalhou muitas vezes em parceria com Carlos Mardel e, após a morte de Eugénio dos Santos, em 1760, introduziu algumas alterações ao projeto em execução, como é exemplo, a Praça da Figueira, em 1775.



Figura 2 – Projeto nº5 – Eugénio dos Santos (replica).

Fonte: Gama, 2005, p. 36.

Os edifícios

Na terceira apresentação dos seus planos a D. José I, no dia 31 de março de 1756, Manuel da Maia inclui sugestões de fachadas dos edifícios que irão ser os delineadores da quadrícula que constitui a malha urbana.

O autor das sugestões apresentadas foi Eugénio dos Santos. Refletindo os receios de Manuel da Maia, de aumentar em número os andares dos edifícios, as

⁴⁷ França, 1989, p. 33.

⁴⁸ Pardal, 2005, p. 81.

fachadas em questão conformam-se com o instinto do engenheiro-chefe e, por isso têm ainda apenas dois andares.

Ainda, é o termo correto, uma vez que Pombal rejeita este projeto e novos esboços para as fachadas dos edifícios da Baixa são traçados. Segundo José Augusto França, esses esboços aparecem *com as assinaturas de Pombal, ainda com o nome de Carvalho e Melo, e de Eugénio dos Santos*⁴⁹. Na elaboração destas novas fachadas, os edifícios já aparecem com quatro andares.

Existem, então, três tipos de fachadas distintas, hierarquizadas no que diz respeito à elaboração, requinte e pormenores arquitetónicos, que se destinariam, respetivamente, por uma hierarquia de ruas previamente estabelecida, na Baixa Pombalina, a ruas principais, ruas secundárias e travessas. Assim, *dentro duma tipologia constante destacam-se três espécies principais de imóveis, designáveis por tipo A, B e C. As estruturas destas fachadas, o seu esquema de composição é idêntico, mas os pormenores variam de maneira que importa considerar porque produzem uma hierarquia rígida que se acorda com a hierarquia das próprias ruas a que são ordenadamente destinadas*⁵⁰.

Os edifícios tipo A são os mais ricos em termos decorativos. *Nele, as vergas de cantaria das janelas são recortadas e a do último andar exhibe uma pequena cornija, pegada à cimalha, ornamentada com um fecho; as peças ornamentais dos segundo e terceiro andares descem abaixo do nível dos peitoris, simulando consolas; as sacadas são ligadas por um rodapé de pequena altura, tal como os alizares dos portais, e cada porta dispõe de numa bandeira, enquanto as águas-furtadas são ornamentadas com aletas sumárias*⁵¹.

Os edifícios tipo B, ligeiramente mais empobrecido que o anterior, apresentam *cantarias retilíneas, embora as peças laterais tenham conservado o seu prolongamento em falsa consola. Mas desapareceu também o rodapé que ligava as janelas sacadas, mantendo-se só o das lojas que, por seu lado, perderam as bandeiras nas portas, tal*

⁴⁹ França, 1989, p. 38.

⁵⁰ França, 1989, p. 38-39.

⁵¹ França, 1898, p. 38.

*como as janelas dos terceiros andares deixaram de ter o pequeno fecho, mas conservaram as cornijas e as águas furtadas as suas aletas*⁵².

Os edifícios tipo C, ficam ainda mais empobrecidos decorativamente que os dois anteriores, uma vez que estas fachadas eram destinadas aos edifícios das ruas paralelas às principais, mais curtas e mais estreitas que as anteriores. Assim, estas fachadas, *não comportam janelas «rasgadas» no primeiro piso e tem as cantarias dos vãos simplificados em simples retângulos e igualmente reduzidos os enquadramentos das águas furtadas*⁵³.

Foi então a construção destes mesmos edifícios que delimitou as ruas da Baixa de Lisboa. Estas deveriam ter uma largura de *19 metros (15 para a estrada e 4 para passeios de peões)*, os cruzamentos passaram a formar ângulos retos e as ruas secundárias ficaram com *12,5 metros de largura*⁵⁴.

O interior dos edifícios caracteriza-se pela simplicidade e simetria, não destoando do que é observado no seu exterior. *O acesso aos pisos era feito através de um estreito hall de entrada no centro dos edifícios que, por norma, tinha um pequeno espaço de arrumação junto às escadas que permitiam o acesso às duas habitações de cada piso. As escadas geralmente posicionavam-se segundo o eixo do prédio e separavam os dois pisos quase sempre com dois lanços e um patamar intermédio. Estas tinham rodapé de azulejo e os seus dois primeiros lanços eram normalmente de pedra, e os restantes de madeira*⁵⁵.

⁵² França, 1989, p. 40.

⁵³ França, 1989, p. 40.

⁵⁴ Kennth, 2001, p. 43.

⁵⁵ Duarte, 2011, p. 43.

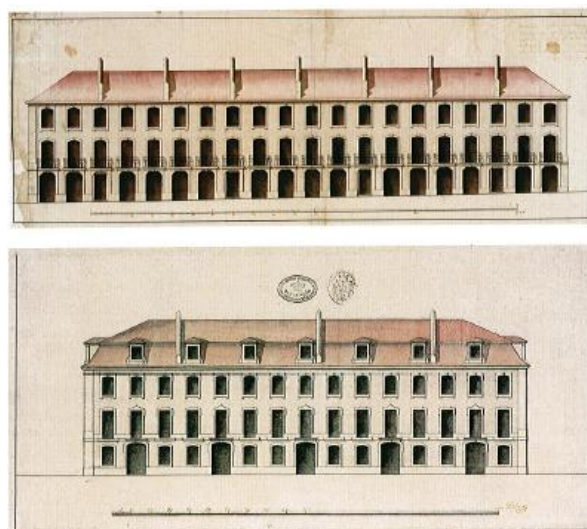


Figura 3 – Estudos dos alçados para a reconstrução da Baixa Pombalina.

Fonte: Gama, 2005, p. 48.

A gaiola pombalina

Uma vez que, o plano de Manuel da Maia, de construir edifícios de apenas dois andares, não teve êxito junto de Pombal, era então necessário, tornar os edifícios de quatro andares resistentes a possíveis terremotos futuros.

Assim, foi encontrada uma solução *plenamente funcional e satisfatória, como provará uma utilização futura de mais de século e meio. Trata-se do sistema dito de «gaiola», extremamente engenhoso na sua simplicidade de princípios e na sua realização prática. A gaiola define-se como uma estrutura de madeira que, pela sua elasticidade, se adapta aos movimentos do solo sacudido por um sismo, resistindo de pé e desprendendo-se das alvenarias que podem (ou não), cair, sem que o prédio inteiro se desmorone*⁵⁶.

Durante alguns anos, diversos autores defenderam que até à data ainda não existia, em termos urbanísticos, uma solução para este problema de cariz antissísmico, mas Ana Duarte José Mascarenhas que, em 2005, com base nos seus estudos, avança que o sistema de gaiola é produto de *um sistema coevo elaborado também, em gaiola, que se pratica em Lisboa em alguns edifícios, nomeadamente, na encosta do Castelo*⁵⁷.

⁵⁶ França, 1989, p. 56.

⁵⁷ Duarte, 2011, p. 45.

Assim, com base no sistema coevo, anteriormente referido, o sistema em gaiola, desenvolvido para os edifícios da Baixa de Lisboa é fruto de aperfeiçoamentos e, apesar de não existirem documentos que façam referência à construção da gaiola, presume-se que tenha sido desenvolvida por Carlos Mardel, uma vez que foi este o engenheiro que dirigiu, publicamente, o teste de resistência da estrutura.

De acordo com o estudo de Maria Pardal, num artigo de Stephen Tobriner, recentemente publicado na Revista Monumentos, nº 21, são comparadas as características da «gaiola pombalina» às de outros sistemas antissísmicos que se foram desenvolvendo, nomeadamente, após os sismos de 1693 e 1726 na Sicília, a estrutura americana em balão «balloon frame», a construção com base em madeira e alvenaria adotada em Madrid, no século XIX, o «sistema de consola chinês», a «quincha peruana» e a «casa barraccata»⁵⁸. De qualquer das formas a autora conclui que a gaiola pombalina portuguesa é o sistema de construção antissísmica mais avançado do século XVIII.

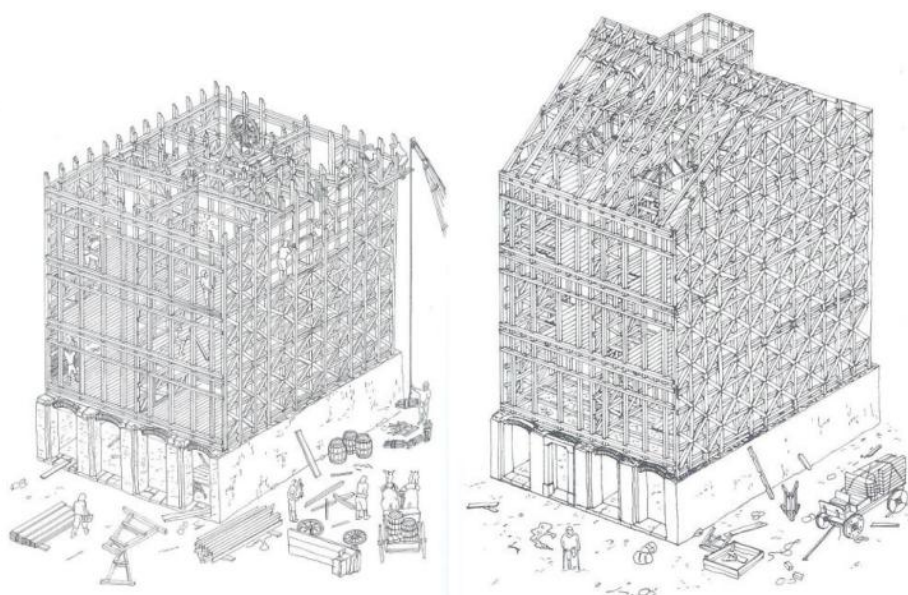


Figura 4 – Desenhos do sistema de gaiola para os três pisos de habitação.

Fonte: Mascarenhas, 2005, p. 310 - 311.

A evolução da reconstrução

Ora, conhecidos os três principais aliados de Pombal na preparação dos planos para a reconstrução, conhecido o projeto que albergava a planta eleita para o traçado da

⁵⁸ Pardal, 2005, p. 84.

malha urbana e a fachada dos que constituíram a paisagem das ruas da Baixa de Lisboa, conhecer-se-á neste ponto como decorreu o processo de reconstrução da cidade.

O marco inicial das obras de reconstrução prendeu-se com a Legislação de 1758, momento em que Sebastião Carvalho e Melo, redige em nome do rei D. José I, um documento que *redefinia o direito e as obrigações dos proprietários, atendendo às variadas situações em que se podiam encontrar e também o prazo limite de cinco anos para a sua construção, após o termo de responsabilidade*⁵⁹.

Neste contexto é importante mencionar a Casa do Risco, como local importante de delineamento de ordens de trabalho e de pormenores técnicos aos quais as obras deveriam obedecer. Deveremos em conta algumas particularidades da logística desta obra, como por exemplo, os fracos recursos financeiros, os poucos quantitativos humanos que constituíssem mão-de-obra, a escassez materiais de construção e, simultaneamente a urgência que existia na rapidez de execução de todo o processo. Assim, segundo as palavras José Augusto França, *o sistema deveria assegurar uma produção de massa, reunindo pessoal e material numa produção racional cuja organização era obviamente indispensável*⁶⁰.

No que respeita à questão económica, surgiram ajudas indispensáveis à realização da grande empresa que se avistava. Em território nacional, a burguesia, nomeadamente, os comerciantes, menos de dois meses depois do terramoto fizeram à Corte *um donativo muito importante, aceite em 2 de janeiro de 1756: passavam a pagar uma taxa de quatro por cento sobre os valores de todas as manufaturas e, mercadorias importadas*⁶¹.

De fora das fronteiras portuguesas, as ajudas também se fizeram sentir, dada a solidariedade de países como a Inglaterra, a Holanda e Espanha, quer em donativos monetários, quer em bens alimentares ou, até mesmo, em materiais de construção.

Assim, considerando as referidas ajudas e a Legislação de 1758, é possível, a partir de então, dar início à reedificação da cidade e, para tal, *seria necessário criar condições de trabalho, preparando-se, efetivamente, as infraestruturas para a*

⁵⁹ Duarte, 2011, p. 29.

⁶⁰ França, 1989, p. 54.

⁶¹ França, 1987, p. 71.

*reconstrução através do desentulhamento e da desobstrução do terreno, de maneira a possibilitar o seu nivelamento e a posterior marcação das ruas e quarteirões*⁶².

O ponto de partida das obras de reconstrução, ironicamente, iniciara-se com a destruição das ruínas que restaram da devastação do terramoto de novembro de 1755. Desta forma, Lisboa sofreu *um outro tremor de terra, artificial, provocado pelas cargas de pólvora que o sargento-mor José Monteiro de Carvalho tinha feito explodir, por todo o lado, com a firmeza que lhe valeu várias críticas e a alcunha do «Bota a Baixo»*⁶³.

Os materiais pré-fabricados, acima referidos tinham por objetivo o cumprimento da rapidez e eficácia do processo de reconstrução da Baixa, pretendidas por Pombal. Assim, *as cantarias, os madeiramentos, as ferrarias, as carpintarias, eram transportadas até ao seu destino e havia apenas que as montar com um número de tempo, de mão-de-obra, e sabendo que também já se poupava matéria-prima*⁶⁴. Resultado esperado que, quer os edifícios quer a mão-de-obra, eram de baixa qualidade, mas, as vantagens económicas e de rapidez superavam esse pormenor.

Foi igualmente necessário *aproveitar ao máximo as possibilidades da produção da massa dos artesãos e dos operários, não só em Lisboa mas também da província, acorridos à cidade em resposta à procura, e muitas vezes abraçando ofícios de pedreiro ou carpinteiro*⁶⁵.

Apesar de todos os esforços, o processo de reconstrução desenvolveu-se de forma muito lenta. Segundo Maria Helena Santos, a falta de recursos dos proprietários constituiu a maior dificuldade⁶⁶, mas também, os acordos da distribuição dos terrenos, a construção de infraestruturas de apoio à produção seriada de materiais pré-fabricados, os desentulhamentos e o nivelamento dos terrenos, serviram como entraves aos objetivos de Pombal, quanto à rapidez das obras.

⁶² Duarte, 2011, p. 32.

⁶³ França, 1987, p. 144.

⁶⁴ França, 1989, p. 55.

⁶⁵ França, 1987, p. 162.

⁶⁶ Santos, 2005, p. 98.

Pelo facto de, à data dos inícios da reconstrução da cidade, a planta com a malha urbana final completa, os desenhos exatos das fachadas e o número total de pisos que cada tipo de edifício deveria albergar não estarem totalmente definidos, *os prazos para terminar os edifícios foram sendo sucessivamente alargados, e em breve foi dada autorização para aumentar a área construída*⁶⁷. Ainda os edifícios passaram a ter mais um piso e, conseqüentemente, a estrutura dos edifícios passou a ser maior, assim como a gaiola. A quantidade de materiais de construção a utilizar também aumentou. Conseqüentemente, a reconstrução não teve um processo de evolução constante e os prazos não foram cumpridos.

*Nos finais de 1775, a 23 de novembro publicou-se o último significativo decreto que viria a alterar a planta acrescentando a Praça da Figueira no lado nascente do Rossio, nos terrenos do antigo Hospital de Todos-os-Santos*⁶⁸.

Durante o governo do Marquês de Pombal como Secretário de Estado do Reino, Lisboa esteve em processo de reconstrução. Segundo estudos de Maria Lousada, *à data do fim do consulado do Marquês de Pombal, em 1777, estava constituída apenas 46% da área que foi o objeto do levantamento*⁶⁹. Assim, *tanto quanto podemos deduzir da documentação existente, durante décadas a população lisboeta – de todos os grupos sociais – viveu em barracas e em construções provisórias, por entre estaleiros de obras e ruínas*⁷⁰.

Quando Pombal saiu de cena da governação de Portugal, as obras foram suspensas pelo Marquês de Angeja, que era ministro de D. Maria I, devido à difícil situação económica. *A construção privada dependia, naturalmente, de possibilidades económicas e financeiras que Pombal preveria facilitar desde maio de 1758, privilegiando por hipoteca os empréstimos necessários às obras quando os proprietários dos terrenos não pudessem assumir o seu custo e garantindo, também, direitos de propriedade*⁷¹.

Apesar de o Marquês de Pombal ter proibido, desde 1755, a construção de barracas de madeira, o constatado é que as barracas eram construídas por privados,

⁶⁷ Santos, 2005, p. 98.

⁶⁸ Duarte, 2011, p. 33.

⁶⁹ Lousada, 2007, p. 183.

⁷⁰ Vale, 2008, p. 21.

⁷¹ França, 1989, p. 52.

ilegalmente, ou com licenças que a municipalidade concedia devido à pressão exercida pelos habitantes que viviam em condições precárias, em tendas provisórias. Esta situação constituía um entrave ao decorrer das obras, uma vez que essas as construções ocupavam os lugares das novas edificações e teriam que ser removidas para que os trabalhos retomassem o seu ritmo.

Assim, a futura Baixa Pombalina, viu o término das suas obras muito depois do previsto. Inicialmente eram previstos cinco anos para o findar dos trabalhos, mas, por fim, esses mesmos trabalhos duraram mais de cinco décadas. Já no século XXI, em 2004, um projeto do arquiteto Álvaro Siza Vieira pôs o derradeiro final aos planos de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel.

Fontes de inspiração

É em pleno século XVIII que Lisboa sofre a alteração mais radical, em termos de paisagem urbanística, da sua existência. Na projeção da sua renovação estiveram grandes mentes envolvidas ao nível da arquitetura e da engenharia militar.

Nunca dentro das fronteiras portuguesas se tinha vislumbrado uma malha urbana semelhante à que embelezou Lisboa após a sua reconstrução com traçado geométrico que originava uma quadrícula, formada por quarteirões de edifícios, inigualável. Por isso, a questão coloca-se: *qual terá sido a fonte de inspiração de tal inovação, em território nacional?*

A respeito de Manuel da Maia, principal dirigente dos planos arquitetónicos, para a cidade em ruínas, José Augusto França, refere que na elaboração da sua dissertação, Maia lembrou-se de Turim e de Londres. Mas, graças às diferenças estruturais notórias do caso português tendo em conta as cidades em questão e à falta de documentos que sustentem a tese de que Turim e Londres foram uma fonte de inspiração para os estudos de Maia, tal argumento não encontra a devida sustentação.

Igualmente, José Augusto França, refere que Carlos Mardel, vinte e dois anos antes do terramoto de Lisboa, viajou pela Europa e como tal poderia, por esse meio, ter guardado mentalmente, diferentes paisagens urbanas. Porém, *nenhuma documentação*

*nos permite invocá-lo que em escrito ou leis que tivessem inspirado, na prática das realizações em que participou*⁷².

Aquilo que José Augusto França não permite que deixe de ser alvo de enfoque é a influência de Vauban na engenharia militar portuguesa através das suas obras e da colaboração de técnicos franceses. De facto, os três envolvidos no processo de reconstrução tiveram formação como arquitetos e engenheiros militares, tendo todos eles estudado ou frequentado estudos em Portugal.

Nas Jornadas *A cidade pombalina: história, urbanismo e arquitetura*, aquando dos 250 anos dos planos da Baixa, Eduardo Duarte, arquiteto, destaca Serlio e a questão da tratadística como inspiração para tais planos. Deste modo, afirma que *a arquitetura pombalina revela ainda a questão da tratadística que os seus inventores aplicaram: e sempre presente está Serlio, o grande mestre da arquitetura portuguesa dos séculos XVI e XVIII*⁷³. Salientar apenas que Serlio foi um arquiteto italiano renascentista.

Assim, Eduardo Duarte, refere-se mesmo à arquitetura Pombalina como algo que respira a influência serliana, com algumas notas contemporâneas da tratadística francesa, nomeadamente, *a conceção do edifício e do quarteirão, como um grande casarão retangular, despojado de elementos plásticos – exceção para as pilastras, os cunhais e as cornijas -, pontuando por aberturas simples retangulares, é claramente serliana, derivando dos seus inúmeros desenhos, contidos, por exemplo, no Livro VII datado de 1557*⁷⁴. Por último, também os telhados pombalinos, desenhados por Carlos Mardel, Eduardo Duarte também os considera tipicamente serlianos.

Também no que respeita às fontes de inspiração, na obra *O Terramoto de 1755*, que surge na ordem das celebrações dos 250 anos do grande terramoto, Helena Murteira, aborda a doutrina Cartesiana, no contexto das fontes de inspiração para a obra de renovação da cidade de Lisboa. A autora cita Descartes: *não existe tanta perfeição nas obras compostas por várias peças e feitas por diversos mestres como naquelas em que só um trabalhou*⁷⁵.

⁷² França, 1989, p. 73.

⁷³ Vale, 2008, p. 47.

⁷⁴ Vale, 2008, p. 47.

⁷⁵ Murteira, 2007, p. 407.

Uma vez cruzadas as palavras de Descartes, com a informação que José França apresenta, compreende-se a possibilidade de Manuel da Maia ter aplicado esta lição aquando da projeção da Baixa pombalina, uma vez que Azevedo Fortes, a quem Maia sucedera como engenheiro-mor do reino, recomendava a leitura, aliás proibida, de Descartes. É desta forma que é possível vislumbrar a planta da Baixa de Lisboa como um conjunto total, onde se encontram características como a homogeneidade e a regularidade.

Por fim, com provas documentais ou não, certamente que todos os conhecimentos e Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, contribuíram como fontes de inspiração para a elaboração de tão importante e minucioso trabalho, que estas personagens tinham à sua responsabilidade. Era nada mais nada menos que a reconstrução da capital do reino, que fora devastada. O empenho dos referidos engenheiros militares, cujos seus nomes ficarão eternizados, deu origem *a um traçado urbano uniforme arquitetonicamente*⁷⁶ que dignificou aquela que foi a grande reconstrução de uma cidade portuguesa, a cidade de Lisboa, neste caso, a chamada Baixa Pombalina, o centro do centro do nosso país.

A Baixa Pombalina chegada a finais do século XX

Anos se passaram entre 1 de novembro de 1755, o dia em que o futuro da Baixa de Lisboa foi drasticamente alterado e o início do século XXI, momento em que, como já foi anteriormente referido, findou os trabalhos de reconstrução da Baixa, no ano 2004, num projeto da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira.

Agora, para além da história que enfatiza o processo que conduziu a que o futuro da Baixa tivesse sido o que ainda hoje podemos observar, é este o momento de conhecer a forma de ocupação e funcionalidade que caracterizaram os edifícios pombalinos, a partir de meados do século XX.

Os edifícios

Atendendo à ocupação funcional da Baixa Pombalina, a partir de meados do século XX, num padrão geral, é possível afirmar que os edifícios estão, quase na

⁷⁶ Murteira, 2013, p. 3.

totalidade, ocupados por serviços e à habitação são reservados apenas os pisos mais elevados.



Figura 5 – A ocupação da Baixa de Lisboa.

Fonte: Salgueiro, 1996, pág. 313.

Como podemos observar na figura 5, o comércio ocupa a grande parte do rés-do-chão dos edifícios, partilha uma pequena percentagem com alguns serviços e, uma quase insignificante parcela é destinada à indústria. Do primeiro ao terceiro piso, verifica-se o predomínio da ocupação do espaço por parte dos serviços e, a ocupação de uma pequena percentagem por armazéns. Sensivelmente, no terceiro e quarto pisos, a indústria ocupa pequenas frações que, por sua vez, partilham o espaço com o início do alastramento da habitação na vertical, que é rainha e senhora, apenas no quarto, quinto e sexto pisos. Note-se apenas que em apenas um, dos edifícios representados, (edifício localizado mais à direita, sendo característico da Rua Augusta) a habitação ocupa a totalidade do piso mais elevado e em todos os outros casos a habitação divide a sua parcela com serviços e/ou indústria.

Para justificar o fenómeno verificado, aplicam-se as palavras de Teresa Salgueiro ao referir que a Baixa, *é a principal concentração e a maior atração (...)* atrai gente de territórios vastos, o que justifica a *grande atração de atividades numa área restrita que leva a uma forte competição pelo espaço* e, assim traduz-se um

crescimento vertical da cidade onde *a habitação tende a reduzir-se muito enquanto o comércio, serviços e estabelecimentos ocupam grande parte dos imóveis*⁷⁷.

Este zonamento quer vertical, quer horizontal, sustenta-se pelo facto de as funções dos pisos superiores não necessitarem de contacto com o público, como é o caso da indústria, armazéns e serviços, enquanto nos pisos térreos onde os consumidores passeiam pelas ruas encontram de imediato o melhor cartão-de-visita que o comércio/lojas têm para oferecer, a montra.

O comércio

Nos 54 anos decorrentes entre o ano 1960 e 2014, ocorreram profundas alterações na economia, na sociedade, bem como na estrutura urbana em Portugal, que desmantelaram a centralidade e atratividade que outrora caracterizavam os serviços e comércio, sediados na Baixa de Lisboa.

Começando pelos tempos áureos, Teresa Salgueiro enquadra nos anos de 1960-1970 o fenómeno da alteração morfo-funcional dos edifícios da Baixa de Lisboa, ou seja, *a substituição dos imóveis habitacionais por edifícios de escritório*⁷⁸. Neste momento, a importância que o comércio, a administração pública e privada e alguma indústria depositavam no facto de ser fundamental localizarem-se no maior foco de atração de Lisboa, ultrapassou a importância atribuída à fração de território, devido, dispensado à habitação.

Verificamos então, um crescimento do número de escritórios de empresas, bancos e advogados, bem com, restaurantes e cafés, uma vez que, são estes que satisfazem as necessidades do grande número de trabalhadores que diariamente aflui a esta áreas. Quanto ao comércio alimentar, este sofre um decréscimo, uma vez que, como veremos mais à frente neste trabalho, os habitantes da Baixa de Lisboa vão diminuindo, e portanto, o número dos clientes destes espaços comerciais, que são nomeadamente mercearias e leitarias, vão conseqüentemente diminuir.

No que diz respeito aos eletrodomésticos, máquinas e equipamentos verificou-se uma diminuição neste tipo de comércio, uma vez que a elevada dimensão dos artigos tornou-se incompatível com a diminuta dimensão das lojas, bem como dos seus

⁷⁷ Salgueiro, 1992, p. 313.

⁷⁸ Salgueiro, 2002, p. 18.

armazéns e é sensivelmente na década de 70, que surgem as grandes superfícies comerciais mais indicadas e preparadas para a venda destes artigos.

É a pouca população residente, dos anos 60 e 70, que ainda vai encontrando espaço na Baixa, que implica uma enorme variedade de comércio e serviços, dos mais luxuosos aos mais banais. Os serviços e comércio banais prendem-se com a necessidade de satisfazer as necessidades dos habitantes locais e, os serviços e comércio/artigos de luxo encontram na Baixa o seu condigno lugar, uma vez que, *o comércio de luxo encontra-se apenas num local distante, o centro*⁷⁹, local premiado por uma excelente acessibilidade.

Valores históricos e culturais deste centro tradicional obrigaram a uma expansão para norte das funções desta área central, nos anos 70, neste caso, para a Avenida da Liberdade, *aí predominam administração privada, os serviços especiais (hotéis, médicos especialistas, agências de viagens, e companhias de seguros) e algum comércio do tipo especial*⁸⁰, como o comércio de luxo, ainda hoje aí localizado.

Para trás (a sul), da nova e moderna Avenida da Liberdade ficaram ruas *com atividades arcaicas, não compatíveis com uma cidade moderna em circunstâncias normais, isto explica-se, pela pouca valorização que tiveram as áreas menos favorecidas no centro tradicional*⁸¹, muitas vezes por não serem autorizadas grandes transformações.

Quadro 2 – Atividades desatualizadas da Baixa de Lisboa.

Serviços/atividades que não tenham sofrido um processo de sofisticação.	Barbeiro
	Sapateiro
	Latoeiro
	Mercearia
	Leitaria
Atividades ainda consideradas centrais, mas, na realidade já não compatíveis com o centro de uma grande cidade.	Loja de móveis
	Supermercados
	Comércio grossista

⁷⁹ Salgueiro, 1996, p. 189.

⁸⁰ Gaspar, 1976, p. 53.

⁸¹ Gaspar, 1976, p. 130.

Fonte: Gaspar, 1976, págs. 132-133.

Em consequência da realidade representada no quadro 2, deparamo-nos com o início da perda de vitalidade económica da Baixa de Lisboa, com a sua falta de atualidade, sofisticação, bem como da exclusividade de serviços e comércio que um grande centro necessita para se manter devidamente ativo.

Tomando a Baixa de Lisboa, também como o centro de tomadas das mais importantes decisões, é possível verificar no quadro 3, o número de Organismos Centrais do Estado, fixados na área mencionada.

	1960	1970
Baixa	59	47

Fonte: Gaspar, 1976, pág.133.

Quadro 3 – Organismos Centrais do Estado na Baixa de Lisboa.

A partir dos anos 90, surgem novos desafios, *rivais*, para o comércio da Baixa, travando batalhas em que este não saiu vitorioso. Surgem os Centros Comerciais e com eles, novos hábitos de compra e uma transformação notória da morfologia urbana. Estes centros de atividade comercial, que albergam em si uma grande quantidade e forma de satisfação do consumidor, traduzem-se por um aglomerado de comércio e alguns serviços. Resultam num impacto de tal forma considerável que se transformam num novo centro, ao nível urbano, atraindo para seu redor população e por sua vez, criam novas urbanizações.

Foram, assim, os autores que transformam a malha urbana da metrópole lisboeta de monocêntrica, com um só centro, em policêntrica, com vários centros, como é exemplo os Centros Comerciais Colombo e Vasco da Gama.

Teresa Salgueiro afirma que *são principalmente os Centros Comerciais regionais ou sub-regionais, localizados na periferia da aglomeração, que constituem um desafio, pois, ao oferecerem um leque muito variado de artigos e os de topo de gama, numa estrutura dotada de bons acessos e facilidade de estacionamento*⁸², que

⁸² Salgueiro, 1996, p. 195.

funcionam como uma excelente alternativa à deslocação propositada ao centro, neste caso, à Baixa de Lisboa.

A banalização do transporte individual também reverte um ponto negativo para a hegemonia do comércio da área central, uma vez que, *com o aumento do número de automóveis, a maior parte das áreas centrais perdeu acessibilidade devido ao efeito combinado de congestionamento de tráfego e falta de lugares de estacionamento*⁸³.

O congestionamento do tráfego automóvel e falta de estacionamento são pontos mais que suficientes para que o consumidor prefira percorrer uma distância maior, até à periferia, em busca de um destino com maior fluência, como é exemplo, os anteriormente referidos Centros Comerciais, que possuem para além de uma diversidade de oferta concentrada e bons acessos, também, estacionamento cómodo, quase sempre garantido e de fácil circulação.

Destacando, agora, os serviços e administração, os factos mais atualizados revelam que, parte da administração pública do país e do município mantêm-se nas Praças do Comércio-Município, mas a sede do governo e muitos ministérios há anos que se dispersaram pela cidade, enquanto o município de Lisboa concentra alguma parte dos seus postos decisivos no Campo Grande.

No quadro 4 é possível verificar e analisar dados, publicados pela Câmara Municipal de Lisboa, dos anos respetivos à primeira e última publicação, sendo 2004 e 2009 respetivamente, onde se verifica o número de estabelecimentos de comércio a retalho e de restauração por setor de atividade económica, na Baixa de Lisboa. Em cada um dos setores analisados há uma diminuição do número dos estabelecimentos, entre o ano de 2004 e 2009, sendo que o comércio alimentar perdeu 11 estabelecimentos (6%), o comércio não alimentar perdeu 389 estabelecimentos (20%), o comércio de reparações 12 (24%) e, por fim, a Baixa de Lisboa perdeu 137 restaurantes (15%).

Quadro 4 – N° de estabelecimentos de comércio a retalho e restauração por setor de atividade económica, na Baixa de Lisboa.

⁸³ Salgueiro, 1996, p. 189.

	Comércio alimentar	Comércio não alimentar	Comércio de reparações	Restaurantes
2004	197	1975	51	936
2009	186	1586	39	799
Variação em %	(-) 6%	(-) 20%	(-) 24%	(-) 15%

Fonte: www.cm-lisboa.pt.

Por fim, é possível concluir que o comércio na Baixa de Lisboa perdeu a sua hegemonia ao longo dos anos e, o território que em tempos foi considerado a área Central de Lisboa, viu a sua azáfama comercial desvanecer ao longo do tempo.

A população

Considerando a localização da Baixa Lisboeta, esta, a coloca em contacto direto com o mais importante porto do país e um dos principais centros europeus e internacionais de trocas comerciais. O comércio pode ser considerado a principal e, mais antiga atividade económica, deste centro, coincidindo o início do seu esplendor com a expansão marítima portuguesa, por sua vez, acarretada nas mãos da burguesia.

Após a reconstrução da Baixa a cargo de Marquês de Pombal, fruto do terramoto de 1755, os novos edifícios foram primeiramente e maioritariamente ocupados pela burguesia que, devido ao desenvolvimento das suas atividades detinha poder económico para habitarem no centro da cidade e tinham todo o interesse em habitar no local onde a sua atividade laboral se realizava.

No início do século XX, a par do envelhecimento e degradação dos edifícios habitados pelas famílias ligadas ao comércio, estas não tiveram interesse em investir na manutenção dos respetivos edifícios, por outro lado foram, pouco a pouco, ocupando os novos edifícios que formavam o traçado das novas ruas que expandiam a Baixa de Lisboa para norte. Segundo Teresa Salgueiro, para o abandono da Baixa de Lisboa, contribuiu, também, *a grande densidade habitacional aí existente e o natural desejo das*

*famílias de viverem em casas maiores ou moradias independentes com jardim*⁸⁴, desejos esses apenas possíveis de realizar na periferia.

Este fenómeno social e urbano está intimamente ligado com o desenvolvimento da rede de transportes e com o crescimento do transporte individual que permitir uma circulação muito maior da população, que já não encontrava a necessidade de se concentrar no centro. Dá-se, então, início aos movimentos pendulares da população.

Neste processo, os antigos habitantes não venderam as suas antigas habitações, ao invés disso, transformaram-nas numa fonte de rendimento através do processo de arrendamento. Mas, dada a degradação do parque habitacional, as rendas não podiam ser muito elevadas e esse facto, atraiu uma população de nível económico inferior à que, anteriormente, aí residia. A saber maioritariamente, *casais recém-casados e imigrantes que procuravam no nosso país melhores condições de vida*⁸⁵.

No quadro 5, ir-se-á verificar os quantitativos populacionais, que englobam o somatório da população das freguesias que constituem a minha área de estudo, neste caso, as freguesias de São José e Santa Maria Maior, compreendendo o espaço de tempo respeitante à última década do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

Quadro 5 – População total residente na Baixa de Lisboa.

	1991	2001	2011
População total	30948	21799	19396

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Analisando os dados é possível concluir que a população residente, na Baixa de Lisboa, tem vindo a diminuir, ao longo dos anos. Em relação ao ano de 1991, no qual foram contabilizados 30948 habitantes, temos o ano de 2001 com menos 9196 habitantes (-30%), e, na última contagem da população, ocorrida em 2011, a Baixa contou com menos 11588 habitantes (-37%), em relação ao ano 1991 e menos 2392 habitantes (-11%), em relação ao ano de 2001.

⁸⁴ Salgueiro, 1992, p. 386.

⁸⁵ Gaspar, 1976, p. 131-132.

Chegou o século XXI e os problemas do século XX mantiveram-se. No Congresso de Sociologia, em 2004, os problemas socioeconómicos identificados na população da Baixa de Lisboa foram os seguintes:

- perda de população residente e a terciarização acentuada;
- envelhecimento dos residentes bem como do parque habitacional onde são precários os indicadores de conforto;
- predomínio dos ocupantes arrendatários sobre os proprietários ocupantes.

No quadro 6, é possível observar os quantitativos populacionais aliados à faixa etária, referentes à população residente na área em estudo.

Quadro 6 – População total residente na Baixa de Lisboa, mediante a faixa etária.

	0-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	Total
2001	4563	11035	6193	21791
2011	3426	11250	4747	19423

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Partindo da análise do quadro 6, as conclusões retiradas são as seguintes, quer em 2001, quer em 2011, o número de população entre os 0 e os 24 anos é menor do que a população com mais de 65 anos e por mais que a população na faixa etária entre os 25 e os 64 anos seja superior à população com mais de 65 anos, não se apaga o facto de existir um grande número de população envelhecida, sendo, em 2001, de 6193 habitantes e em 2011 de 4747 habitantes, ou seja, 27% e 24%, respetivamente, em relação à população total.

É importante referir que, o facto da população com mais de 65 anos, de 2001 para 2011 ter diminuído, não significa que a população da Baixa de Lisboa esteja a perder a sua característica de envelhecida, mas sim, que alguma dessa população, ao longo dos 10 anos acabou por falecer e outra, por não ter condições para cuidar de si sozinha, teve que ser deslocada para lares de acolhimento de idosos. Assim sendo, a realidade é que o número de população jovem é muito comprometedor e, se não existir uma atração de população jovem para residir neste área, mais tarde ou mais cedo, o

grosso da população que se compreende entre os 25 e os 64 anos, envelhecerá e o ciclo não será quebrado.

Neste momento é possível encontrar dois pontos que justifiquem o estado de degradação dos edifícios da Baixa de Lisboa. Num primeiro ponto temos a população envelhecida, que aí habita, em regime de arrendamento, com um baixo nível de poder económico, que limita a sua subsistência ao valor da reforma e/ou pensões sociais.

No segundo ponto, são pertinentes as palavras de Teresa Salgueiro quando refere que, *a nossa legislação atribui a responsabilidade pelo estado de conservação dos imóveis, na sua quase totalidade, aos proprietários e, nestas áreas predomina a habitação alugada a inquilinos residentes há longos anos, com alugueres baixos*⁸⁶.

Assim sendo, o estado envelhecido da população limita a sua vivacidade, energia e interesse na conservação da habitação e os seus baixos rendimentos, bem como o facto do imóvel não lhes pertencer por direito constituem um entrave para a realização de obras. Quanto aos proprietários que têm o dever de zelar pelo seu património e garantir condições de bem-estar e conforto aos seus inquilinos, não tem meios económicos de o concretizar devido ao baixo valor proveniente do arrendamento dos imóveis.

Fruto desta *bola de neve*, que aparentemente não tem solução, resulta a degradação do parque habitacional, que o quadro 7, traduz o número de edifícios caracterizando-os pelo seu estado de degradação, entre o ano 2001 e 2011, na Baixa Pombalina.

Quadro 7 – Edifícios da Baixa de Lisboa e estado de degradação.

	Total de edifícios	Edifícios em bom estado	Necessita de pequenas reparações	Necessita de média reparações	Necessita de grandes reparações	Edifícios muito degradados
2001	3644	802	929	918	576	420
2011	3441	1497	938	491	259	256

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Partindo do quadro 7, é possível analisar que desde 2001 até 2011, a Baixa de Lisboa perdeu 203 edifícios, mas, comporta mais 695 edifícios em bom estado em 2011

⁸⁶ Salgueiro, 1992, p. 386.

do que no ano 2001. No que diz respeito aos edifícios a necessitarem de reparações classificadas como médias diminuiu 421 edifícios, quanto aos edifícios a necessitarem de grandes reparações diminuíram 317 e existem menos 164 edifícios muito degradados, do ano 2001 para 2011. Em contrapartida, o número de edifícios a necessitar de pequenas reparações aumentou.

Mesmo tendo em conta o facto de os valores terem diminuído, tal não significa que os números não sejam preocupantes, principalmente, quando se refere ao centro do centro de Lisboa, ou seja, a capital de Portugal. Em 2011, verificam-se ainda 8% dos edifícios, da Baixa Pombalina, num estado de muito degradado. Esta é a percentagem de parque habitacional que está desabitado ou contém habitantes que vivem em condições de vida miseráveis. Com o possível restauro destes edifícios seria possível atrair população jovem, para habitar a zona histórica de Lisboa, em edifícios inigualáveis e com uma arquitetura ímpar, se devidamente restaurados.

Mas como tal não se verifica, estes edifícios continuam a degradar-se ao abandono, a céu aberto, no centro mais cosmopolita do país, que é visitado por todas as classes sociais, que se deslocam a este ponto da cidade com os mais variados propósitos, para não falar dos milhares de turistas que percorrem esta ruas, anualmente, e que têm como cartão-de-visita um centro histórico, cuja própria história o transforma numa paisagem escura, num país que a luz do sol o abençoou.

As políticas

Tendo em conta o quadro degradado dos edifícios da Baixa de Lisboa, já atrás constatado, é agora o momento de conhecer o que já foi feito para contornar tal situação e, os esforços que ainda hoje são dinamizados para que a paisagem da Baixa se modifique.

Embora o Plano de Urbanização de Lisboa de 1976 já apontasse a necessidade de valorização de um núcleo histórico e de um conjunto de antigos núcleos rurais absorvidos pela cidade, o processo de reabilitação urbana da capital só se inicia nos anos 80⁸⁷. Mas como já se verificou, ao chegar à primeira década do século XXI, a situação não era animadora, uma vez que, do total de 3644 edifícios localizados na

⁸⁷ Medeiros, 2006, vol. 4, p. 397.

Baixa de Lisboa, 78% dos mesmos, necessitavam de algum tipo de reparação, ou eram mesmo, considerados como muito degradados.

*A ação do município é determinante na melhoria da condição de vida dos cidadãos, não só os que vivem em Lisboa, mas também os que queremos que venham viver para a nossa cidade*⁸⁸. Mas, uma vez que, já foi constatado que os proprietários dos edifícios não investem na sua manutenção e restauro, por motivos económicos, resta o município de Lisboa e, conseqüentemente, as políticas do nosso país, para apoiar e incentivar, os referidos proprietários, a manterem os seus bens imóveis em boas condições.

A conservação e restauro do parque habitacional acarreta benefícios, quer para o município de Lisboa, que pretende atrair a população jovem para aí habitar e conseqüentemente dinamizar o centro de Lisboa, quer para os proprietários que uma vez aumentadas as condições de habitação dos seus imóveis, poderão incrementar as rendas associadas aos mesmos, segundo o regime das rendas locativas.

Segundo Maria Craveiro, *o arrendamento urbano constitui uma reforma essencial para garantir a continuidade das políticas municipais de reabilitação urbana, de repovoamento da cidade e de combater fogos vagos no centro da cidade, comportando investimento e dinamizando o mercado de arrendamento que deverá vir a ganhar maior importância no âmbito do mercado mobiliário*⁸⁹.

Segue-se o quadro 8 que apresenta alguns planos e projetos, promovidos quer a nível municipal quer nacional, com o comum objetivo de preservação da zona histórica de Lisboa, na qual está englobada a Baixa Pombalina. É importante referir que todos os referidos projetos mantiveram-se em vigor até ao ano passado de 2014.

Quadro 8 – Planos e Projetos implementados no Centro Histórico de Lisboa.

Designação	Plano/Projeto	Objetivo Geral
Plano Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e da	<i>Intervenção em zonas de características pombalinas, perto da Baixa, de tecido urbano regular, com grandes edifícios onde se localizam</i>	Dividir a Baixa em 4 áreas históricas com características

⁸⁸ Craveiro, 2004, p. 233.

⁸⁹ Craveiro, 2004, p. 234.

Colina do Castelo (1996)	<i>serviços públicos.</i> (Medeiros, 2006, vol.4, pág.399).	homogéneas.
RECRIPH (1996)	<i>O RECRIPH – Regime Especial de Participação de Financiamento de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal – traduz-se numa participação a fundo perdido, concedida aos proprietários, para execução de obras de conservação e de beneficiação nas partes comuns de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal, concedida pela CML e pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, (IHRU).</i> (www.cm-lisboa.pt)	Melhorar o estado de conservação do parque habitacional da Baixa Pombalina.
RECRIA (1998)	<i>O Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), tem como objetivo financiar a execução de obras de conservação e beneficiação, que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, através da concessão de incentivos dados pelo estado e municípios.</i> (www.reabilitaçourbana.com)	Proteger e incentivar o mercado de arrendamento, contrariando a contração de crédito à habitação, para a compra do imóvel.
Projeto Cidade Coesa (2003)	<i>Criação de 30 centros cívicos, estruturas polivalentes de equipamentos de proximidade ao nível do bairro da cidade, capazes de responder às carências sociais e culturais, que proporcionem o convívio intergeracional.</i> (Craveiro, 2004, pág. 232).	Criar postos de apoio social, uma vez que, Lisboa foi considerada cidade mais envelhecida da Europa.
O LX amigo (2003)	<i>Realização de pequenas obras, arranjos e reparações nos domicílios dos munícipes com mais de 75 anos e/ou em situação de deficiência/dependência.</i> (Craveiro, 2004, pág. 232).	Combater do índice de dependência de idosos que vivem em dificuldades crescentes e de isolamento.
Mega-Empreitada	<i>Visa recuperar de forma integrada 6 bairros</i>	Candidatura da Baixa

(2004)	<i>históricos e emblemáticos da cidade.</i> (Craveiro, 2004, pág. 233).	Pombalina a Património da Humanidade.
Sociedade de Reabilitação Urbana (2004)	<i>Com recurso ao regime excepcional de reabilitação de áreas urbanas, em particular das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e das Zonas Histórica.</i> (Craveiro, 2004, pág. 234).	Elaboração da Nova Carta de Atenas – 2003.

Após as intervenções das políticas monitorizadas, através dos projetos e planos acima apresentados, verifica-se que na entrada da segunda década do século XXI, a Baixa de Lisboa continuava a perder vitalidade e hegemonia que caracteriza um grande centro. Continuava a perder população, continuava também a perder dinamismo no setor económico predominante, neste caso, o setor terciário e ainda se verifica que, dos 3441 edifícios existente, 57%, dos mesmos, necessitam de qualquer tipo de manutenção ao são mesmo considerados como muito degradados.

Teresa Salgueiro alerta para um facto, que talvez sirva de auxílio para se compreender o porquê de tantos planos e projetos não terem atingindo os objetivos pretendidos, ou seja, *a maior parte das verbas municipais disponíveis são atribuídas às áreas periféricas para expandir a rede viária, de infraestruturas e equipamentos, que servirão de suporte à implantação de novas zonas industriais, Centros Comerciais e urbanizações. Os municípios desejosos de atrair emprego, favorecem o crescimento periférico, no que são apoiados por muitos cidadãos desinteressados da residência das áreas antigas. Deste modo, tem-se acelerado e degradado os centros históricos*⁹⁰.

Na Estratégia de Reabilitação Urbana – 2011/2024, é referido que *com a degradação do edificado do centro histórico a crescer a um ritmo superior à sua recuperação*⁹¹. Como o investimento municipal não está a conseguir saciar as necessidades de reparações dos imóveis, o referido documento enumerou cinco questões

⁹⁰ Salgueiro, 1992, p. 385.

⁹¹ Estratégia de Reabilitação Urbana – 2011/2024, p.10.

que são necessárias de ter em conta, na elaboração de estratégias, para sustentar esta situação, das quais, apenas 3 são relevantes para a problemática em análise⁹²:

1º – um maior volume de investimento a realizar é no edificado particular, tal como os edifícios municipais em mau estado de conservação e devolutos, está disperso pela cidade;

2º – o número de contratos de arrendamento congelados, com rendas baixas, tende a reduzir e no prazo de mais de 10 anos será residual e, por outro lado, o mercado de arrendamento está a crescer em consequência da crise;

3º – enquanto a cultura do *proprietário urbano absentista* for dominante, não se consegue inverter a tendência de degradação.

Assim, o grande objetivo do município de Lisboa é canalizar para as mãos dos privados a reabilitação dos edifícios da Baixa, tal como já foi proposto em anos anteriores. Para isso existem novos projetos de auxílio económico, porque, para além dos proprietários carecerem de valências económicas suficientes, que sustentem as obras necessárias para os edificados, neste momento acrescenta-se a dificuldade na obtenção de créditos bancários, devido à fase económica que o nosso país atravessa.

Deste modo, o município propõe-se ser um parceiro ativo e dinamizador do processo e, para isso, na Estratégia de Reabilitação Urbana para 2011/2024⁹³ refere tomar as seguintes medidas:

- alterar a perceção de que licenciar uma obra é um processo demorado, difícil e pouco transparente, o município terá que reduzir os custos de contexto de quem pretende investir na conservação/reabilitação do edificado, tornando os procedimentos de licenciamento desburocratizados, célebres e transparentes;
- alargar os benefícios, hoje existentes, nas Áreas Críticas de Reabilitação Urbana para toda e qualquer intervenção de reabilitação, seja qual for a sua localização na cidade e independentemente do uso que venha a ter;
- atender a que reabilitar uma área consolidada não é apenas intervir no seu edificado ou no seu espaço público. Estes são os espaços onde habitam os seus habitantes, que são utilizados pelos seus trabalhadores e pelos quais nos

⁹² Estratégia de Reabilitação Urbana, 2011-2024, p. 10.

⁹³ Estratégia de Reabilitação Urbana – 2011/2024, p. 12.

visitam, os turistas. Reabilitar implica intervenções a nível do apoio comunitário, das atividades económicas e culturais, da segurança, da convivência de várias culturas e gerações, dos equipamentos locais, das associações e coletividades e da sensibilização para valores patrimoniais e históricos de cada edifício, rua, largo, bairro ou colina.

Posto isto, até ao ano 2009, o ponto fulcral do fracasso das medidas e apoios implementados regeu-se pelo desinteresse dos proprietários em abraçar estes projetos e/ou o desinteresse pelos mesmos. Mas, a partir de 2010, devido à crise económica instalada em Portugal, os referidos planos de financiamento encontram-se *congelados*. Apresenta-se o exemplo do plano RECRIPH, que destaca uma nota, no respetivo *site* de candidatura, no portal da Câmara Municipal de Lisboa, embora as candidaturas estejam em *aberto*, *não dão garantias aos requerentes que venham a obter qualquer participação para o ano decorrente*.

Assim, surgem dois novos programas de apoio à reabilitação e conservação de imóveis na Baixa Pombalina, sendo o programa *Viaverde* e *Reabilite primeiro, pague*

ViaVerde	<ul style="list-style-type: none">• Visa incentivar a realização de obras de conservação do edificado que visam a melhoria de condições de habitabilidade, conforto, segurança, acessibilidade e eficácia energética de um imóvel;• Conservar apenas, as fachadas, o número de pisos acima do solo e o aproveitamento do vão da sua cobertura sem alterar a sua geometria;• Após a intervenção, segue-se o processo de atualização das rendas decorrentes da realização de obras, previstas na legislação complementar no Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), através da realização de vistorias por técnicos legalmente habilitados.
----------	--

depois:

Reabilite primeiro, pague depois	<ul style="list-style-type: none"> • Consiste no lançamento de hastas públicas, que deverão englobar vários ou apenas um edifício; • O pagamento ao município apenas se processa com o início do ressurgimento do investimento, ou seja, a câmara cede o (s) edifício (s), o adjudicante faz as obras e procede ao seu pagamento à Câmara Municipal de Lisboa. Esse pagamento pode ser faseado em prestações; • Este projeto é sujeito a limitações de demolição e/ou ampliação do imóvel.
--	---

Fonte: Estratégia de Reabilitação Urbana 2011/2024.

Quadro 9 – Programas de apoio à reabilitação e conservação de imóveis particulares.

Os objetivos inerentes à aplicação destes programas são:

- reabilitar edifícios em mau estado de conservação;
- repovoar a cidade de Lisboa, incluindo a Baixa;
- introduzir fogos para arrendamento ou alienação a custos acessíveis a famílias com baixo rendimento;
- incentivar a economia, colocando edifícios, de pequena média dimensão, para reabilitação por parte de pequenas médias empresas;
- promover a sua reabilitação sem investimento municipal;
- Promover o arrendamento dos imóveis.

Novas funcionalidades na Baixa de Lisboa

Constatou-se, até ao momento, que a Baixa de Lisboa, caracterizada por ser o grande centro da cidade e até do nosso país, está a perder a vitalidade e hegemonia, que outrora tivera. Foi salientado no Congresso de Sociologia de 2004 que, *a Baixa tem sofrido todo um processo de perda do seu interesse económico, social e vivencial, sendo consensual a necessidade de uma intervenção, no sentido de inverter esse processo de degradação, visando a reabilitação desse espaço*⁹⁴.

⁹⁴ Ata do Congresso Sociologia, 2004, p. 3.

De facto, desde 2011 sensivelmente, investimentos privados têm apostado no renascer da vitalidade económica, social e cultural da Baixa de Lisboa, mas não da forma mais tradicional e esperada.

Tendo em conta que, o objetivo de atrair alguma população jovem para habitar a Baixa não foi bem-sucedido, alguns empresários decidiram canalizar os seus investimentos para habitar a Baixa com os *frequentes moradores temporários*, ou seja, os turistas, que por sua vez, visitam o nosso país e escolhem a sua capital para embalar as suas pernoitas de férias.

Assim, partindo da minha fonte de inspiração para o desenvolvimento deste tema, pode dizer-se que o empobrecimento do centro de Lisboa, verificado a partir de 2011, traduziu-se num *Há Ouro na Baixa*. Este é o título de um documentário, realizado pela RTP1, tendo sido exibido no dia 1 de outubro de 2014. No referido documentário, os turistas são considerados o novo batimento cardíaco do coração da Baixa de Lisboa, local esse que se despede, aos poucos, dos comerciantes e moradores e, abre os seus braços para receber novas unidades hoteleiras. Essas unidades hoteleiras, simplesmente, reaproveitam os edifícios degradados e *desativados* da Baixa e, procedendo às devidas obras, são transformados em pensões, hotéis e hostel.

As políticas

Os atores mais elevados da governação do nosso país consideram, através do Plano de Ação Regional de Lisboa – 2014/2020 que, *o turismo é reconhecido como uma das atividades económicas que mais contribui, e pode contribuir, para o reforço da internacionalização da Região de Lisboa*, e foi apontada como prioridade, *o alargamento do leque de oferta turística, através do desenvolvimento de produtos inovadores destinados a diferentes segmentos do mercado*⁹⁵, aleando o turismo ao património cultural da região.

Dada esta atribuição de incentivo e importância respeitante ao turismo no nosso país, como atividade económica impulsionadora, o fenómeno de transformação da Baixa num ponto de afluência turística, não menospreza os objetivos propostos e uma vez que, escasseia dinheiro, aos nossos contribuintes, para dinamizar a economia

⁹⁵ Plano de Ação Regional de Lisboa, 2014-2020, pág. 70

nacional e, principalmente, o comércio de rua, que resta na Baixa, uma boa estratégia é sem dúvida atrair capitais estrangeiros, neste caso, trazidos pelos turistas.

Assim, mais concretamente, as instâncias das entidades governamentais da cidade em questão, Lisboa, referem, no documento que comporta os objetivos, propostas e estratégias para o Turismo Lazer e Património, até ao ano 2020, que *a cidade de Lisboa é a marca turística mais conhecida internacionalmente e tem uma representatividade bem expressa no fator de gerar cerca de 73% das receitas de hotelaria da Área Metropolitana de Lisboa*⁹⁶.

Aliada, então, ao facto do turismo ser uma atividade económica fundamental para o nosso país, denota-se que, é em Lisboa que se centraliza a grande procura, por parte dos turistas, correspondendo mesmo a 73% das receitas da Área Metropolitana. Para que Lisboa seja uma cidade tão procurada, não é suficiente o facto de ser a capital de Portugal e deste modo, o mesmo documento aponta para alguns pontos fortes deste destino:

- *Lisboa tem uma oferta rica e diversificada, combinando património e recursos paisagísticos, história e modernidade;*
- *modernas estruturas e equipamentos de alojamento e entretenimento;*
- *qualidade de vida, devido às mais variadas facilidade de acesso*⁹⁷.

Mas, esta mesma entidade também aponta alguns pontos fracos, que devem ser tidos em conta, nesta região:

- *fraca integração turística entre a cidade e região;*
- *zonas envolventes dos núcleos urbanos não têm vocação turística;*
- *alguns espaços degradados e com fraca qualidade de serviços;*
- *necessidade de requalificação do património edificado para fins turísticos*⁹⁸.

Como é possível analisar, o último ponto salvaguarda a justificação para o fenómeno que ocorre na Baixa de Lisboa, mas, o mesmo documento mostra-se algo contraditório, ao referir que, uma das ameaças ao investimento turístico na cidade de

⁹⁶ Turismo e Lazer na Região de Lisboa, 2020, p. 159.

⁹⁷ Turismo e Lazer na Região de Lisboa, 2020, p. 161.

⁹⁸ Turismo e Lazer na Região de Lisboa, 2020, p. 161.

Lisboa prende-se com a *atração de investimento hoteleiro na desconcentração da oferta, utilização do património edificado e reconversão de espaços degradados*⁹⁹.

De qualquer modo, este argumento poderá prender-se com o facto de um dos objetivos para o turismo em Lisboa seja a descentralização do mesmo, de um só foco, e alastrar de forma homogénea a dinamização de toda a região, nomeadamente, a Cascais, Estoril, Sintra e Península de Setúbal, como também é referido.

Em suma, os objetivos, quer do organismo turístico da região de Lisboa quer a própria Câmara Municipal de Lisboa à partida, não demonstram interesse e apoio ao fenómeno de reconversão dos edifícios degradados da Baixa de Lisboa em estâncias hoteleiras, mas existem, pelo menos, dois pontos ditos *legais* através dos quais é passível que os privados enverguem por esta via de negócios.

1º – Considere-se, então, o seguinte excerto da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa (2011-2024), quando se refere à solução para a o problema da Baixa de Lisboa: *a saída passa por, não esquecendo a dimensão social do problema, captar investimento privado para a reabilitação do edificado, tornando-o num investimento tão ou mais interessante de que qualquer outro*¹⁰⁰.

Deste modo, município de Lisboa declara não ter capacidade financeira para reabilitar os edifícios da Baixa de Lisboa e o excerto é um apelo de auxílio, aos privados, para darem uma nova vida social e económica à área considerada. É de salientar que, quando o documento refere a palavra reabilitar, segundo a tradução à língua portuguesa, *entenda-se como repetir de forma melhorada as funções que outrora já lá se encontravam*, mas, a verdade é que não existe, até então, nenhuma salvaguarda na Lei Portuguesa, que possa controlar este facto.

Ou seja, uma vez que está nas mãos dos privados o futuro e o renascimento das dinâmicas da Baixa de Lisboa e o Estado Português, não tem nenhum modo de controlo, face à presente situação, não existe, então, qualquer tipo de critério que impeça a transformação de todos os edifícios da Baixa em estâncias hoteleiras.

2º – Diretamente da Comissão Europeia surge uma Política Urbana designada por *JESSICA, Joint European for Sustainable Investment in City Areas* (Apoio Europeu

⁹⁹ Turismo e Lazer na Região de Lisboa, 2020, p. 161.

¹⁰⁰ Estratégia de Reabilitação Urbana, 2011-2024, p. 11.

Comum para o Investimento Sustentável nas Zonas Urbanas). Uma das áreas que a Política JESSICA apoia são *projetos que promovam o desenvolvimento urbano sustentável em locais com carácter patrimonial ou cultural, relevantes para o turismo ou outros fins sustentáveis*. Assim, esta Política baseia-se na *prestação de assistência reembolsável dos fundos estruturais aos investimentos, que deverão gerar retornos e, deste modo, atribuídos aos investidores o retorno do seu investimento*. Este é um programa que se enquadra no apoio que empresários porventura necessitem, para levar a cabo o seu projeto de *reabilitação* dos edifícios da Baixa.

Uma nova Baixa de Lisboa – CTD (Central Tourism District)

Uma vez verificado que não existem quaisquer entraves aos investimentos privados, no que diz respeito, à proliferação de unidades hoteleiras na Baixa de Lisboa, o negócio tem vindo a crescer.

Em primeiro lugar, é de destacar que Lisboa tem estado na vanguarda dos melhores destinos de férias, quer da Europa, quer do mundo, principalmente a partir do ano 2013. Na última edição da Revista de Turismo de Lisboa, de novembro de 2014, a capital portuguesa é distinguida como o destino preferido dos estrangeiros.

A trivago elaborou um balanço do ano turístico e Lisboa é o destino português mais popular a nível global. Com um ano recheado de prémios e distinções para o turismo, o maior motor de busca de hotéis do mundo analisou algumas tendências que têm contribuído para a reputação portuguesa fora de portas. No que diz respeito aos mercados emissores, os estrangeiros que mais procuram por destinos nacionais são os espanhóis, seguidos dos britânicos, alemães e franceses. Irlandeses, italianos, holandeses, belgas, norte-americanos e suecos completam a lista¹⁰¹.

Teresa Salgueiro, em 1992, afirmou que nos anos 60, a presença de hotéis, na Baixa de Lisboa, viu-se reforçada *designadamente com 4 e 5 estrelas, em parte, devido ao carácter central desta área* e, fruto deste fenómeno, bem como à presença de turistas que, frequentemente, passeavam pelas ruas da Baixa Pombalina, registou-se um grande

¹⁰¹ Revista de Turismo de Lisboa, novembro de 2014, p. 6.

aumento de *galerias de arte, comércio de antiguidades, objetos de decoração e artesanato*¹⁰².

Talvez fruto da crise económica global, talvez fruto da evolução das sociedades, culturas e/ou formas de ver o mundo e disfrutar da vida, os objetivos de visita, da parte de um turista a outro país, alteraram-se. Outrora os grandes e luxuosos hotéis de 5 estrelas, principalmente, eram o sonho inalcançável de muitos turistas e o indispensável para outros. No século XXI, os turistas procuram nas cidades que visitam, mais do que um impessoal hotel luxuoso, procuram viver e sentir a mais pura história, essência e nostalgia desses locais.

Por isso mesmo, o cartão-de-visita de Lisboa está, nos últimos anos tão centrado na história dos portugueses, na história de Portugal e qual o melhor local do que a própria Baixa de Lisboa, sendo ela o coração da cidade, para acarretar todas as características procuradas neste novo conceito de turismo, que talvez se possa caracterizar por *Vintage*.

Deste modo, na publicação de janeiro de 2013, da Revista de Turismo de Lisboa segue com uma notícia, referente a uma publicação da Associated Presse (AP), uma agência de notícias americana, provavelmente, a mais antiga e maior agência do mundo, que se refere à Baixa de Lisboa como tendo sido *reconstruída depois do terramoto de 1755 num raro padrão geométrico*, aconselhando a visitar, *as lojas antigas e a contemplar os passeios e a calçada decorados a preto e branco, que também podem ser vistos em locais onde os portugueses estiveram muito tempo, como Brasil e Macau*¹⁰³. O Chiado é descrito como o bairro da *Belle Époque do século XIX*, quando escritores e artistas se reunião nos cafés, dá-se então destaque a Fernando Pessoa.

São estas as experiências que os turistas procuram, encontrar locais antigos, onde ilustres figuras da história contemporânea, fizeram história. Mas, para que a experiência se complete, nada melhor do que aproveitar a estada num dos tantos edifícios, construídos a mando de Marquês de Pombal, com uma arquitetura ímpar, numa estrutura antissísmica bastante inovadora, para a época.

¹⁰² Salgueiro, 1992, p. 322.

¹⁰³ Revista de Turismo de Lisboa, janeiro de 2013, p. 12.

Como é referido, no documentário, *Há ouro na Baixa, dos prédios em ruínas nascem hotéis de charme, é aproveitado o encinto da arquitetura dos prédios da Baixa e são remodelados com todo o encanto e requinte para que os turistas fiquem hospedados no coração de Lisboa.*

Na figura 6, encontra-se discriminada, a localização da totalidade de novas instalações hoteleiras, na sua maioria hostel, que nasceram fruto da reconstrução de antigos edifícios da Baixa de Lisboa, dentro da área de estudo em causa.



Figura 6 – Instalações hoteleiras – Baixa Pombalina.

Fonte: Google Earth - trabalho de campo.

Legenda			
Número	Hotel/ Hostel	Nº de quartos	Data de inauguração

1	Sweet Home Lisbon	6	2007
2	Hotel Vinnci Baixa	66	2008
3	Lisbon Happy Hostel	6	2009
4	Yes! Lisbon Hostel	19	2010
5	Auris Apartments	18	2011
6	Baixa House	13 (apartamentos)	2011
7	City Center Hostel	4	2011
8	Lisbon Riverview Hostel	18	2011
9	Hangar inn Lisboa	132	2012
10	Homo Lisbon Hostel	<i>sem informação</i>	2012
11	Travellers House	5	2012
12	Vistas de Lisboa Hostel	8	2012
13	Rossio Hostel	19	2012
14	Hotel Santa Justa Lisboa	55	2013
15	The Beautiques Hotel Figueira	50	2013
16	Gold Tram 242 Lisbon Hostel	16	2013
17	Casas da Baixa – By Jules e Madeleine	17	2013
18	Goodnight Hostel	13	2013
19	Downtown Design Hostel	6	2013
20	We Love F***** Tourists	23	2013
21	Lisbon Lounge Hostel	10	2013
Total de quartos			454

Analisando a legenda da figura 6, onde se apresentam as 21 novas instalações hoteleiras, que têm em comum o facto de terem nascido em antigos edifícios, que outrora serviram de habitação. Surgiram, então, desde 2007 até 2013, com maior concentração em 2011, 2012 e 2013, 7454 novos quartos com o objetivo de alojar e acolher os que visitam a Baixa de Lisboa.



Figura 7 – The Boutique Hotel Figueira.

Fonte: www.booking.com.

A presença da figura 7, neste contexto, prende-se com o facto de ser, um exemplo, onde é possível verificar um edifício da Baixa de Lisboa, no qual se localiza o hotel *The Boutique Hotel Figueira*, mas apesar dessa alteração funcional a sua fachada encontra-se igual aos demais representados. Este aspeto prende a sua justificação, quer por questões legais, já referidas anteriormente, que por questões de estética e estratégia do negócio (marketing e atratividade turística).

Assim, não existe qualquer elemento na paisagem das ruas da Baixa, que tenha sido alterado ou, seja alvo de destaque, com o surgimento das novas unidades hoteleiras, apenas o estado conservado e *limpo* dos edifícios e um simples letreiro de identificação da unidade hoteleira em questão.

Não existindo dados quantitativos concretos acerca deste surto, que permitam fazer uma contabilização precisa do número destas novas unidades, restam apenas pequenas referências, em algumas publicações, como são exemplo os jornais e/ou revistas. Deste modo, tendo em conta a fragilidade da fidelidade dos dados, fica apenas em termos gerais os dados anunciados numa publicação do jornal *Público*.

Numa entrevista, datada de junho de 2013, ao presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, intitulada *A febre hoteleira está a destruir identidade da Baixa, diz autarca*, é referido que, no ano anunciado, existiam, *10 projetos de hotéis para a zona da Baixa Pombalina a aguardar licenças e mais de 3 em obra*, dados confirmados pela

Câmara Municipal de Lisboa. Menciona também, o presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau que *já existe 80 unidades hoteleiras na zona da Baixa de Lisboa*.

Considera-se apenas que a referida *Zona da Baixa*, compreende um espaço maior que a área em estudo, delimitada para este trabalho, uma vez que não alberga a Baixa-Chiado, devido às suas particulares características de divertimento noturno, entre outras.

Consequências

Dada a prematuridade do fenómeno turístico, descrito até então, escasseiam os estudos e o levantamento no terreno de dados que sustentem o impacto e as consequências que a grande afluência/concentração de turistas e instalações turísticas, nos centros históricos, nomeadamente, na Baixa Pombalina, estão a ter junto dos residentes.

Neste sentido, no dia 15 de junho de 2015, na estação televisiva RTP1, foi emitido o programa *Prós e Contras*, cujo tema em debate era *Olh' o Turista*, que teve lugar na Fundação Champalimaud, em Lisboa. O objetivo do debate era a constatação do surgimento de diversos hostel no *coração de Lisboa*, ou seja, nos seus centros históricos e conhecer os impactos positivos e negativos que este fenómeno está a causar junto dos habitantes.

Assim, os participantes do debate foram o Professor Catedrático de Geografia e Ordenamento do Território, José Manel Simões, o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, em Lisboa, Vasco Morgado, a Jurista Ana Jacinto, o Diretor Geral da Memmo Hotéis, Rodrigo Machaz, o Presidente da Associação de Hotéis, Luís Veiga, o Diretor da Católica de Lisboa School of Business & Economia, Francisco Veloso, bem como, dois residentes do centro histórico, que deixaram o seu testemunho como cidadãos que observavam diariamente o fenómeno em questão.

Inicialmente foi ouvido um residente do centro histórico de Lisboa, que revelou o facto de que com o surgimento de um grande número de oferta turística, principalmente, os hostel, a grande afluência de turistas a um único foco traduziu-se num decréscimo da qualidade de vida dos habitantes. O residente aponta dois problemas principais: a poluição das ruas dos centros históricos, fruto da diversão noturna, e o barulho que se faz sentir na sua maioria à noite, igualmente fruto da diversão noturna,

mas também, o barulho que se faz sentir nas habitações cujo edifício ao lado seja um hostel. Deste modo, a concentração desmedida de turistas, num só local, não permite uma adaptação mútua de turistas e residentes a esta recente realidade que caracteriza esta área da cidade de Lisboa.

Após a exposição de tal testemunho, foi a vez do Professor Catedrático José Simões intervir, iniciando por referir que *o turismo é uma atividade económica muito importante à escala mundial*. Ao contrário do que referiu anteriormente a testemunha, o Professor esclarece que não existem um número exagerado de turistas em Lisboa, o que acontece é que esses turistas não estão devidamente distribuídos pela cidade, ou seja, é necessário redistribuir os fluxos turísticos. É referido então que *Lisboa nem sequer é um destino turístico verdadeiramente amadurecido, é um destino adolescente com problemas de puberdade* e são esses mesmos problemas que estão a assombrar os residentes do centro histórico de Lisboa neste momento.

Neste sentido, também Francisco Veloso, caracteriza este momento de controvérsia em relação ao surto de unidades hoteleiras em Lisboa como o tempo de acomodação a uma nova realidade que, acontece sempre que existe um crescimento económico rápido em qualquer setor de atividade. A solução apontada é, então, fornecer aos turistas as infraestruturas necessárias, que permitam dar resposta à procura e oferecer as devidas condições de conforto e comodidade a quem nos visita, mas ao mesmo tempo salvaguardar os interesses dos residentes com policiamento e regulamentações que protejam os seus interesses, bem como, o normal funcionamento das suas vidas.

Na sequência, foi então do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António manifestar a sua opinião, começando por referir que na sua freguesia existe uma rua com 35 metros de comprimento que comporta 5 hostel, considerando este fenómeno como uma falta de controlo e regulamentação, por parte do município, que não estabelece limites para a abertura extasiante de novas instalações hoteleiras. Contudo, o presidente testemunha que, na sua freguesia existem queixas por parte dos moradores, nomeadamente pessoas idosas que, sentem a pressão dos senhorios que não têm qualquer interesse em arrendar os seus imóveis à população local, pretendendo o seu despejo para que possam elevar a categoria do seu edifício a hostel e assim obterem um maior rendimento do seu bem.

Seguidamente foi ouvido outro testemunho, o residente de um prédio que é constituído por 12 apartamentos, dos quais 6 são hostel e, os restantes são de habitação familiar. Os incómodos com o barulho constituem o principal enfoque das queixas do residente, salientado que ao analisar o enorme transtorno que esta situação tem causado na sua vida, bem como, na dos seus vizinhos, provavelmente, se a situação se mantiver inalterada, o centro histórico de Lisboa verá os seus habitantes obrigados a escolher outro local para residir, uma vez que, nestas circunstâncias não é possível viver.

A Jurista Ana Jacinto, concordando com o Professor José Simões, defende que a solução para o problema apresentado passa, não só pela regulamentação, mas sim, pela organização, quer dos turistas no território como na fiscalização das unidades hoteleiras.

É referido que algumas dessas unidades não estão legalizadas, essas não contribuem para a economia real e fazem concorrência desleal. A solução poderia passar por *apertar o cerco* fiscal e obrigar ao pagamento de grandes contribuições ao estado, mas esta situação não iria solucionar o problema porque desta forma não se iria conseguir a legalidade de mais unidades. Então a solução é flexibilizar de tal forma as condições para estas unidades que elas não necessitem de fugir ao fisco e entrem na economia real. Assim, ter-se-ia um conhecimento real das unidades existentes e era possível realizar o controlo das condições do alojamento, da segurança, da higiene e também do ruído e das situações que possam ser consideradas incomodativas para os residentes locais.

O Presidente da Associação de Turismo de Hotéis não considera o surgimento desmedido de hostels na Baixa de Lisboa uma ameaça de concorrência para os hotéis, uma vez que os turistas que procuram cada um destes dois tipos de alojamento são distintos. Neste sentido, o verdadeiro problema centra-se no desequilíbrio criado através da grande concentração de turistas num só local. Contudo, considera que ainda não existem danos irreparáveis na cidade, existem apenas pormenores que têm que ser geridos pela autarquia de Lisboa, uma vez que, nesta fase inicial, é necessária uma atitude pedagógica, ou seja, educar os residentes e turistas para esta nova realidade.

Por último, Rodrigo Machaz destaca o facto de Portugal estar numa fase que deveria escolher uma vocação generalizada e segundo os seus conhecimentos não tem dúvidas de que a vocação do país é o turismo, *uma vez que a indústria do turismo é a*

hospitalidade e o português sempre foi caracterizado por receber bem. Assim, o que tem que ser feito é autenticar a cidade de Lisboa e encontrar soluções para este novo desafio.

Em suma, este debate destacou, essencialmente, que a proliferação de unidades hoteleiras e turistas, em número desmedido, no centro histórico de Lisboa, tem suscitado o desagrado por parte dos residentes locais. O novo perfil de turistas que procura a capital de Portugal como destino para as suas férias, são jovens turistas que não procuram, a clássica visita a museus, mas sim, experienciar a vida de Lisboa, a diversão, os locais, numa passagem superficial e emocionante pela cidade. Deste modo, encaram a viagem como desmedida de controlos, principalmente de álcool, que resultam em todo o tipo de excessos e que não compactuam com o normal desenrolar da vida dos habitantes.

Para além deste aspeto, ainda existe o importuno dos residentes que, ou estão numa situação complicada com os senhorios, principalmente os mais idosos, que devido à sua vulnerabilidade estão frágeis aos caprichos dos proprietários dos imóveis que habitam ou, por outro lado, vêm os seus vizinhos a abandonar a residência, por vezes de uma vida, ficando sem o cultural apoio prestado *porta em porta* pela vizinhança e entregues ao despovoamento dos bairros, problema esse que acarreta consequências como são a prostituição, o vandalismo e o consumo/trafego de estupefacientes.

Que futuro para a nova Baixa de Lisboa?

Ao chegarmos ao ano 2014 verifica-se uma dicotomia entre o aumento da ocupação do parque habitacional, destinado a instalação de turistas e uma contínua perda do espaço destinado aos *conterrâneos* que pretendem definir a sua residência na Baixa de Lisboa.

Manuel Salgado, vice presidente da Câmara Municipal de Lisboa, numa entrevista, dada em junho de 2013, refere que é *errado privilegiar o turismo em relação aos residentes*¹⁰⁴, ao mesmo tempo, aponta para a Câmara Municipal a responsabilidade de reabilitação dos espaços públicos e para os privados, a responsabilidade de reabilitação dos edifícios. Como já foi mencionado anteriormente, uma vez entregue nas

¹⁰⁴ Revista Turismo de Lisboa, junho de 2013, p.19.

mãos dos privados tal responsabilidade, são estes, que vão decidir o futuro económico e neste caso, funcional da Baixa.

Já o presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, que é parte integrante do município de Lisboa, declarou ao jornal *Público*, em junho de 2013, que *é preciso travar o quanto antes esta febre hoteleira se não quisermos perder irremediavelmente a Baixa e o que a caracteriza*.

Ora, são os privados os responsáveis pelo contínuo investimento em unidades hoteleiras, reaproveitando antigas construções de edifícios, lotando completamente a Baixa de Lisboa, sendo assim, difícil encontrar uma rua onde não exista uma instalação turística. Desta forma, em setembro de 2013, Luís Veiga, presidente da Associação Hoteleira de Portugal afirma que a *oferta de quartos, na Baixa de Lisboa, aumentou cerca de 47% nos últimos anos*¹⁰⁵.

Atendendo a perspetivas futuras, será que a *febre* de investimento turístico na Baixa tem uma base sustentável, que suporte o negócio economicamente? Será que o exponencial aumento do número de unidades hoteleiras poderá ser prejudicial para todas, ou seja, levar ao aumento da oferta em relação à procura, comprometendo assim o negócio, no geral? E se estes investimentos fracassarem? Qual será o futuro da Baixa de Lisboa?

Em primeiro lugar, no que diz respeito, à sustentabilidade do negócio turístico no concelho de Lisboa não parece comprometido, tendo em conta a procura, ou seja, turistas, como se pode verificar no quadro 11.

Quadro 11 – Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, no concelho de Lisboa.

	2009	2010	2011	2012	2013
Lisboa	2666617	2840550	2856574	2949579	3086589

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

¹⁰⁵ Revista de Turismo de Lisboa, setembro de 2013, p. 19.

Desde 2009 até ao ano 2013, os hóspedes que frequentam os estabelecimentos hoteleiros do concelho de Lisboa, têm vindo a aumentar, ano após ano. De 2009 para 2013, o número de hóspedes aumentou 419972, ou seja, 15,7%.

Assim, é simples concluir que se os valores se mantiverem animadores como se verifica nos dados acima, o negócio hoteleiro na Baixa de Lisboa está, aparentemente, assegurado. De qualquer modo, por mais que até ao referido ano de 2013 os números sejam animadores, existem outras problemáticas que são fundamentais ter em conta.

Numa entrevista dada por Mário Machado, presidente adjunto do Turismo de Lisboa, em fevereiro de 2013, o mesmo refere que *a concorrência da hotelaria paralela, ou seja, arrendamento de apartamentos particulares, livres de impostos, está a forçar os hotéis a baixar preços para conseguirem captar clientes*¹⁰⁶. Identifica-se assim então um problema preocupante, que poderá vir a por em causa o sucesso dos investimentos relacionados com a hotelaria, na Baixa de Lisboa.

Na mesma publicação da referida revista, Cristina Siza Vieira, presidente executiva da Associação de Hotelaria de Portugal, aponta para um problema que considero ser o mais preocupante. Siza Vieira refere que, *é fundamental apostar-se num planeamento da oferta, algo que é decisivo para o posicionamento de Lisboa, uma vez que a oferta é superior à procura*¹⁰⁷.

Ora, por mais que o número de turistas esteja a aumentar, o aumento das unidades hoteleiras ultrapassa o número desejável para o sucesso económico deste negócio, o que leva a uma desigualdade entre a oferta e a procura. É necessário ter em conta que a procura turística é um fenómeno frágil, uma vez que é uma decisão totalmente livre dos turistas a escolha do seu destino de férias. O país que quer acolher turistas, manter-se constantemente atrativo tem que investir, inovar e renovar-se continuamente, quer para atrair novos turistas, quer para atrair antigos visitantes.

Por outro lado há que ter em conta, um ponto fraco, apontado por Mário Machado, que está relacionado com o turismo em Portugal, ou seja, o nosso país, *paga*

¹⁰⁶ Revista de Turismo de Lisboa, fevereiro de 2013, p. 7.

¹⁰⁷ Revista do Turismo de Lisboa, fevereiro de 2013, p. 7.

*o preço de estar na ponta da Europa, as pessoas podem pagar o mesmo ou menos por cá virem, mas como a deslocação é mais cara, a perceção do preço não é igual*¹⁰⁸.

Atendendo à realidade analisada, é necessário agora reunir esforços para que este fenómeno dê os frutos positivos, quer ao nível económico do país e da Região de Lisboa, principalmente, quer ao nível da dinâmica e renascimentos da Baixa de Lisboa. Os esforços necessários deverão partir da iniciática do governo local e nacional, revertido em apoios aos investidores, deverão partir também das entidades responsáveis pelo Turismo, Lazer e Património de Lisboa, na divulgação e criação de uma harmonia e dinâmica entre a Baixa Pombalina e os seus visitantes. Quanto aos privados, ou seja os proprietários das novas instalações hoteleiras, têm um papel na divulgação, dinâmica e promoção do espaço que têm a seu cargo.

Neste momento, um dos pontos que considero fundamental para a sustentabilidade deste novo negócio, a médio-longo prazo, seria recandidatar a Baixa de Lisboa a Património da UNESCO. Em 2004, foi entregue uma candidatura para que a Baixa de Lisboa atingisse tal categoria, mas foi recusada por não obedecer aos critérios necessários. Em setembro de 2013, Fernando Seara, candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, avança ao *Jornal de Notícias* que *vai recandidatar a Baixa de Lisboa a Património Mundial da Humanidade*.

Mas em contrapartida, numa outra entrevista, datada de fevereiro de 2014, o vereador do Urbanismo e da Reabilitação Urbana, Manuel Salgado, reconhece esta hipótese como interessante, mas aponta desde já que *tal não será possível de se realizar antes de 2017*.

Com efeito, do ponto de vista turístico, observando o exemplo de Elvas, que como afirma o presidente da Câmara Rondão Almeida, ao jornal *Café Portugal*, em julho de 2013, desde que as fortificações do seu município foram classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO, em 2012, houve um aumento de 320% dos turistas, em apenas um ano.

Este é considerado, sem dúvida, um caso de sucesso que poderá ser replicado na Baixa de Lisboa, se a esta fosse atribuída tal classificação. Seria positivo considerando-se que tal classificação abarcaria uma divulgação maior e mais requintada desta área e

¹⁰⁸ Revista de Turismo de Lisboa, fevereiro de 2013, p. 7.

dinamizaria uma maior afluência de visitantes a médio-longo prazo que traduziria o sustento do negócio crescente, anteriormente referido.

Para finalizar, a argumentação acerca desta temática, deixaria apenas o alerta para o seguinte facto. São frágeis as conclusões que se possam retirar sobre este fenómeno, por dois principais motivos; em primeiro lugar, a idade precoce deste fenómeno e a ainda carência de estudos acerca do mesmo, realizados por devidas personalidades, entendidas quer na temática do urbanismo, quer de turismo.

Mas, assim mesmo, sublinharia o seguinte: em 1755, edifícios da Baixa Pombalina tinham uma determinada estrutura interior de divisão em cada piso, que corresponderia a uma *casa*, um apartamento. Agora, com as adaptações realizadas, com base em projetos arquitetónicos, que por sua vez, transformaram estas habitações em unidades hoteleiras, por mais que a fachada dos edifícios se tivesse mantido fiel à origem, o interior do mesmo foi alterado, perdendo assim, a sua função de habitação familiar. Posto isto, se porventura, estes investimentos hoteleiros fracassarem, os edifícios em questão perderão a sua utilidade, restando apenas uma solução: procederem-se a novas obras de requalificação, para que se transformem antigas unidades hoteleiras em qualquer outro tipo de negócio, quer seja, habitacional e/ou comercial, ou qualquer um outro.

Capítulo III

Transposição didática do tema: *A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses – Reconstruída para os turistas* e desenvolvimento de uma experiência pedagógica

Enquadramento didático do tema

Até então foi apresentado o tema científico em estudo, é agora momento de o desconstruir de forma a adaptá-lo, pedagogicamente, para que se torne acessível para a compreensão dos alunos do 8º nível de escolaridade, mais precisamente, para as características da turma do 8ºX, anteriormente referidas no presente relatório, da Escola Básica 2,3 Inês de Castro.

O tema abordado insere-se nas Metas Curriculares, e no Programa de História para o 3º Ciclo do Ensino Básico, no domínio: *Um século de mudanças (século XVIII)*, no subdomínio: *Conhecer e compreender a realidade portuguesa na segunda metade do século XVIII*, nos seguintes três descritores:

- 1 - *Caracterizar os aspetos fundamentais da governação do Marquês de Pombal, no âmbito económico.*
- 2 - *Relacionar essas medidas com a situação económica vivida em Portugal na segunda metade do século XVIII.*
- 3 - *Integrar o projeto urbanístico de Lisboa, após o terramoto de 1755, no contexto da governação pombalina.*

Insere-se também nas Metas Curriculares, e no Programa de Geografia para o 3º Ciclo do Ensino Básico, enquadrado no domínio: *Cidades, principais áreas de fixação humana*, no subdomínio: *Compreender a organização monofuncional das cidades*, nos três seguintes descritores:

- 1 – *Caracterizar as funções das cidades: residencial, comercial, industrial político-administrativa, cultural, religiosa (...).*
- 2 – *Caracterizar as principais áreas funcionais das cidades.*
- 3 – *Relacionar o aparecimento de novas centralidades com o crescimento das cidades e a revitalização dos centros das cidades.*

Também, nas Metas Curriculares de Geografia do Ensino Básico, o domínio: *As atividades económicas*, o subdomínio: *Turismo*, englobando os seguintes dois descritores:

1 – *Relacionar os diferentes fatores físicos e humanos com a prática de diferentes formas de turismo.*

2 – *Caracterizar as principais formas de turismo: balnear/ de montanha / cultural/ religioso/termal/negócios/em espaço rural/de aventura/radical/ turismo de natureza (...).*

Desenvolvimento de uma experiência pedagógica

Visita de estudo

A experiência pedagógica eleita para a transposição do tema científico foi uma visita de estudo. Esta escolha premeia uma infinidade de aspetos que, por sua vez, a apoiam vantajosamente.

Antes de ser tratada a componente pedagógica, poder-se-á salientar o aspeto pessoal e social desenvolvido nos alunos, com a sua participação numa visita de estudo, igualmente importante, nomeadamente, tendo em conta que António Almeida cita de Pessoa, *as visitas de estudo são apontadas como potenciadoras ao nível da aquisição de valores e atitudes a despertar nos alunos pelo que podem contribuir para criara o sentido de responsabilidade, criar o sentido de solidariedade, despertar a espontaneidade, desenvolver a criatividade, proporcionar o enriquecimento cultural, criar necessidade de contactos com o mundo fora da escola*¹⁰⁹.

Desta forma, é possível abrir novos horizontes no entendimento dos alunos quanto ao mundo que os rodeia, facultando-lhes novas formas de experienciar o conhecimento. Para além disso, a escola também deve ser promotora do convívio social e parte integrante do crescimento social e cívico dos alunos.

Neste contexto é possível destacar, a responsabilidade com o horário de chegada à escola no dia da visita de estudo, uma vez que os atrasos não são permitidos, por existir um itinerário a cumprir, enquanto num dia normal dia de aulas, um atraso compromete apenas a aprendizagem do aluno e pouco interfere com o resto da turma. As regras e a disciplina não deixam de estar presentes, tendo em conta que, o Regulamento Interno da Escola continua a estar em vigor mesmo fora da escola e que os

¹⁰⁹ Almeida, 1988, p. 56.

alunos terão que o cumprir, o mesmo se aplicando às regras de comportamento no autocarro e nos locais a visitar.

Porém, entrando nas vantagens pedagógicas de uma visita de estudo, o autor António Almeida ao citar Mouro, refere que *os professores sentem que, ao longo das suas aulas, quando lecionam determinados conteúdos, o espaço físico da aula é limitador da compreensão de determinados assuntos*¹¹⁰.

Ora, tendo em conta o conteúdo científico a trabalhar considero que o espaço físico da aula é limitador, uma vez que, um primeiro lugar os alunos em questão são residentes da cidade de Coimbra, cidade essa que tem uma malha urbana totalmente diferente da Baixa de Lisboa, cidade essa, que para além do mais, fica a mais de 200 km de suas casas, distância essa que poderá limitar a deslocação à cidade capital. Apesar de tudo, não há nada melhor que levar os alunos ao local onde a própria história se observa e respira.

Assim, a visita de estudo realizada, teve em atenção, que *qualquer visita de estudo inclui paragens, locais de pausa para repouso, alimentação, lazer, ou com o objetivo de se fazerem pontos da situação, sistematizando o já observado e que se pode traduzir no complementar de uma ficha de trabalho*¹¹¹.

No intuito dos referidos aspetos estarem em sintonia durante a visita e tudo seja cumprido, neste momento dedicado ao aprofundamento de conhecimentos e experiência tenham êxito, é essencial recorrer à planificação *que passe por uma escolha criteriosa dos locais a visitar em função dos objetivos definidos e uma avaliação*¹¹².

A geografia, no seu aspeto descritivo, deve considerar-se uma ciência de observação e, tendo em conta tal característica, da presença no terreno e na descrição visual da dinâmica do lugar que se justifica a seleção de uma visita de estudo, no âmbito do tema científico, para que os alunos compreendam no local a tão longa história que descreve a evolução da Baixa Pombalina até aos nossos dias.

A vantagem mais significativa da realização da referida visita de estudo é a interdisciplinaridade que ela engloba, visto que, pelo menos as disciplinas de história e

¹¹⁰ Almeida, 1998, p. 53.

¹¹¹ Almeida, 1998, p. 52.

¹¹² Almeida, 1998, p. 51.

de geografia vão estar presentes na abordagem dos temas. Deste modo, os alunos poderão, para além de aprender os conteúdos pretendidos, ver aplicada a forma como a geografia e a história são disciplinas que se complementam.

Por fim, é de referir que a visita de estudo consiste numa visita ao *Lisboa Story Centre – Memórias da cidade*, passagem na rua Augusta na Baixa Pombalina e, por último, os alunos irão visitar o *The Beautiques Hotel Figueira*, situado na Praça da Figueira.

Aula de preparação para a visita de estudo

Antes da realização da visita foi lecionada uma aula de preparação que pretendia fornecer aos alunos alguns conhecimentos que, posteriormente se aprofundariam e explorar alguns aspeto relevantes para a condução da referida atividade.

Assim, a aula iniciou-se com a realização do sumário previsto e a verificação da presença de todos os alunos na sala de aula. Em primeiro lugar, de modo a captar a atenção dos alunos para a presente aula foram em segurança acendidas algumas velas e, os mesmos foram questionados sobre o propósito do cenário observado. Graças a conhecimentos previamente adquiridos, os alunos identificaram de imediato a razão das velas estarem presentes.

Com o auxílio de uma projeção em PowerPoint¹¹³, no primeiro slide, os alunos foram lembrados sobre a hora a que deveriam chegar no dia seguinte, 30 de abril de 2015, dia da visita de estudo, bem como a que autocarro se deveriam dirigir e o local onde o encontrar. Também foram informados de que deveriam levar comida e água para todo o dia da visita, bem como, chapéu ou boné e calçado confortável. Não foi demais lembrar que, por estarem numa cidade desconhecida e agitada à responsabilidade das professoras responsáveis pela visita, deveriam respeitar as instruções da professora guia de cada um dos grupos.

Seguidamente, foram apresentadas imagens dos locais que iriam visitar ao longo do dia. Deste modo, observaram uma imagem do Terreiro do Paço, local onde iriam ser questionados acerca da Estátua Equestre de D. José I, no âmbito da disciplina de história.

¹¹³ Anexo X – engloba todos os materiais descritos relativos à aula.

Na projeção da imagem de entrada do *Lisboa Story Centre*, os alunos tomaram conhecimento sobre algumas das regras de funcionamento do equipamento interativo. Os alunos foram informados de que seriam os próprios a guiar a sua visita, ou seja, à entrada ser-lhes-iam entregues gravadores e auscultadores e que seriam esses dispositivos a fazer o relato da visita no *Lisboa Story Centre*. Assim, perto de todos os equipamentos interativos encontrariam um número e circulando de número em número poderiam experienciar os materiais sonoros, em vídeos, mas também, vibrações, sons, cheiros. O facto de a visita só avançar com o movimento dos alunos permitiria que os mesmos tivessem tempo para tomar registos da visita. Por fim, seriam conduzidos até à *Lisboa Story Centre Shop*, onde poderiam adquirir algumas lembranças.

Na projeção surge uma imagem da rua Augusta, na Baixa Pombalina, justificada pelo facto de os alunos, no percurso percorrido a pé entre o *Lisboa Story Centre* e a Praça da Figueira irem fazer paragem onde seriam questionados sobre um dos edifícios da rua, com o objetivo de poderem observar a ocupação funcional do mesmo, bem como, da presença do comércio no rés-do-chão, destacando a importância da montra.

Foi-lhes apresentada, também, a Praça da Figueira, local onde iriam almoçar, descontrair, conviver entre pares, bem como, com os professores. A visita de estudo terminaria nesta mesma Praça, com a visita ao *The Beautiques Hotel Figueira*, onde os alunos iriam ter a oportunidade de visitar um dos edifícios projetados e construídos após catástrofe de 1755 mas, neste caso, totalmente restaurado e adaptado para o novo negócio da Baixa Pombalina, a exploração hoteleira, diretamente ligada ao turismo.

No que respeita à contextualização do tema, foram apresentados aos alunos algumas imagens que demonstraram, em primeiro lugar, o Cerco de Lisboa, no século III (aquando da permanência dos romanos na cidade), a Muralha Fernandina e por último, os limites da cidade no reinado de D. Manuel I (1495-1521) – o objetivo prendia-se com a demonstração do crescimento da cidade, bem como, o modo e as razões desse mesmo crescimento.

Após a observação de um mapa de Lisboa, no século XVIII, anterior à data do terramoto, os alunos foram questionados sobre algumas das características que observavam e, procedeu-se à leitura e análise do excerto da obra *O terramoto de 1755. A urbanização da nova Lisboa*, de Maria Pardal, em que a autora salientava as características medievais e labirínticas da malha urbana que permanecera, em Lisboa,

até à manhã de 1 de novembro de 1755. Os alunos foram também solicitados a identificar essa malha no mapa da cidade.

Procedeu-se à observação e análise, com o auxílio de uma ficha guião, de um extrato de documentário, da RTP, da autoria de Maria Júlia Fernandes, do ano 2005, intitulada *Lisboa, novembro de 1755*. Assim, os alunos de forma bastante atrativa, retiveram autonomamente as informações do vídeo, acerca do que aconteceu na fatídica manhã, bem como, as suas causas científicas e as suas consequências económicas e sociais da catástrofe para a população.

Foram distribuídas pela turma imagens que retratavam, à época, o fatídico acontecimento, todas elaboradas por viajantes estrangeiros que passaram por Portugal apenas para recolher informação e observar o estado de destruição da capital do reino. A partir dessas imagens, os alunos tiveram que descrever o que observavam e relacionar essas informações com factos que tinham sido relatados na visualização do documentário. Todas as imagens selecionadas eram obras de autores estrangeiros para que os alunos tivessem conhecimento de como as notícias do terramoto de Lisboa tinham viajado pela Europa e até pelo mundo.

Através da projeção de um mapa-mundo, os alunos observaram os pontos do globo onde o *tsunami* que devastou Lisboa foi sentido e uma vez que, o mapa projetado não tinha divisões administrativas, foi aproveitado o momento para chamar à presente aula, a disciplina de geografia através da realização de um exercício de localização.

Neste contexto, foi apresentado Sebastião José de Carvalho e Melo, bem como, algumas particularidades da sua vida como homem e diplomata. Seguidamente, a partir de um excerto da obra *O terramoto de 1755. A urbanização da nova Lisboa*, de Maria Santos, foi esclarecido o facto de o rei D. José I ter escapado de tão grande calamidade, tendo portanto, sido atribuída a Pombal a responsabilidade de reconstruir a cidade devastada.

Foram observados e apresentados, os três principais responsáveis pelos planos futuros para a reconstrução da cidade, Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e, uma vez brevemente referida a dissertação elaborada por Manuel da Maia, foi projetada uma réplica da planta nº 5, a eleita para a reconstrução, pois a original acabou por se perder.

Recorrendo ao *Google Earth* na sala de aula, foi possível observar o resultado da reconstrução da Baixa Pombalina e observar algumas das ruas que seriam percorridas ou observadas, durante a visita, nos percursos, previamente estabelecidos.

Por último, foram observados alguns edifícios da Baixa Pombalina, para que fossem identificadas algumas das características dos mesmos, que os alunos tomaram registo no caderno diário, após a elaboração de um esquema. Através de uma artesanal *gaiola pombalina*, elaborada pela professora estagiária, seguida do auxílio de uma imagem, foi replicada a construção de um edifícios com a estrutura da gaiola incorporada, bem como, identificada a sua função e vantagens.

Apresentada a história sobre a reconstrução da Baixa Pombalina e os seus princípios responsáveis, foi momento de dar a conhecer qual foi o futuro da utilização dos edifícios construídos.

Previamente, no âmbito da aula de educação visual, que também participou na organização da visita de estudo, os alunos construíram pequenos edifícios em cartão, cada um com 6 andares, semelhantes aos encontrados na Baixa Pombalina, após a sua reconstrução. Cada aluno tinha na aula um edifício e através da observação e análise da imagem *A ocupação da Baixa de Lisboa*, de Teresa Barata Salgueiro, procederam à realização de uma legenda nos edifícios de acordo com a funcionalidade de cada um dos pisos.

Através da observação de imagem de Centros Comerciais da cidade de Lisboa, Vasco da Gama e Colombo e, análise da notícia *União de Associações do Comércio e Serviços preocupada com o fecho de lojas em Lisboa*¹¹⁴, os alunos foram questionados com o objetivo compreenderem a importância dos Centros Comerciais para a formação de pólos secundários nas cidades e, quais as consequências desse fenómeno geográfico para a Baixa de Lisboa, nomeadamente a sua degradação e perda de população.

Deste modo, os alunos foram divididos em cinco grupos, cada um formado por três alunos e encaminhados para a sala de informática da escola e encontrando-se cada um dos grupos junto de um computador os alunos simularam uma viagem à cidade de Lisboa, colocando-se na posição de turistas.

¹¹⁴ Anexo XI.

Assim, como turistas os alunos foram desafiados a planear umas férias com destino marcado para Lisboa. Após o fornecimento de alguns sites de auxílio, onde os alunos puderam pesquisar alojamentos turísticos, estes teriam que estipular uma data prevista para a sua viagem, verificando a disponibilidade do alojamento para a mesma. As regras essenciais passaram pela seleção de um alojamento que se encontrasse localizado num edifício pombalino que funcionasse como unidade hoteleira.

Os alunos deveriam tomar nota de particularidades do alojamento, tais como, nome, rua da sua localização, ano da sua inauguração, número de quartos disponível e algumas particularidades da unidade que os alunos considerem relevantes ou curiosas.

Planificação da visita de estudo

No dia 30 de abril de 2015, realizou-se a visita de estudo a Lisboa, com as turmas do 8º ano da Escola Básica 2,3 Inês de Castro. A hora prevista de partida foi pelas 6h45m e, hora prevista de chegada a Lisboa, pelas 10h45m. O regresso a Coimbra deu-se pelas 17h e, a hora prevista de chegada à escola às 19h45m.

1º Paragem – Terreiro do Paço

A primeira paragem foi realizada no Terreiro do Paço, onde os alunos após a saída do autocarro, em segurança, foram organizados em grupos. Deste modo, foram constituídos três grupos formados por alunos das três turmas envolvidas na visita, com o objetivo de promover a cooperação e relação entre os alunos das várias turmas.

Cada grupo ficou à responsabilidade de dois professores. O primeiro grupo dirigiu-se ao Arco do Triunfo, no âmbito da disciplina de educação visual, para que com o auxílio da professora da disciplina, fossem questionados acerca da arquitetura do mesmo. O segundo grupo seguiu para a *zona ribeirinha*, no âmbito da disciplina de ciências naturais, para que, com o auxílio da professora da disciplina, trabalhassem a questão do terramoto e *tsunami*, que estiveram na origem da catástrofe de 1755. Por último, o terceiro grupo dirigiu-se ao centro do Terreiro do Paço, junto da Estátua Equestre de D. José I, com a professora estagiária da disciplina de história, para analisar e trabalhar informação sobre a construção da mesma.

As questões estruturantes seriam: que rei está representado na estátua equestre observada; quem foi o seu escultor; quem planeou colocar a figura do rei D. José I, no

centro da Praça do Comércio; a construção desta estátua resulta de que acontecimento; qual é o significado da presença do rei no centro de tão ilustre praça.

Todos os grupos passaram por cada um dos locais e, tomaram registo dos conhecimentos abordados no local.

2º Paragem – Lisboa Story Centre – Memórias da Cidade

No *Lisboa Story Centre* os alunos viajaram pela história da cidade de Lisboa, até ao momento antes do Terramoto, de uma forma bastante dinâmica. Seguidamente entrarão num contexto de pleno século XVIII, com emoções, cheiros e sensações e, que tenham a oportunidade de observar, analisar e reviver os momentos de aflição do Terramoto de 1755, bem como, as circunstâncias que lhe seguiram, no que respeita à tomada de decisão para a reconstrução da cidade em ruínas.

A visita será conduzida por seis núcleos, com as seguintes temáticas¹¹⁵:

Núcleo 1 – Mitos e Realidade, onde se aborda o rio, a terra, o céu, primórdios mitológicos, colonizadores e conquistadores e as muralhas da cidade.

Núcleo 2 – Lisboa: Cidade Global, que apresenta a cidade cosmopolita, o armazém do mundo, para além do horizonte, o padre voador, a cidade magnificente, morte e política e a igreja.

Núcleo 3 – 1 de novembro de 1755, o dia de Todos-os-Santos. Toda a tragédia da maior catástrofe natural de Lisboa e da Europa é vivida de forma realista através de uma experiência imersiva.

Núcleo 4 – A Visão de Pombal, apresenta o planeamento da cidade moderna no pós-terramoto e a reconstrução da cidade.

Núcleo 5 – A Praça: Política e Prazer, que apresenta o Terreiro do Paço como cenário dos maiores acontecimentos históricos aos mais variados níveis.

Núcleo 6 – Lisboa Virtual, onde se descobre a maqueta de Baixa Pombalina que possibilita a interação multimédia com variados acontecimentos relevantes da cidade.

Ao longo dos seis núcleos, variados serão os temas abordados:

¹¹⁵ <http://www.lisboastorycentre.pt/>.

- o rio Tejo como elemento fundamental para a fixação humana, no território que viria a ser ocupado pela cidade de Lisboa;
- a presença dos fenícios, romanos, cruzados e Mouros na cidade de Lisboa;
- o crescimento dos limítrofes da cidade até à época dos descobrimentos;
- a evolução dos transportes marítimos durante a época dos descobrimentos;
- a relevância do Infante D. Henrique e de Vasco da Gama aquando dos descobrimentos portugueses;
- a cartografia portuguesa;
- a viagem de circunavegação de Fernão Magalhães;
- as características da malha urbana de Lisboa antes do terramoto de 1 de novembro de 1775;
- as construções e estilo manuelino;
- a figura de D. João V e a manifestação do poder absolutista em Portugal;
- descrição do terramoto de 1755;
- apresentação das ilustres figuras: Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e, a sua relevância nos planos de reconstrução da cidade;
- os esboços de Eugénio dos Santos dos edifícios pombalinos;
- a importância da Sala do Risco;
- os planos de projeção da Estátua Equestre de D. José I;
- a gaiola pombalina – formas de construção e vantagens.

A visita pelo *Lisboa Story Centre* realizou-se da seguinte forma, os alunos tiveram uma explicação inicial das particularidades do seu funcionamento, à responsabilidade de uma funcionária. Seguidamente foi-lhes entregue um equipamento áudio, através do qual os tiveram oportunidade de guiar a sua própria visita.

3º Paragem – Rua Augusta – Baixa Pombalina

Após a finalização da visita ao *Lisboa Story Centre*, os alunos percorrerão a pé um percurso estabelecido¹¹⁶ desde o Terreiro do Paço até à Praça da Figueira. Este percurso terá por objetivo a livre observação, por parte dos alunos, das particularidades dos edifícios pombalinos, bem como, a dinâmica criada com a repetição da arquitetura os mesmos.

¹¹⁶ Anexo XII.

Para uma abordagem mais pormenorizada de um dos edifícios da Baixa Pombalina, foi efetuada uma paragem na rua Augusta, em frente a um edifício¹¹⁷, onde os alunos desenharam um simples esboço do mesmo, destacando apenas o número de pisos que o edifício comporta e tendo em conta os setores secundário e terciário, realizou-se um esquema da ocupação funcional do mesmo.

Algumas questões foram colocadas aos alunos para orientar a sua análise do edifício, tais como: que tipo de comércio se encontra no rés-do-chão do edifício; qual o motivo da localização das lojas no rés-do-chão dos edifícios; tendo em conta o(s) bem(s) comercializados nesta loja, que tipo de função poderá desempenhar o primeiro andar do mesmo edifício; que tipo de ocupação poderão comportar os 2.º e 3.º andares; e quanto aos andares superiores; podemos observar algum elemento no edifício que nos ajude na análise da ocupação funcional do edifício; como é que podemos caracterizar o edifício quanto ao seu estado de conservação.

4º Paragem – Praça da Figueira

A chegada à Praça da Figueira marcou o momento destinado ao almoço, ao convívio e ao descanso, preparando-se, deste modo, os grupos para a visita ao *The Beautiques Hotel Figueira*.

Após o almoço, pelas 14h, deu-se entrada no *The Beautiques Hotel Figueira*. A visita ao hotel será guiada pela responsável Nini Andrade e Silva que irá explicar a relação entre o figo, o conceito do hotel que é relacionado com o fruto e o facto do mesmo se localizar na Praça da Figueira.

Abordando a estrutura do edifício propriamente, os alunos ficarão esclarecidos quanto ao estado de conservação em que se encontrava o edifício, antes do início das obras de reabilitação para dar lugar a um hotel, bem como, as características da arquitetura do mesmo, ou seja, o facto de ser um edifício pombalino.

Foi também destacado o facto de, nos últimos três anos, sensivelmente, o setor turístico ter registado valores muito positivos na cidade de Lisboa, particularmente nas *zonas históricas*, motivo que conduziu à proliferação de unidades hoteleiras na Baixa Pombalina. Assim, a grande inovação tem passado pela transformação de edifícios

¹¹⁷ Anexo XIII.

pombalinos, em avançado estado de degradação, numa fonte de receitas, fruto da grande afluência de turistas à cidade de Lisboa.

Após serem divididos em grupos, os alunos foram conduzidos por um funcionário do hotel, a um dos quartos, tendo assim a oportunidade de constatar a presença do conceito do figo, as condições oferecidas pela unidade hoteleira, bem como, observar pela janela do quarto qual a paisagem oferecida ao turista que instalado nesse quarto.

O objetivo da visita ao *The Beautiques Hotel Figueira* prendeu-se com a vontade de lhes demonstrar o percurso de um edifício que foi projetado no século XVIII, que já teve uma história, que sofreu degradação com o passar dos anos mas que, hoje em dia, acolhe um hotel de luxo e requinte. Assim, num só espaço os alunos puderam observar a história, juntamente, com a inovação. Foi a oportunidade de entrarem num dos edifícios pombalinos, ao mesmo tempo que contemplaram a sua mais recente utilização económica.

Reflexão crítica sobre a visita de estudo

No início do ano letivo foi apresentado aos professores estagiários o Plano Anual de Atividades, da Escola Básica 2,3 Inês de Castro, no qual constava a pretensão da realização de uma visita de estudo a Lisboa, carente de objetivos. Neste sentido, os professores que pretendessem fazer parte integrante da realização da visita, teriam que apresentar os objetivos, de acordo com a disciplina à qual estariam afetos.

Uma vez que, o tema científico que pretendia desenvolver estava relacionado, na íntegra, com a cidade de Lisboa, ficou decidido, juntamente com as orientadoras de geografia e história, que as referidas disciplinas fariam parte da visita e os objetivos da mesma seriam regidos de acordo com o tema escolhido.

Deste modo, de acordo com as Metas Curriculares do 3º Ciclo das duas disciplinas em questão, conclui-se que o nível de escolaridade proposto para participar na visita de estudo, seria o 8º ano de escolaridade. Mais professores se agregaram a esta atividade, tendo sido então organizada pelas disciplinas de geografia, história, ciências naturais, educação visual, inglês e educação especial.

Assim, a visita ficou programada para o dia 30 de abril de 2015 e, em reunião com as professoras organizadoras ficaram estabelecidos os objetivos em articulação com o Projeto Educativo. Neste sentido seriam reforçar o sentido de uma cidadania responsável, desenvolver a sensibilidade estética, o espírito de criatividade, o espírito crítico dos alunos, desenvolver o trabalho colaborativo, dinamizar atividades de complemento curricular, promover práticas de ensino diferenciado e promover a inclusão social e escolar.

Primeiramente foi escolhido o itinerário da visita de estudo, em conjunto com as orientadoras da escola, bem como os locais a visitar, tendo em conta os objetivos pretendidos. Assim, considerando os prematuros objetivos relativos ao tema científico foi eleita a visita ao *Lisboa Story Centre*, no âmbito da disciplina de história e no âmbito da disciplina de geografia a visita a uma unidade hoteleira instalada num edifício pombalino.

Estabelecidos os locais a visitar, foi então necessário reunir com as restantes professoras dinamizadoras da visita, para que, pudessem dar a conhecer os seus objetivos e locais de paragem pretendidos, para que fosse dado início à realização da planificação e fossem solicitados os meios necessários para a realização da atividade.

Desta forma, foi contactado o *Downtown Design Hostel* e, o *Lisboa Story Centre* para ser agendada a visita. Quanto ao *Lisboa Story Centre*, mostrou imediata disponibilidade para o dia pretendido mas, quanto ao *Downtown Design Hostel*, recusou a visita pretendida à instalação hoteleira. Assim, foi contactado, posteriormente, o *The Beautiques Hotel Figueira* que aceitou o desafio. Por último, foi contactada uma empresa de autocarros, responsável pelo transporte, uma vez que, o horário da visita já se encontrava estipulado e portanto, já seria possível efetuar a reserva.

Realizando um balanço até ao momento encontro pontos positivos mas também negativos. Em primeiro lugar, tendo em conta as características das turmas de 3º ciclo da Escola Básica 2,3 D. Inês de Castro, o 8º nível de escolaridade comportava as características mais adequadas ao perfil de alunos que obtêm um sucesso, na realização de uma visita de estudo. As características prendem-se quer com questões de enriquecimento de conhecimentos, devido ao sucesso de níveis de concentração, motivação e interesse escolar dos alunos, quer por questões de comportamento

pretendido pelos alunos em cada um dos locais a visitar, bem como, durante a viagem de ida e volta para Lisboa e circulação a pé dentro da cidade.

Alguns aspetos da organização da visita limitaram de alguma forma o seu sucesso, ou porventura, o cumprimento da sua planificação. Com a realização da visita no final no mês de abril, a reunião final com os professores dinamizadores realizou-se apenas em meados os mês de março, reunião essa que seria fundamental para que fossem iniciados os contactos com as entidades envolvidas nos planos da visita.

Deste modo, apenas o *Lisboa Story Centre* tinha disponibilidade para a marcação da visita para uma data tão próxima. No que respeita à empresa de autocarros, duas tiveram que ser constatadas, visto que, a primeira já não tinha veículos disponíveis para tão breve data e quanto ao *Downtown Design Hostel*, devido à realização da visita dispor de pouco tempo para a sua preparação levou, possivelmente, à rejeição do pedido. Esta situação pode ter demonstrado também alguma falta de organização, tendo comprometido a seriedade do trabalho em questão, tendo sido desta forma, escolhida uma alternativa para o objetivo inicial.

De algum modo, estas dificuldades foram ultrapassadas, mas o atraso dos trabalhos para uma data tão próxima da realização da visita, resultou num curto prazo para o tratamento de todas as burocracias necessárias para a sua *legalização*, junto do Ministério da Educação. Também as autorizações e pagamentos da visita foram alvo de alguns problemas, uma vez que, era necessário que os alunos trouxessem as autorizações dos encarregados de educação e o dinheiro para pagar a visita o mais rápido possível, mas alguns alunos atrasaram-se na entrega e, aquando do pagamento os professores responsáveis tiveram que pagar parte da visita, aguardando, posteriormente, pelo dinheiro dos alunos. A solução para que todos estes problemas fossem evitados passava, essencialmente, pela prévia preparação da visita e na maior capacidade de trabalho em equipa por parte de todos os professores.

Na realização da visita de estudo, as disciplinas essenciais à sua condução foram a geografia e a história, contudo, as ciências naturais abordariam as questões relacionadas com a tectónica de placas, que resultou na catástrofe de 1755, a educação visual centrou-se na abordagem da arte do Arco do Triunfo. A disciplina de inglês não teve qualquer intervenção durante a visita, mas ficou responsável pela elaboração de panfletos que foram distribuídos pela escola com o objetivo de divulgar a visita a

realizar e a avaliação da mesma também ficou à responsabilidade da referida disciplina. Nas aulas de inglês, os alunos tiveram, também, de realizar uma composição, na língua inglesa, que teria que abordar alguns tópicos previamente estipulados pelas disciplinas envolvidas na visita.

É de mencionar como um aspeto positivo a interdisciplinaridade envolvida nesta atividade, uma vez que, os alunos sentiram o *laço* que foi criado pelos professores em torno da mesma, em forma de trabalho conjunto. Durante a semana anterior à realização da visita, já demonstravam bastante entusiasmo com a chegada da data e durante a semana da visita realizaram-se, nas aulas das disciplinas envolvidas, os trabalhos de preparação para a mesma.

Assim, de aula para aula os alunos iam acrescidos os seus conhecimentos acerca do grande tema que iria ser fulcral na visita, demonstrando uma grande capacidade de interligação dos conteúdos lecionados nas diferentes disciplinas, demonstrando um entusiasmo muito gratificante em relação à atividade.

A chegada tardia de um dos alunos que provocou um atraso de mais de 20 minutos no arranque do autocarro, fator esse que provocou um atraso em cadeia de todas as atividades planificadas. Apesar desse incidente durante toda a viagem de autocarro, os alunos mantiveram um comportamento exemplar, interagindo entre pares em diversão característica do momento em questão.

Na chegada a Lisboa, foi momento de constatar outra realidade dentro da realização de uma visita de estudo, que se prende com a responsabilidade de guiar tantos alunos numa cidade grande e distante, repleta de trânsito e pessoas em circulação.

Assim, o próximo passo da visita foi, a formação dos três grupos no terreno, cada um constituído por elementos das três turmas envolvidas, com o objetivos de promover a interação entre todos os colegas do 8º ano e, cada um desses grupos ficou à responsabilidade de duas professoras, também os alunos da Educação Especial ficaram igualmente divididos pelos três grupos formados, de modo a estarem totalmente incluídos nas atividades dos demais alunos.

Devido ao atraso inicial, juntamente com o atraso na viagem causado pelo trânsito lento, não houve possibilidade de todos os alunos passarem pelos três pontos

estratégicos, nomeadamente, à beira do rio Tejo, a Estátua Equestre de D. José I e, o Arco do Triunfo. Cada grupo esteve apenas num destes locais.

Quanto à visita realizada ao *Lisboa Story Centre* não encontro qualquer ponto negativo a considerar, uma vez que, os alunos mostraram-se muito interessados e motivados pela forma como a visita se realizou. Inicialmente ouviram a explicação do funcionamento do equipamento áudio e, em poucos minutos, deu-se início à visita com os alunos divididos pelos três grupos formados à saída do autocarro.

Até ao momento dos descobrimentos, os alunos conheceram a história da cidade de Lisboa através de vídeos e mapas interativos, seguidamente, a foi dado ênfase à época dos descobrimentos através de cenários de embarcações e muitos cheiros. Depois, o reinado de D. João V é ilustrado com pinturas em enormes painéis e é ainda nesse momento que é apresentada a figura de D. José I. Quanto ao Terramoto de 1755 foi possível senti-lo, literalmente, numa sala panorâmica com um vídeo e abalos sentidos nos momentos de agitação do solo. Por fim, são dados a conhecer os planos de reconstrução da cidade, através de enormes construções de edifícios e um exemplo da gaiola pombalina.

Apesar da dinâmica que o *Lisboa Story Centre* emprega durante a visita ao espaço, é de salientar que a mesma é bastante alargada e apesar dos alunos se manterem motivados, ao mesmo tempo são desmotivados para tomar tantos registos dos conhecimentos que os envolvem, até porque não estão habituados a recolher tanta informação de forma autónoma.

Na saída do *Lisboa Story Centre* considerou-se que a hora já seria tardia, para que, os alunos caminhassem até à Praça da Figueira sem almoçar, assim almoçaram no Terreiro do Paço. Foi um momento de descontração e convívio para os alunos e professores. Depois de todos terem almoçado a visita prosseguiu, com uma caminhada iniciada pela rua Augusta, até à Praça da Figueira.

Devido ao atraso em relação à hora marcada no *The Beautiques Hotel Figueira*, houve apenas tempo para uma breve intervenção, na rua Augusta, para que os alunos pudessem observar e analisar a ocupação funcional de um edifício e serem questionados sobre tal.

Na chegada ao *The Beautiques Hotel Figueira* os alunos foram recebidos de imediato. Devido ao grande número de alunos, a responsável pelo hotel, procedeu aos esclarecimentos sobre o mesmo, perto do centro da Praça da Figueira, para que os alunos pudessem vislumbrar a arquitetura do mesmo, que se assemelha aos demais em seu redor. Apesar de a responsável nunca ter recebido um grupo de alunos neste contexto no seu hotel, as suas intervenções foram bastante pertinentes e de acordo com os objetivos pretendidos, tendo sido o discurso e interação com os alunos muito entusiasta.

A visita ao hotel foi realizada com um grupo de cada vez, no tempo limite entre os 15 e os 20 minutos cada. O objetivo da divisão dos alunos justifica-se quer pelo seu considerável número, quer pelo incómodo que poderia causar aos hóspedes do hotel, bem como, para que a explicação pudesse ser realizada de forma muito mais pormenorizada. Ponto negativo a apontar, neste momento da visita, foi o facto de se encontrarem muitos alunos fora do hotel que nos momentos de espera ficaram impacientes e desocupados.

A conclusão da visita deu-se exatamente neste local. Deu-se, então, início à viagem de regresso a Coimbra. Realizou-se ainda uma paragem na estação de serviço de Leiria, para que os alunos pudessem lanchar. A chegada à escola comportou um atraso de cerca de uma hora e meia, mas sem qualquer percalço ou situação a considerar.

Na semana seguinte à visita, as turmas dos alunos que participaram na visita procederam à realização da avaliação dos conhecimentos adquiridos durante a mesma através da realização de uma composição na aula de inglês, onde tiveram oportunidade de descrever os aspetos que consideraram mais relevantes no *Lisboa Story Centre*, descrever a funcionalidade dos edifícios pombalinos e explicar o motivo pelo qual visitaram o *The Beautiques Hotel Figueira*.

É de considerar que, a realização de uma visita de estudo, engloba um trabalho coletivo, entre os professores responsáveis/dinamizadores da visita, ao longo do ano letivo, até à data da sua realização. É também necessária a escolha criteriosa do itinerário, bem como, dos locais a visitar e verificar se esses locais contemplam os objetivos pretendidos com a atividade em questão.

Considero da maior importância que quando um professor planeia uma visita de estudo deve realizá-la na íntegra previamente para conhecer e testar todos os pontos da mesma com o objetivo de verificar se tudo vai ao encontro dos objetivos pretendidos. No caso descrito podemos considerar que este foi um ponto negativo, uma vez que, essa visita prévia não foi realizada.

Nem todos os momentos da visita se realizaram de acordo com o planificado. Numa visita de estudo os atrasos são fatais e comprometem o decorrer da mesma, uma vez que, existe um horário a cumprir e foi por esse motivo que se desencadeou o momento mais fraco da visita - a observação e análise de um edifício da rua Augusta - tendo em conta o pouco tempo que existia para a realização de tal tarefa.

Deste modo, a interdisciplinaridade pretendida foi talvez mais ilusória, uma vez que, nem todos os alunos tiveram contacto com a explicação realizada pelos professores de ciências naturais, educação visual e estagiária de história. Assim, a disciplina que de facto imperou foi a história com a grande abordagem que foi alvo no Lisboa Story Centre. Também a disciplina de geografia ficou aquém das expectativas apesar do momento no *The Beautiques Hotel Figueira* ter sido bem conseguido.

Na avaliação que os alunos realizaram, na aula de inglês, foram muitos os conhecimentos que abordaram, por terem adquirido ao longo das aulas, nas aulas de preparação e, no reforço que constituiu a visita. Contudo, considero que teria sido mais vantajoso que a avaliação fosse realizada em cada uma das disciplinas, uma vez que os alunos poderiam centrar-se em cada um dos aspetos em maior pormenor, mas tal não foi possível, devido ao cumprimento do calendário.

Por fim, a solução para os percalços ocorridos durante a visita passariam pelo alargamento do horário da visita, porque assim haveria mais tempo para todos os imprevistos e todos os objetivos da planificação poderiam ser cumpridos. De qualquer modo, dados os objetivos do tema científico em questão, a visita de estudo era a experiência didática mais indicada para a transmissão e consolidação de conhecimentos em torno de um tema – a cidade Lisboa ontem e hoje.

Conclusão

Concluído o presente relatório, é momento de refletir sobre algumas questões. Lisboa, mas propriamente a Baixa Pombalina, foi o elemento central em estudo, no desenvolvimento do tema científico. Esta foi, após o terramoto de 1755, reconstruída para os portugueses, marco importante, uma vez que, desta catástrofe surge a oportunidade de construção dos tão ilustres edifícios pombalinos, alvo do estudo em questão.

É nos edifícios da Baixa de Lisboa que se une a sua história, a sua génese e construção, com o fenómeno geográfico de que foram alvo, principalmente, a partir dos finais do século XX. Ao centro do centro de Portugal afluíu um grande número de população, em busca das grandes acessibilidades aqui proporcionadas.

Com o surgimento dos Centros Comerciais, novos polos urbanos emergiram e, o congestionamento da *zona histórica* de Lisboa deu lugar a uma diminuição da população, a uma ausência de dinâmica comercial e empresarial que durante anos imperou na Baixa Pombalina.

O fracasso das políticas de atração de população para o referido centro, juntamente um reduzido número de habitantes, maioritariamente com idades superiores a 65 anos de idade, cujas rendas cobradas pela ocupação do espaço estão sujeitas às possibilidades dos moradores e estado de degradação das suas habitações, não permitiram a garantia dos custos de manutenção da qualidade dos imóveis.

Considerando o seu estado de degradação, bem como, a impossibilidade financeira dos proprietários dos imóveis, na realização de obras de requalificação, o parque habitacional da Baixa de Lisboa, foi ficando progressivamente mais degradado.

Velhos ficaram os edifícios mas novos são os hábitos dos turistas, fruto das novas tendências da sociedade, que nos últimos anos valorizaram o antigo, misturado com o requinte da modernidade. *Novos* são também os turistas que, devido à sua fraca capacidade financeira, procuram destinos de diversão, onde podem viver novas experiências, a mais baixo custo.

É desta forma que, os edifícios, outrora projetados por Eugénio dos Santos e discutidos por Marquês de Pombal, foram alvo de solicitação por parte de entidades

privadas, com a finalidade de transformar as típicas habitações pombalinas, com vista para tão prestigiada sobre a malha urbana, em moradias temporárias para quem pretende visitar a capital do nosso país.

Será que esta grande afluência de visitantes, à Baixa de Lisboa, e consequente transformação da mesma num enorme *resort*, trará consequências negativas para a *alma* da Baixa? O que acontecerá aos inúmeros edifícios que já se encontram transformados, se a afluência de turistas à Baixa de Lisboa diminuir, drasticamente? Será mais benéfico para o país reservar o centro do centro de Portugal para os portugueses ou, transformá-lo e rentabilizá-lo como o cartão-de-visita do país?

Muitas são as perguntas que podem ser colocadas, no âmbito desta temática, mas, uma vez que a evolução concretizada, será talvez mais vantajoso consolidar a atração turística da Baixa de Lisboa e mantê-la aliciante para quem nos visita, não perdendo a grande oportunidade de *negócio*, criada no país, para quem nos visita.

Para que os alunos tivessem acesso ao recente fenómeno geográfico, foi realizada uma visita de estudo à Baixa de Lisboa, onde os mesmos tiveram oportunidade de percorrer todos os pontos de trabalho, do desenvolvimento do tema científico, numa visita de estudo organizada à Baixa Pombalina, englobando o *Lisboa Story Centre*, a passagem pela rua Augusta e a visita ao *The Beautiques Hotel Figueira*.

Iniciaram pela história de Lisboa até ao momento do terramoto de 1 de novembro de 1755, tiveram a oportunidade de, forma interativa e pedagógica, reviver a catástrofe, e partindo da devastação da cidade, conhecer as personagens e os processos envolvidos nos trabalhos de reconstrução que, posteriormente deram origem à malha urbana que tiveram oportunidade de conhecer.

Por último, para além de terem a oportunidade de entrar num dos edifícios construídos, na sequência da fatídica tragédia que assombrou a cidade, no século XVIII, tiveram também a oportunidade de observar a sua transformação, com a implementação da atividade que se alastra pelo centro histórico de Lisboa, sobretudo desde 2011, com a visita ao *The Beautiques Hotel Figueira*.

Centrando agora as conclusões quando ao estágio pedagógico. Este constituiu uma grande aprendizagem, quer ao nível profissional, com o desenvolvimento do espírito crítico, resistência e capacidade de trabalho e organização do mesmo, quer ao

nível pessoal com o aumento da sensibilidade para a diferença, a tolerância e o espírito de ajuda. Também muitas dificuldades foram identificadas e solucionadas.

A carreira de docente congrega uma enormidade de capacidades, valências, conhecimentos e experiência que, apenas a prática profissional ao longo dos anos, dará a oportunidade a um professor de desenvolver as estruturas necessárias para o rigor do desempenho de todas as suas tarefas.

As suas tarefas passam não só pelas atividades letivas e não letivas, como também, pela total dedicação aos alunos e consciencialização da responsabilidade que um docente tem por acarretar, *nas suas mãos*, a formação dos futuros cidadãos. Este é o caminho que espero ter oportunidade de percorrer.

Bibliografia

ALMEIDA, António. *Visitas de estudo. Conceções e eficácia na aprendizagem*. Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

Associated Press Destaca – Atrações em Lisboa. *Revista Turismo de Lisboa*, novembro 2014, p.6.

Ata V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Refletividades e Ação. Maio 2004, Lisboa.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia Urbana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BRITO, Raquel Soeiro. *Boletim Cultural – Junta Distrital de Lisboa nº82*. Lisboa, 1976.

Capital portuguesa – Destino preferido dos estrangeiros. *Revista de Turismo Lisboa*, Lisboa, janeiro 2013, p.12.

CARDOSO, José. *O terramoto e a política de regulação económica, in o terramoto de 1755*. Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

Colóquio Internacional: *O Terramoto de Lisboa: os impactos históricos* - org. Ana Araújo [et al.]. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

CRAVEIRO, Maria – A retoma do planeamento estratégico 2001-2005 na cidade de Lisboa-breve síntese, pág. 221-239, Lisboa.

Desempenho da Hotelaria – Lisboa integra estudo europeu. *Revista Turismo de Lisboa*, Lisboa, fevereiro 2013, p. 7.

DOMINGUES, Mário. *O Marquês de Pombal – o homem e a sua época*. Lisboa, Romano Torres, 1955.

DUARTE, Ana. *O sistema construtivo do piso térreo dos prédios de rendimentos pombalinos – Dissertação para obter o grau de mestre em arquitetura*. Lisboa, Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2011.

Entrevista Luís Veiga – Construir propostas de valor únicas para tornar o país atrativo. Revista Turismo de Lisboa, Lisboa, setembro 2013, p. 16-21.

Entrevista Manuel Salgado – Lisboa é o cais da Europa. Revista Turismo de Lisboa, Lisboa, junho 2013, p. 12-19.

Escola básica 2,3 Inês de Castro. *Projeto Educativo da Escola*. Coimbra.

Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2014 – Câmara Municipal de Lisboa.

FERRÃO, J. *Terciarização e território: Serviços às empresas, modernização industrial e desenvolvimento regional*. Lisboa, ICS - UL, 1991.

FERRÃO, J. e MARQUES, T. *Sistema Urbano Nacional: síntese*. Lisboa, DGOTDU, 2003.

FERREIRA, F. *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

FRANÇA, José. *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1981.

FRANÇA, José. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Venda Nova, Bertrand, 1987.

GAMA, Henrique. *Baixa Pombalina. A luz escura do iluminismo*. Lisboa, Edital Caminho, 2005.

GASPAR, Jorge. *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Jornadas da cidade pombalina: *história, urbanismo e arquitetura: os 250 anos dos planos da baixa* - coord. Teresa Vale. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal*. Lisboa, Presença, 2001.

MASCARENHAS, Jorge. *Sistema de construção: distribuição ilustrada e detalhada de processos construtivos utilizados recentemente em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

MEDEIROS, C et al. *Geografia de Portugal: Atividades económicas e espaço e geográfico (vol.3)*. Rio Mouro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

MEDEIROS, C et al. *Geografia de Portugal: Planeamento e ordenamento do território (vol.4)*. Rio de Mouro, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

MENDES, Manuel. Machado de Castro. Lisboa, Biblioteca Cosmos, Lisboa, 1942.

MURTEIRA, Helena. *Projetar no tempo: o iluminismo e a cidade, in Arte e Utopia*. Lisboa, 2013, pp. 79-87.

NUNES, João; RIBEIRO, Ana, *Metras Curriculares 7.º e 8.º anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico*, Governo Português: Ministério da Educação e Ciência, 2013.

PARDAL, Maria. *O terramoto de 1755. A urbanização da nova Lisboa*. Lisboa, Sete Caminhos, 2005.

Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 – Câmara Municipal de Lisboa.

Plano Estratégico Nacional do Turismo – Ministério da Economia e Inovação.

SANTOS, Maria. *A Baixa Pombalina. Passado e futuro*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto, Edições Afrontamento, 1999.

SALGUEIRO, Teresa. *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras, Celta, 2001.

SALGUEIRO, Teresa – *Revista de Estudos Regionais: Desenvolvimento urbano de Lisboa*, 2º semestre, pág. 8-22, 2002.

SERRÃO, Joaquim. *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

Sítios consultados

<http://www.panoramio.com/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.cm-lisboa.pt/>

<http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/febre-hoteleira-esta-a-destruir-identidade-da-baixa-diz-autarca-26645137/>

<http://www.construtoraudra.pt/>

<http://ocorvo.pt/2013/06/11/a-baixa-de-lisboa-esta-a-mudar-de-rostro/>

<http://www.publico.pt/local/noticia/candidatura-dos-bairros-historicos-de-lisboa-a-patrimonio-mundial-da-unesco-congrega-apoios-1626485/>

www.reabilitaçãourbana.com

http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/instruments/jessica_pt.cfm

<http://www.booking.com>

<http://www.lisboastorycentre.pt/>

Anexo

Anexo I: Ficha guião aula de geografia

1 – Faz a legenda, adequada, da seguinte imagem:

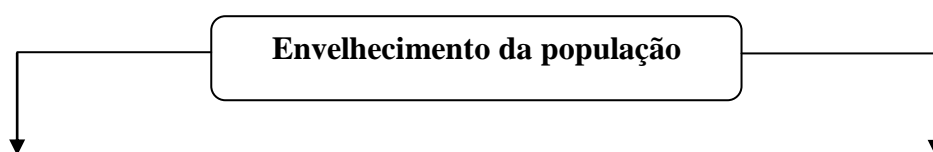


Legenda: _____

2 – Completa as frases:

Segundo dados da *Organização Mundial de Saúde*, de 2007, entre 1960 e 2015, a população mundial com 60 anos ou mais _____. Os países _____, registam um crescimento _____, do número de pessoas com 60 anos ou mais, em relação aos países _____. Estimasse que em 2015, a população mundial com 60 anos, ou mais, seja de _____ pessoas.

3 – Completa o esquema:



1º Causa _____

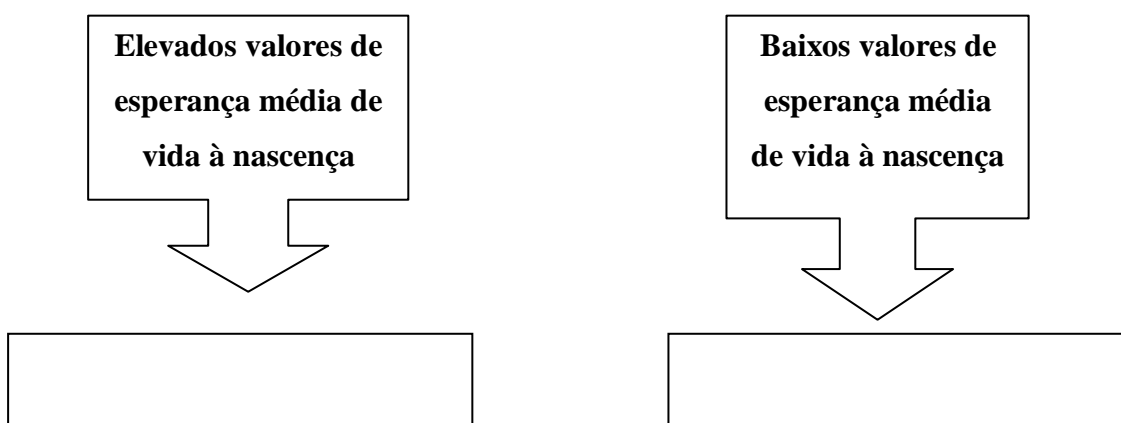
2º Causa _____

4 – Define esperança média de vida à nascença:

5 – Completa a tabela, respeitante às causas responsáveis pela variação da esperança média de vida à nascença:

<u>Maior</u> esperança média de vida à nascença	<u>Menor</u> esperança média de vida à nascença

6 – Completa o esquema:



Conclusão: _____

“Esperança média de vida – o caso português”

1 – Lê atentamente.

“Quem nasceu no Portugal de 1960 podia esperar viver 60,7 anos se fosse homem e 66,4 se fosse mulher. Mas quem nasceu em 2007, podia esperar viver muito mais: 75,5 anos (homens) e 81,7 anos (mulheres)”.

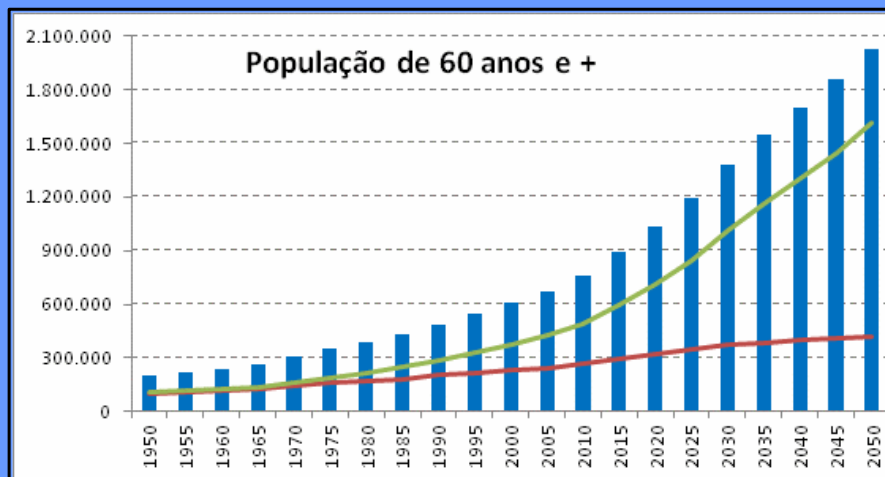
Fonte: ROSA, Maria; Chitas, Paulo – Portugal: os números. Editores Relógio D’água, Lisboa, 2010.

1.1 – Que conclusões podem retirar do texto?

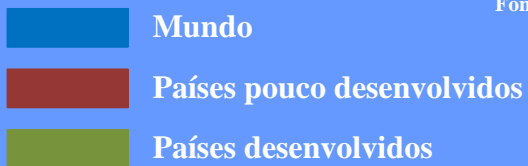
1ª Conclusão

2ª Conclusão

Anexo II: PowerPoint aula de geografia



Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2007.



“O primeiro tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de jovens começa a diminuir”.



“O segundo tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de idosos aumenta”.



Fonte: NAZARETH, J. . Demografia a ciência da população. Editorial Presença, Lisboa, 2004. P. 119
Adaptado

“O primeiro tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de jovens começa a diminuir”.

Diminuição da natalidade

“O segundo tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de idosos aumenta”.

Aumento da esperança média de vida à nascença

Fonte: NAZARETH, J. . Demografia a ciência da população. Editorial Presença, Lisboa, 2004. P. 119
Adaptado

Esperança média e de vida à nascença

Definição:

A esperança média de vida à nascença consiste, no número de anos, que uma pessoa, à nascença, pode esperar viver.

Fonte: BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRAS, Catherine – Dicionário de Geografia. Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 1999.
Adaptado



Quais as causas responsáveis pela
variação da esperança média de vida
à nascença?



<i>Esperança Média de Vida Maior</i>	<i>Esperança Média de Vida Menor</i>
Alimentação rica e variada;	Carências alimentares (fome);
Infra estruturas médicas necessárias;	Falta de abastecimento de água potável;
Número de profissionais de saúde adequados à população;	Falta de condições de higiene;
Cuidados de assistência a idosos;	Conflitos regionais (guerras);
Existência de hábitos de higiene;	Número de médicos e infra estruturas médicas desadequados à população;
Boa qualidade de vida.	Más condições de vida.

Elevados valores de
esperança média de
vida à nascença

Países desenvolvidos

Baixos valores de
esperança média de
vida à nascença

*Países pouco
desenvolvidos*

A esperança média de vida à nascença é um dos
indicadores de desenvolvimento dos países.

Estudo de Caso

Indicador de desenvolvimento:

Esperança média de vida à
nascença.

Anos: De 1960 a 2012.

Área em estudo:



Fonte: www.paises-europa.com.

“Quem nasceu no Portugal de 1960 podia esperar viver 60,7 anos se fosse homem e 66,4 se fosse mulher. Mas quem nasceu em 2007, podia esperar viver muito mais: 75,5 anos (homens) e 81,7 anos (mulheres)”.

Fonte: ROSA, Maria; Chitas, Paulo – Portugal: os números. Editores Relógio D'água, Lisboa, 2010.

1ª Conclusão

➤ Em Portugal, a esperança média de vida, para as mulheres é maior do que para os homens.

2ª Conclusão

➤ Entre 1960 e 2007 a esperança média de vida aumentou, em Portugal, o que significa que o nível de desenvolvimento deste país também aumentou.

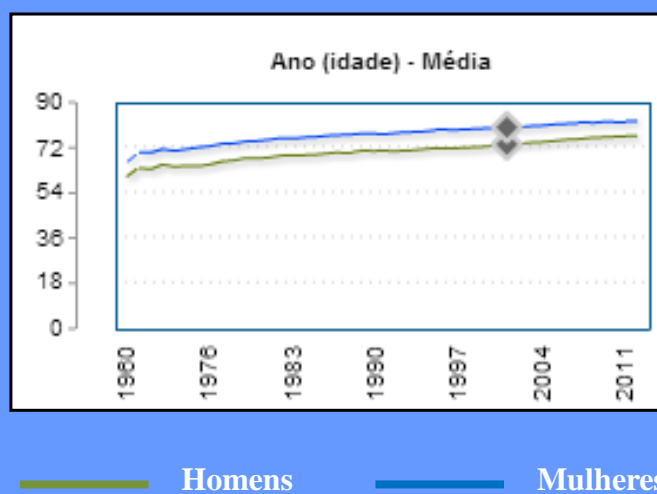
1ª Conclusão

➤ Em Portugal, a esperança média de vida, para as mulheres é maior do que para os homens.

2ª Conclusão


➤ Entre 1960 e 2007 a esperança média de vida aumentou, em Portugal, o que significa que o nível de desenvolvimento deste país também aumentou.

Evolução da esperança média de vida à nascença em Portugal



Fonte: Pordata, 2012.

Anexo III: Planificação aula de geografia

19/01/2015 (45 Minutos)	Domínio: População e Povoamento	
	Subdomínio: Evolução da população mundial	
Sumário: O envelhecimento da população e suas respetivas causas. A esperança média de vida - o caso português (estudo de caso).		

Questões Chave	Qual a evolução, desde 1950 até 2015, do número de pessoas com 60 anos, ou mais?
	Qual a tendência futura para a evolução, do número de pessoas com 60 anos, ou mais?
	Quais os dois fatores que levam ao envelhecimento da população?
	O que é a esperança média de vida à nascença?
	Quais as causas responsáveis pela variação da esperança média de vida à nascença?
	Os países desenvolvidos registam valores elevados ou baixos de esperança média de vida à nascença?
	Os países pouco desenvolvidos registam valores elevados ou baixos de esperança média de vida à nascença?
	No que se traduzem os valores de esperança média de vida à nascença para os países?
	Qual o comportamento dos valores da esperança média de vida à nascença, em Portugal, entre 1960 e 2012?
	De 1960 para 2012, Portugal tornou-se um país, mais ou menos, desenvolvido?
A esperança média de vida à nascença é igual para homens e mulheres?	
Meta de Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a evolução, desde 1950 até 2015, o número de pessoas com 60 anos, ou mais, através da observação de um gráfico;

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a tendência futura para a evolução, do número de pessoas com 60 anos, ou mais, através da observação de um gráfico; • Identificar os dois fatores que levam ao envelhecimento da população; • Definir esperança média de vida à nascença; • Conhecer as causas responsáveis pela variação da esperança média de vida à nascença; • Associar elevados e baixos valores de esperança média de vida à nascença a países desenvolvidos e pouco desenvolvidos, respetivamente; • Relacionar os valores de esperança média de vida à nascença com o desenvolvimento dos países; • Conhecer o comportamento dos valores da esperança média de vida à nascença, em Portugal, entre 1960 e 2012; • Relacionar o aumento da esperança média de vida à nascença, em Portugal, com o aumento do nível de desenvolvimento do país; • Conhecer a diferença de valores da esperança média de vida à nascença para mulheres e homens, bem como as suas causas.
<p>Conceitos Estruturantes</p>	<p>Envelhecimento; natalidade; esperança média de vida à nascença; indicador de desenvolvimento.</p>
<p>Estratégia de Ensino/Aprendizagem</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Escrever o sumário, previsto, e verificação da presença dos alunos na sala de aula; • Diálogo vertical com os alunos para breve recapitulação da matéria lecionada na aula anterior; • Distribuição de uma ficha que servirá de guia para os registos da matéria lecionada na presente aula; • Introdução ao tema <i>envelhecimento da população</i>. Para tal, serão projetadas imagens alusivas aos idosos e os alunos serão questionados sobre as mesmas; • De forma, a confirmar a conclusão retirada da projeção das imagens, será projetado um gráfico, com dados de 2007, da Organização mundial de Saúde, para ser analisado e interpretado pelos alunos; • Uma vez retiradas as devidas conclusões do gráfico, será lido um excerto do livro, <i>Demografia a ciência da população</i>, de J. Nazareth, na página 119, para que se enumerem as duas causas que 	

levam ao envelhecimento da população;

- Assim, serão projetadas duas frases, referidas pelo autor, para que os alunos identifiquem os *conceitos demográficos*, que o autor alude, que serão esclarecidas na projeção seguinte;
- Após a identificação das duas causas que conduzem ao envelhecimento da população, proceder-se-á à particularização do estudo de um deles, neste caso, a esperança média de vida à nascença;
- Será apresentada aos alunos uma definição de esperança média de vida à nascença, elaborada com base no *Dicionário de Geografia*, de Pascal Baud, Serge Bourgeat e Catherine Bras;
- Após os alunos serem questionados a cerca da forma como se poderá prever, quantos anos poderá viver um bebé, logo no momento do seu nascimento, será realizada uma pequena demonstração explicativa, de alusão ao próximo passo da aula, em que se irão apresentar as causas que condicionam ou promovem a esperança média de vida à nascença;
- Para enumerar as causas que poderão levar a uma maior ou menor esperança média de vida à nascença, será realizado um jogo, no qual os alunos irão retirar de um saco cartões com as causas. Recorrendo ao diálogo vertical, a mesmas serão agrupadas em causas que proporcionam uma esperança média de vida à nascença maior e menor;
- Após este momento, é esperado que através de diálogo vertical, em que os alunos serão questionados acerca do controlo das causas em questão, os alunos consigam estabelecer a diferença entre países desenvolvidos e países pouco desenvolvidos, atendendo aos valores de esperança média de vida à nascença correspondente. Deste modo, os alunos deverão concluir que a esperança média de vida à nascença é um indicador de desenvolvimento dos países;
- Dar-se-á, deste modo, início à exploração dos valores de esperança média de vida à nascença, no que diz respeito à sua localização, partindo do caso que lhes é mais próximo, ou seja, Portugal;
- Será utilizado o estudo de caso, tendo em conta o respetivo indicador de desenvolvimento, a área em estudo e os anos que serão analisados;
- Para que se inicie o estudo, será lido e projetado, um pequeno excerto do livro: *Portugal: os números*, de Maria Rosa e Paulo Chitas, página 20, através do qual serão retiradas duas conclusões: o facto de existir uma diferença entre a esperança média de vida à nascença entre homens e mulheres e, o facto de a mesma ter registado um aumento entre 1960 e 2007, traduzindo-se, deste modo, num aumento no desenvolvimento de Portuga;
- Para que os alunos tenham conhecimento dos valores mais atualizado, será visitado o site *Pordata*, onde se irá verificar o valor da esperança média de vida, em Portugal, quer para 2012 (dado mais recente) quer para 1970;
- Por fim, será destacado o gráfico que se encontra no portal *Pordata*, que demonstra a evolução da

esperança média de vida à nascença, em Portugal, desde 1960 até 2011, evidenciando a diferença entre os valores respetivos aos homens e às mulheres.

<p>Recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manual Projeto Desafios – Santillana; • Ficha informativa; • Computador; • Projetor; • PowerPoint; • Livro: <i>Demografia a ciência da população</i>, de J. Nazareth; • Livro: <i>Portugal: os números</i>, de Maria Rosa e Paulo Chitas.
<p>Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação diagnóstica oral; • Realização de uma ficha informativa; • Registo de participação e empenho da aula por parte dos alunos.
<p>Bibliografia</p>	<p>BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRAS, Catherine – Dicionário de Geografia. Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 1999.</p> <p>FERRÃO, João – A demografia portuguesa. Cadernos do Público, Lisboa, 1996.</p> <p>NAZARETH, J. – Demografia a ciência da população. Editorial Presença, Lisboa, 2004.</p> <p>ROSA, Maria – O envelhecimento da população portuguesa. Cadernos do Público, Lisboa, 1996.</p>
<p>Reflexão Crítica</p>	

Anexo IV: Esquema concetual aula de geografia

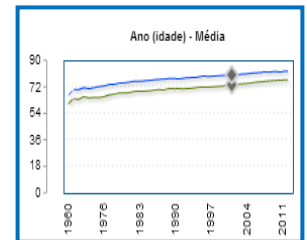
Envelhecimento da População

Diminuição da natalidade

Esperança média de vida à nascença

A esperança média de vida à nascença consiste, no número de anos, que uma pessoa, à nascença, pode esperar viver.

Como podemos saber quanto tempo vais viver se acabaste de nascer?



Causas

Esperança média de vida à nascença

Maior

Esperança média de vida à nascença

Menor

Países desenvolvidos

Países pouco desenvolvidos

Portugal + EMVN
Elevada

=

País mais desenvolvido

Esperança média de vida à nascença é um indicador de desenvolvimento

Anexo V: Atividade aula de história



A PINTURA NO RENASCIMENTO



A Taula de Sant Miquel – Séc. XIII

Autor: Soriguerola Localização: Catalunha

Época Medieval



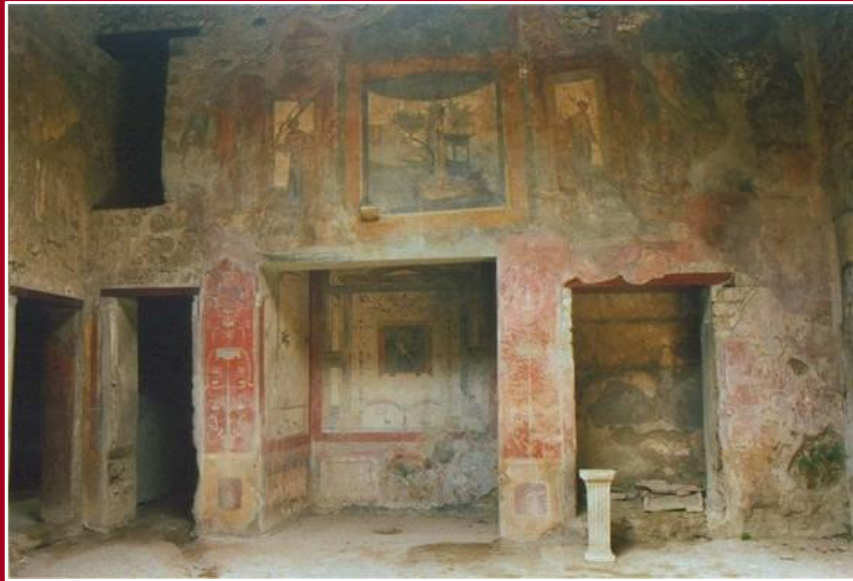
A Última Ceia – 1495

Autor: Leonardo Da Vinci **Localização:** Convento de Santa Maria delle Grazie

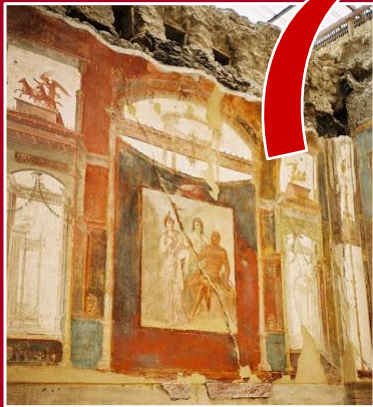
Renascimento

Capela dos Magos
Palácio Médici



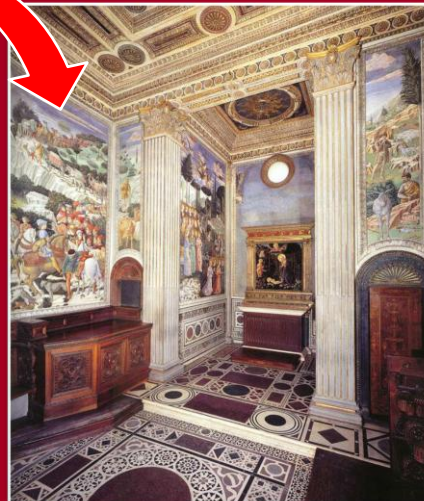


Pinturas a fresco das paredes de uma casa, em Pompeia.
Arte Romana



Pinturas romana a fresco em parede.

Antiguidade Clássica

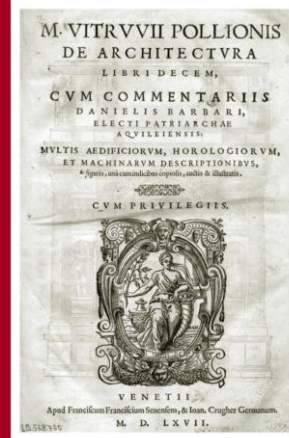


Renascimento

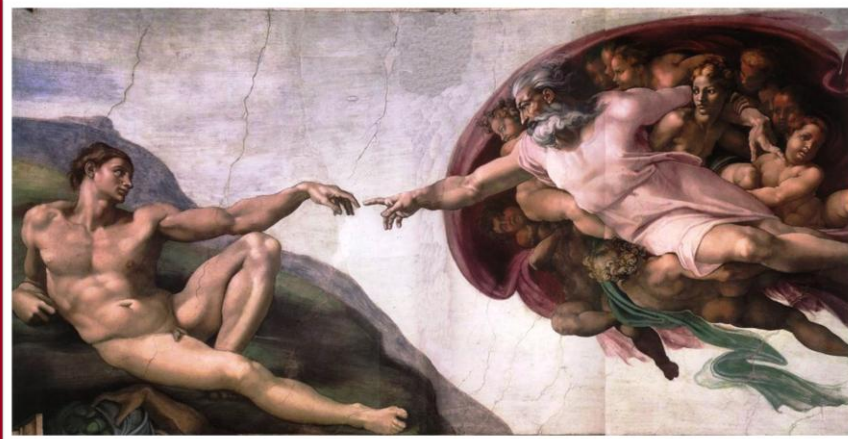
Antiguidade Clássica



Fresco de uma casa de Herculano
Arte Romana



A Arquitetura
Autor: Vitruvius



A Criação do Mundo - Capela Sistina.
Autor - Miguel Ângelo Ano - 1508-1512

Pinturas a óleo com cores brilhantes e naturais



Madonna e o Menino - 1298
Autor: Duccio (Pintor italiano).

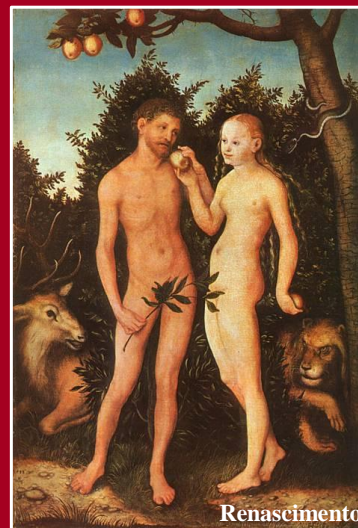


Virgem e o Menino com Uvas - 1504
Autor: Lucas Cranach (Pintor alemão).

NATURALISMO

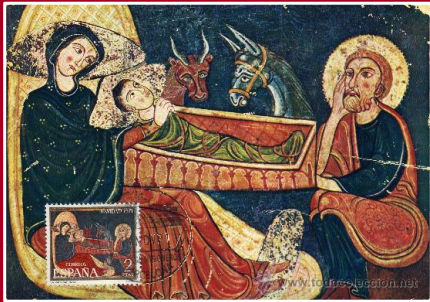


Antiguidade Clássica
Pintura a fresco, na Basílica de Herculano.
Arte Romana



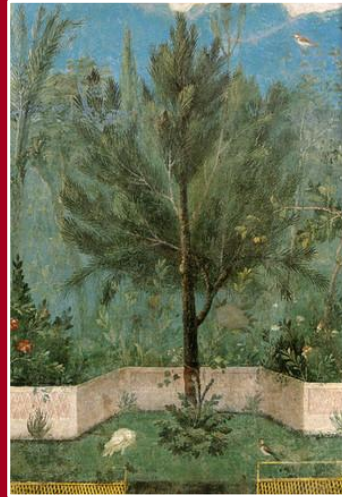
Renascimento
Adão e Eva - 1531
Autor: Staaliche.

Época Medieval



Sem dados

Antiguidade Clássica



Pinturas a fresco da Villa Lívía, em Primaporta,
20 a.C.



Imagem tridimensional

3D

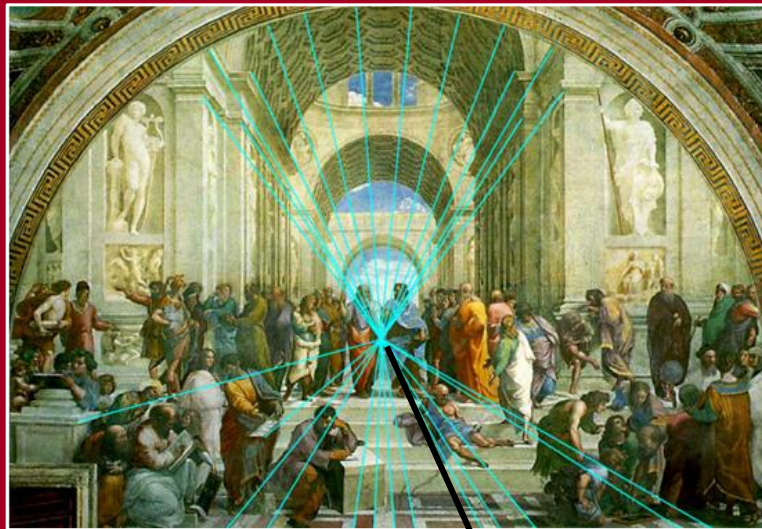
Altura

Largura

Profundidade



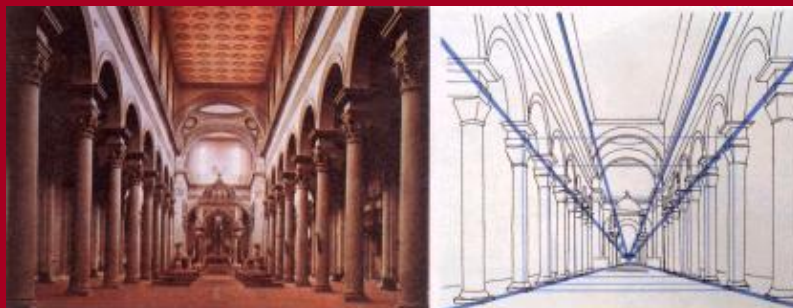
A Escola de Atenas – 1509
Autor: Rafael Sanzio.



PERSPECTIVA

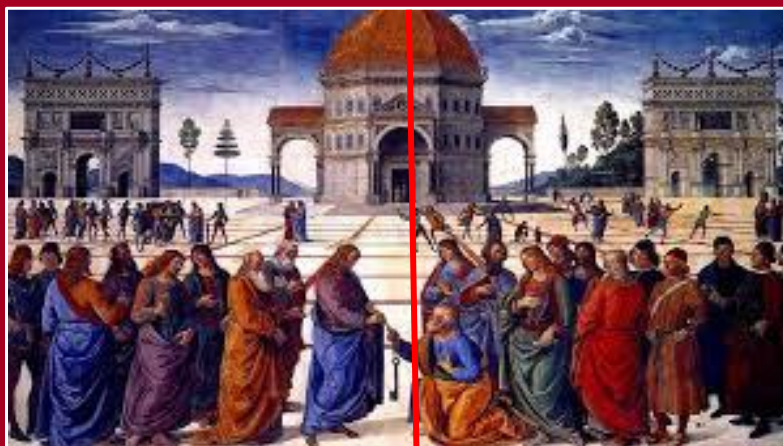
Ponto de Fuga

A perspectiva - Brunelleschi



Filippo Brunelleschi
1337-1446

Brunelleschi, interior da Igreja de S.
Lourenço, Florença, 1421.



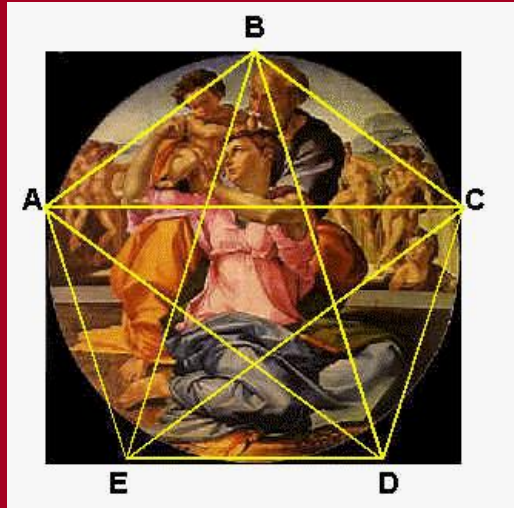
Cristo entrega a Pedro as chaves do Reino dos Céus - 1482
Autor: Perugino

SIMETRIA



Sagrada Família
Miguel Ângelo – 1504.

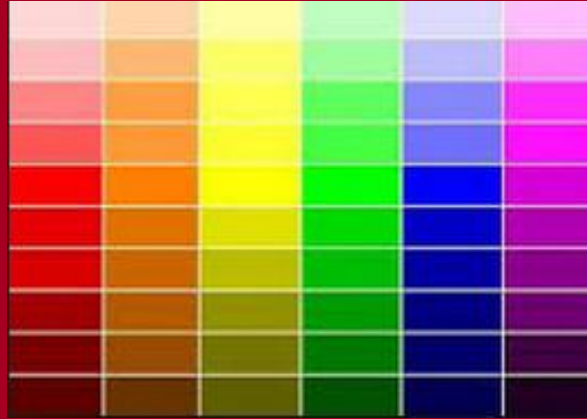
Distribuição geométrica das
formas



Época Medieval



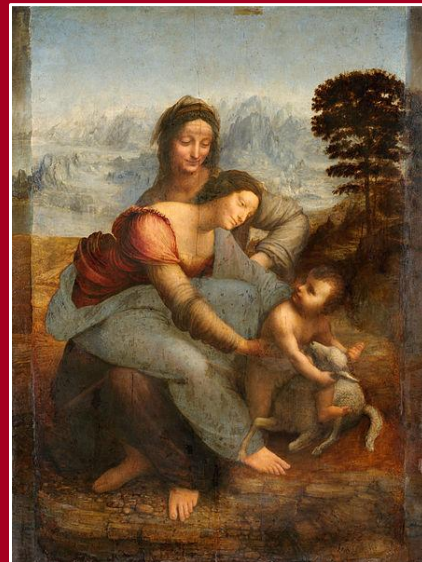
Desenhos para colorir



Época Medieval



Renascimento



SFUMATO

A Virgem o Menino e Santa Ana - 1510
Autor: Leonardo Da Vinci.



Mona Lisa – 1503-1506
Autor: Leonardo Da Vinci.



O Nascimento de Vênus - 1485
Autor: Botticelli.



Paisagem com São Jerónimo
Autor: Joachim Patini.

Anexo VII: Planificação aula de história

<i>Aula</i> 90 minutos	Data de realização da aula: 15 de janeiro de 2015					
	Professor Estagiário: Tânia Isabel Oliveira Nobre					
Domínio: Expansão e Mudança nos séculos XV e XVI.						
Subdomínio: Renascimento Reforma e Contrarreforma.						
<i>Conteúdos</i>	<i>Conceitos</i>	<i>Objetivos Gerais</i>	<i>Metas curriculares</i>	<i>Estratégias de aprendizagem</i>	<i>Recursos</i>	<i>Avaliação</i>
Principais características da pintura renascentista.	Naturalismo Perspetiva Sfumato	Conhecer quais as principais características da pintura renascentista.	Caracterizar a arte do Renascimento nas suas principais expressões (arquitetura, pintura e escultura).	Projeção de imagens de auxílio à observação e análise das características da pintura renascentista; Simultaneamente, os alunos deverão preencher uma ficha informativa de registo dos novos conhecimentos; Um aluno irá ler o último parágrafo do documento 6 do manual.	PowerPoint. Documento 6 – manual página 60.	Avaliação diagnóstica oral; Registo de participação e empenho da aula por parte dos alunos; Resolução de uma ficha; Marcação do trabalho de casa – página 22 do Caderno de Atividades.

<p>Qual a originalidade do estilo manuelino.</p>	<p>Manuelino Exotismo Naturalismo Esfera armilar</p>	<p>Conhecer quais as principais características do estilo manuelino.</p>	<p>Caracterizar o estilo manuelino, identificando os seus monumentos mais representativos.</p>	<p>Dialogo Vertical com os alunos para introduzir o novo tema – Estilo manuelino;</p> <p>Visualização de um filme: <i>O Manuelino</i>, em Portugal.</p> <p>Realização de um a ficha-guião do filme, para registo de novos conhecimentos;</p> <p>Observação de imagens projetadas, com alguns dos importantes monumentos manuelinos, para finalização da resolução da ficha-guião.</p>	<p>PowerPoint;</p> <p>Filme: <i>O Manuelino</i>.</p>	<p>Avaliação diagnóstica oral;</p> <p>Resolução de uma ficha;</p> <p>Registo de participação e empenho da aula por parte dos alunos.</p>
--	--	--	--	---	--	--

Anexo VIII: Guião exposição

Guião da exposição Pedro Nunes, Sá de Miranda e os Descobrimentos

1º - Poster apresentação da exposição

A exposição tem como tema principal apresentar aos alunos duas personagens da história do século XV e XVI, Pedro Nunes e Sá de Miranda, portugueses, que formam contemporâneos dos descobrimentos, tendo deste modo contribuído com os seus conhecimentos para esta grande empresa e, ao mesmo tempo, formam influenciados pela riqueza cultural que chegou até Portugal.

Elementos a destacar na ilustração de Coimbra que é apresentada:

- Aqueduto – Abastecimento de água (chamado de Aqueduto de S. Sebastião, foi reconstruído, no século XVI, aproveitando as ruínas do antigo aqueduto romano);
- Ponte - Edificação romana mandada reconstruir por D. Afonso Henriques (1131) aproveitando os pilares da antiga ponte. Destacar o grande movimento de navegações no rio Mondego;
- Convento de São Francisco;
- gg - Mosteiro de Santa Clara nos seus primórdios, fundado por D. Mor Dias;
- R - Portagem, local onde se pagava a portagem (taxa) para entrar com produtos comerciais na cidade;
- H - Porta da Almedina (vestígio muçulmano);
- S- Igreja de Santa Cruz com Claustro. Possuía Escola Conventual e terrenos anexos que se prolongavam até ao atual Jardim da Sereia;
- X - Pátio da Inquisição;
- P- Praça do Comércio.

2º - Pedro Nunes

Nasceu em Alcácer do Sal, em 1502 e morreu em Coimbra com 76 anos. Estudou em Salamanca Artes, Matemática e Medicina, tornando-se assim bacharel. Mais tarde, na Universidade de Alcalá de Henares aprendeu Teologia e por fim, na universidade de Lisboa aprendeu Filosofia Moral, Lógica e Metafísica, tendo-se Doutorado em Medicina. O seu percurso académico culminou ao lecionar Matemática na Universidade de Coimbra. No seu regresso a Portugal é nomeado Cosmógrafo do Rei

chegando mesmo a ser, mais tarde, o primeiro cosmógrafo-mor do Reino, em 1547. No que diz respeito aos seus contributos na grande empresa da expansão portuguesa, como cosmógrafo teve um papel fulcral ao desenvolver e criar novos conhecimentos, essenciais, à navegação em alto mar, defendeu que as rotas marítimas deveriam ser desenhadas em espiral (navegação á bolina) e a criação do Nónio, pequena régua que permitia executar medições no astrolábio com uma precisão mais apurada. O facto de ser um cristão-novo, ou seja, um antigo judeus que teve que se converter ao cristianismo, fê-lo abster-se de comentar abertamente a teoria heliocêntrica por suposto medo das represálias trazidas pela Inquisição.

3º - Sá de Miranda

Nasceu em Coimbra, a 28 de agosto de 1481. Estudou Gramática, Retórica e Humanidades na Escola Santa Cruz de Coimbra, depois frequentou a Universidade de Coimbra, no tempo e que esta estava situada em Lisboa, tendo-se Doutorado em direito. Partiu até Itália onde conviveu com humanista que o influenciaram com novas técnicas no ramo da poesia, que as introduziu quando regressou a Portugal.

4º - Ilustração panorâmica da cidade de Coimbra

Elementos a destacar:

- Pintura em Perspetiva;
- Ponte do Ó;
- Mosteiro de Santa Clara;

5º - Livros Alusivos aos descobrimentos

- Referência ao Astrolábio, sua importância e evolução;
- Carta de Pero Vaz de Caminha, achamento do Brasil;
- Ilustração dos impactes culturais e científicos da chegada ao Brasil;
- Custódia de Gil Vicente, feita com o ouro que Vasco da Gama trouxe na sua segunda viagem à Índia, como tributo concedido ao Rei pelo Régulo de Quíloa (governante da atual Tanzânia, que assim mostrava a sua vassalagem à coroa Portuguesa);
- Descobertas do período Henriquino na costa africana;
- Novas plantas e animais exóticos conhecidos durante a Rota do Oriente.

6º - Jogo didático, acerca dos novos produtos comercializados durante o auge do Império Português.

Anexo IX: Ficha avaliação conhecimentos da exposição

Ficha exposição: dois rostos do humanismo na cidade de Coimbra

1 - Preenche os espaços em branco utilizando as palavras chave.

Na universidade de Coimbra.....exerceu a atividade de docente até a sua jubilação. Teve um papel importante na expansão portuguesa porque desenvolveu conhecimentos na área da.....e da.....valorizando as rota de navegação em.....que permitia uma deslocação mais rápida das navegações. Uma outra figura a de.....esta também relacionada com a cidade de Coimbra pois foi nesta cidade que.....e ocupa um lugar importante na.....portuguesa do século XVI.

Palavras-chaves: Sá de Miranda; geografia; cosmografia; Pedro Nunes; ziguezague; nasceu; literatura.



Imagem 1

2 - Identifica o monarca português responsável pela reedificação da ponte representada na imagem 1.

3 – Explica porque se denomina *Portagem* ao local a que dá acesso à ponte, em Coimbra.

4 - Identifica os dois centros de estudo localizados em Coimbra, em 1537:

- a) Convento de São Francisco e Santa Cruz
- b) Igreja de São Tiago e Universidade
- c) Sé velha e Universidade
- d) Convento de Santa Cruz e Universidade de Coimbra

Observaste, na exposição, esta peça de ourivesaria:



Imagem 2

5 - Identifica a quem é atribuída a sua autoria.

6 - Identifica o monarca responsável pela sua realização.

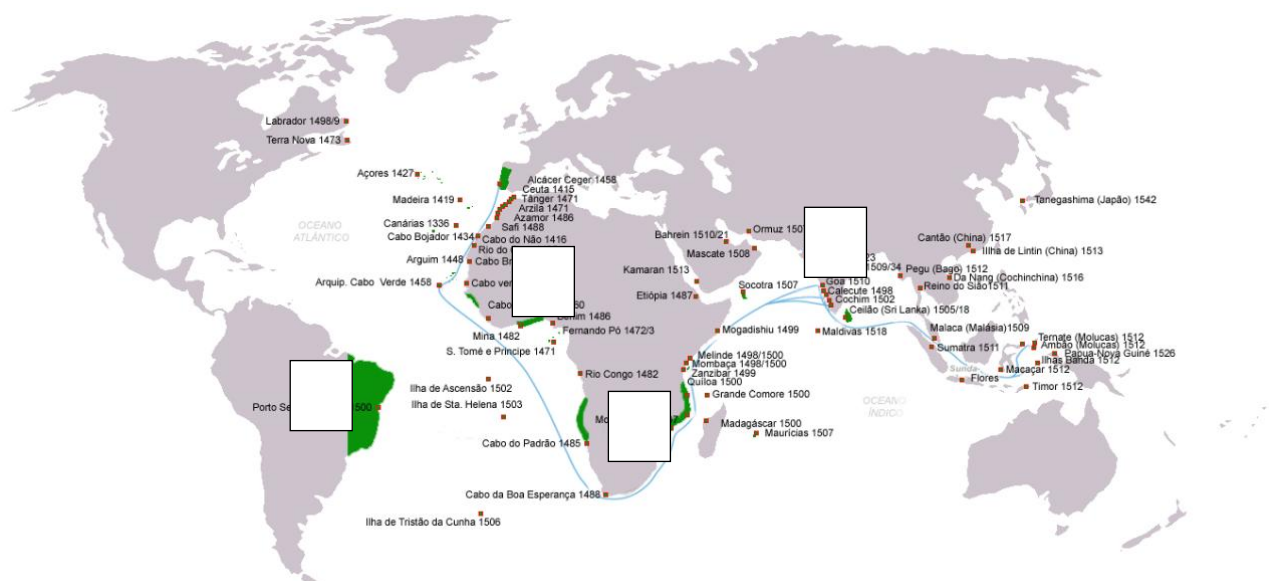
7 - Indica a matéria prima de que é feita.

8 - Localiza a proveniência da matéria-prima.

9 - Esta carta relaciona se com que acontecimento:

- a) Descoberta da rota do cabo
- b) Viagem de Cristóvão Colombo às Antilhas
- c) Tratado Tordesilhas
- d) *Achamento* do Brasil

10 - Localiza no mapa a origem dos produtos que circulavam nas rotas do Império



Português dos séculos XV e XVI:

Imagem 3

- 1- Açúcar.
- 2- Canela e noz-moscada.
- 3- Escravos.
- 4- Ouro; marfim e malagueta.



Imagem 4

11 - Identifica o monumento representado na imagem.

12- Indica qual a sua função.

13 - Selecciona a frase que melhor completa:

A viagem de Fernão de Magalhães:

- a) foi importante porque deu a conhecer a América do Norte
- b) foi importante porque provou a esfericidade da terra
- c) foi importante porque deu a conhecer as rotas do Levante

Anexo X: PowerPoint visita de estudo

Visita de estudo

30 abril 2015



Tu vais???

Praça do Comércio



Lisboa Story Centre



Rua Augusta



The Boutique Hotel Figueira



Cerco de Lisboa – século III



Muralha Fernandina – “Cerca Nova” (1373-1375)



Lisboa – D. Manuel I (1495-1521)



Lisboa – Século XVIII



Antes do terramoto de 1 de novembro de 1755

“A parte baixa de Lisboa de características urbanísticas, ainda medievais, cheia de ruas labirínticas de difícil acesso e complicada circulação”.

(Pardal, 2005, p. 47)

Terramoto de 1 de novembro de 1755

Ficha Técnica

Título: Lisboa, Novembro 1755

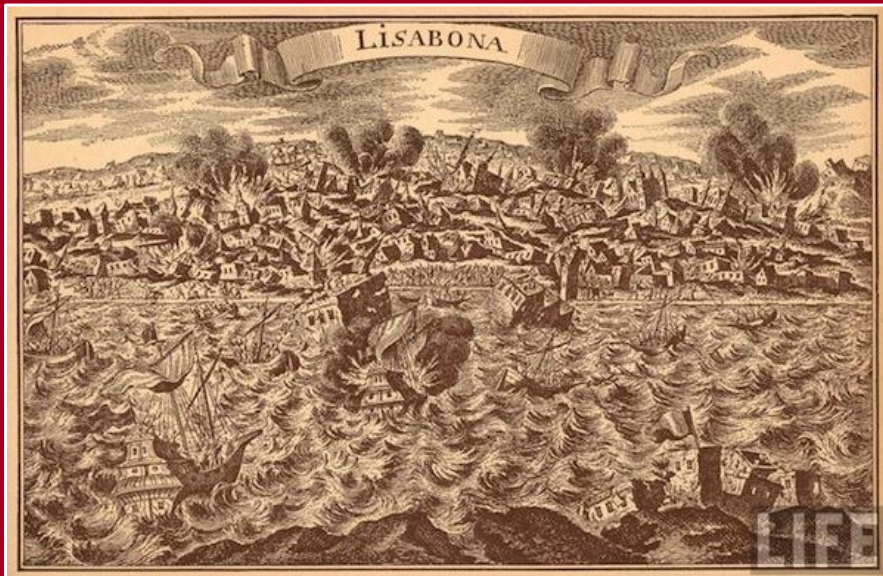
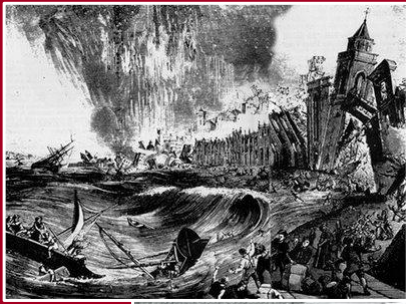
Tipo: Extrato de Documentário

Autoria: Maria Júlia Fernandes

Produção: RTP

Ano: 2005





Locais atingidos de terramoto 1755



Sebastião José de Carvalho e Melo



“O Rei estava em Belém quando se deu o terramoto, e lá permaneceu. Coube ao Secretário de Estado providenciar as medidas de emergência necessárias, e desencadear o processo que irá culminar com a Reconstrução de Lisboa”.

(Santos, 2005, p.38)



**General Manuel da
Maia (80 anos)**



**Coronel Carlos
Mardel**



**Capitão Eugénio
dos Santos**

Engenheiros e avaliadores militares

Baixa Pombalina Plana nº 5 (cópia)



(Gama, 2005, p. 36)

Características edifícios Baixa Pombalina

Estrutura do edifício:

- Estrutura em “gaiola”;
- 3 ou 4 andares;
- Águas furtadas.

Características das fachadas:

- simples, repetitivas e simétricas;
- Janelas e portas em grande número;
- Cantarias nas portas e nas janelas.

Funções do rés-do-chão:

- Comércio.

Edifícios Baixa Pombalina



“Gaiola”



Anexo XI: Notícia

União de Associações do Comércio e Serviços preocupada com o fecho de lojas em Lisboa

RITA REBELO

16/06/2015 - 18:49

Direção da UACS critica a atuação da Câmara Municipal de Lisboa pelo encerramento de lojas em Lisboa.

A União de Associações do Comércio e Serviços (UACS) denunciou esta terça-feira, em comunicado de imprensa, o encerramento *coesivo* de lojas centenárias, em Lisboa, para a *implantação, no seu lugar, de hotéis de charme ou de luxo*.

Em comunicado, a direção da UACS frisa a *anuência* da Câmara Municipal de Lisboa (CML), acusada de estar a *impor* novos projetos, destinados a fins turísticas, em lojas com história, com a Baixa e o Chiado a serem zonas mais afetadas.

Responsável por lançar o projeto Lojas com História, a UACS entende que vender o património é um direito dos proprietários e destiná-lo a outros fins é de quem o adquire. Por isso, sublinha, cabe à CML o papel de tentar assegurar a prevenção das histórias de lojas *centenárias ou com mais de 50 anos que sejam referências* na cidade.

Recorde-se que, no passado dia 12 de junho, o PÚBLICO noticiou que a loja da Fabrica Sant'Anna, há 99 anos na Rua do Alecrim, no Chiado, vai ser despejada para dar lugar às obras de um hotel que ali se pretende instalar.

Texto editado por Ana Fernandes

**Anexo XII: Percurso percorrido na visita de estudo entre o Terreiro do Paço e a
Praça da Figueira**



Fonte: Google Earth

Anexo XIII: Edifício da rua Augusta analisado na visita de estudo



Fonte: DUARTE, Ana. *O sistema construtivo do piso térreo dos prédios de rendimentos pombalinos – Dissertação para obter o grau de mestre em arquitetura*. Lisboa, Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2011.